

Cidadania, Democracia e Participação

Práticas Pedagógicas para o
Ensino Fundamental II e Médio

VENDA PROIBIDA.
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA.



Organizadores(as)
Julia Hoechner Silveira Martins
Carolina Pimentel Corrêa
Cláucia Piccoli Faganello
Felipe Garrafiel Pimentel
Pedro Ramos Martins

Prefácio
Humberto Dantas

REALIZAÇÃO:

mobis

APOIO:

**instituto
CHAMEX**



IDIS
DESENVOLVENDO O
INVESTIMENTO SOCIAL

Cidadania, Democracia e Participação

Práticas Pedagógicas para o
Ensino Fundamental II e Médio

REALIZAÇÃO:

mobis

APOIO:



Ficha técnica

Organizadores(as)

Julia Hoechner Silveira Martins
Carolina Pimentel Corrêa
Cláucia Piccoli Faganello
Felipe Garrafiel Pimentel
Pedro Ramos Martins

Autores(as)

Aurilene Pantoja Silva
Amê Souza
Gilberto de Oliveira
Jheniffer Vieira de Almeida
João Lucian Ferreira da Silva
Joicy Compagnon Mariano
José Artur da Costa Castilho
Kele Frossard
Kelly Maria Coelho Lima
Luciana Conceição Lemos da Silveira
Taís Eduarda Marciel dos Santos Ferreira

Revisão Ortográfica

Kérolin Corrêa Nogueira

Capa e Projeto Gráfico

Camila Pereira

Realização

Mobis

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Julia Hoechner Silveira Martins

Cidadania, Democracia e Participação [recurso eletrônico]: Práticas Pedagógicas para o Ensino Fundamental II e Médio / Julia Hoechner Silveira Martins. – 1. ed. – Porto Alegre : Simplíssimo, 2022.
Recurso digital.

Formato: ePub

Requisitos do sistema: Adobe Digital Editions

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 9786558902898

1. Educação. 2. Cidadania. 3. Democracia. I. Título.

CDD: 300.7

03/02/2022

sumário

- 6** apresentação
- 10** prefácio

- 20** **Participação Democrática no Espaço Escolar**
Amê Souza

- 46** **Histórias de vida e construção de saberes em cidadania**
Aurilene Pantoja Silva

- 59** **Fake news: o que eu tenho a ver com isso?**
Gilberto de Oliveira

- 79** **Pessoas Criam Ideias, Pessoas Mudam o Mundo: construindo o saber-fazer da ciência**
Jheniffer Vieira de Almeida

- 96** **Nossas Vozes, Nossos Corpos. Presentes!**
João Lucian Ferreira da Silva

- 118** **Cidadania Ambiental: um olhar para a formulação de políticas públicas na Amazônia**
Joicy Compagnon Mariano

131

**SOCIECARDS: um jogo de cartas
sobre políticas públicas
e participação social**

José Artur da Costa Castilho

145

**Cotidianocracia: reflexões acerca
das possibilidades de vivências
democráticas no dia a dia
das juventudes**

Kele Frossard

163

**Falas que Transformam, Gestos
que nos Expressam**

Kelly Maria Coelho Lima

177

**Democracia, Participação e Fake
news no Brasil**

Luciana Conceição Lemos da Silveira

192

**A democracia a partir de uma
memória política**

Taís Eduarda Marciel dos Santos Ferreira

209

agradecimentos

211

sobre os autores(as)

214

sobre os organizadores(as)

apresentação

Compartilhar conhecimento, esse é o objetivo central da obra que você começa a explorar agora. Se você acredita que é possível levar para a sala de aula assuntos como democracia, participação, cidadania e políticas públicas, o conteúdo deste livro foi feito para você. Ao reunir 11 práticas pedagógicas sobre cidadania ativa, desenvolvidas por educadores e educadoras de diferentes partes do Brasil, visamos, sobretudo, inspirar você a compartilhar esse tipo de conhecimento com jovens do Ensino Básico – ou onde a criatividade permitir aplicar as práticas pedagógicas – e, assim, praticar uma educação ativa e socialmente engajada.

A criação dessas práticas se deu como parte da *Jornada Educadores da Cidadania*, um programa realizado pela *Mobis*, com o apoio do *Instituto Chamex* e do *Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS)*. Antes de abordar alguns detalhes sobre a Jornada, cabe apresentar o propósito da *Mobis*.

A *Mobis* é uma organização sem fins lucrativos que, desde 2017, promove a educação cidadã de forma cientificamente embasada e suprapartidária nas escolas brasileiras. Com o objetivo de contribuir com a formação de uma geração de jovens ativos, responsáveis e engajados com as questões da vida pública, a *Mobis* fornece, gratuitamente, formação e apoio a educadores e educadoras do Ensino Básico.

A *Jornada Educadores da Cidadania*, por sua vez, é um dos programas criados pela *Mobis*, cujo objetivo final, nessa primeira edição, foi, justamente, a publicação deste livro. O programa consistiu em 5 fases principais. Num primeiro momento, onze educadores(as), previamente selecionados(as), participaram de palestras e oficinas de formação, ministradas por especialistas, voltadas para diferentes temas relacionados à cidadania. Na segunda fase, esses(as) educadores(as) propuseram práticas pedagógicas relacionadas aos temas em questão, e estas foram analisadas e discutidas pela coordenação do programa. O

terceiro momento consistiu na aplicação dessas práticas em sala de aula – o que foi seguido pela quarta fase do programa, na qual os(as) educadores(as) apresentaram os resultados a um comitê que avaliou os aspectos pedagógicos e teóricos de cada prática numa sessão coletiva de diálogo e debate. A fase final da Jornada consistiu na formulação dos capítulos que compõem essa obra; cada educador(a) transpôs a sua prática para o papel, dando vida a um conteúdo capaz de ser reproduzido por outros educadores e educadoras. Cada capítulo foi revisado por um comitê de avaliação triangular, composto por especialistas das áreas pedagógica, teórico-científica e gramatical.

Desse modo, com base em um trabalho coletivo de diversos profissionais de diferentes áreas do conhecimento, essa obra visa promover o tema da cidadania ativa na comunidade escolar brasileira, valorizar o trabalho dos(as) educadores(as) que produziram tal conteúdo e, sobretudo, compartilhar conhecimento sobre educação cidadã com estudantes de diferentes partes do país. É por essa razão que o livro é totalmente gratuito e foi pensado em termos gráficos para ser lúdico e de fácil leitura, capaz de ser utilizado por educadores e educadoras de diferentes áreas.

Portanto, este conteúdo é destinado/dedicado a todos(as) os(as) educadores(as), de diferentes espaços de aprendizagem, engajados com uma educação de qualidade, crítica e ativa, que vise à transformação social. As práticas pedagógicas que você encontra aqui são sugestões de roteiros que podem ser aplicados e adaptados a diferentes contextos. A ideia é que você possa explorar essa obra de diversas formas, entendendo cada prática como uma inspiração, uma sugestão do que pode ser abordado em sala de aula e do tipo de conteúdo que você pode compartilhar com os(as) seus(suas) alunos(as).

No capítulo 1, o educador Amê Souza descreve uma prática pedagógica que aborda a importância da participação cidadã e dos movimentos estudantis, incentivando os(as) jovens a participar de forma democrática nos seus espaços escolares, percebendo-se como agentes políticos dentro desse ambiente. O segundo capítulo, escrito pela educadora Aurilene Pantoja, compreende uma prática voltada ao Ensino Fundamental, que aborda conceitos básicos de democracia, cidadania, representatividade e políticas públicas, buscando aproximar esses temas às realidades e contextos sociais dos(as) estudantes.

No capítulo 3, você encontra uma prática focada no combate às *fake news*, desenvolvida pelo educador Gilberto Oliveira. Nela são traba-

lhados o conceito de *fake news*, as formas de identificá-las, as formas de aprimorar pesquisas na internet, e, ao final, os próprios estudantes desenvolvem memes sobre o tema. O capítulo 4, escrito pela educadora Jheniffer de Almeida, descreve uma prática que se propõe a desenvolver a participação cidadã e o pensamento científico. Nesta, os(as) estudantes identificam e desenvolvem soluções para problemas sociais em diferentes níveis, produzem expressões artísticas sobre tais problemáticas e, ao final, categorizam e apresentam o conjunto de soluções criadas pela turma.

O quinto capítulo do livro, redigido pelo educador João Lucian Ferreira, traz uma prática que coloca os(as) estudantes em posição ativa, diante da qual desenvolvem e debatem propostas de políticas públicas e refletem sobre questões como povo, democracia e representatividade política. O sexto capítulo, escrito pela educadora Joicy Compagnon, apresenta uma prática que relaciona cidadania, políticas públicas e preservação ambiental. Nesta, os(as) estudantes são instigados(as) a criar leis e ações cidadãs que promovam a redução dos impactos ambientais no bioma Amazônico.

No capítulo 7, o educador José Artur Castilho orienta a aplicação de um jogo de cartas no qual os(as) estudantes são apresentados a desafios sociais e, diante deles, criam e argumentam a favor de soluções construídas a partir de diferentes combinações de agentes e ações, representados por cartas sorteadas no baralho. No capítulo 8, desenvolvido pela educadora Kele Frossard, você encontra uma prática que trabalha com a participação cidadã no cotidiano, partindo de uma perspectiva maximalista do conceito de democracia. A sequência traz o método de narrativa autobiográfica e promove o empoderamento e a participação juvenil por meio de exemplos reais.

O capítulo 9, redigido pela educadora Kelly Maria Coelho, tem como foco uma prática que trabalha com direitos humanos, democracia, políticas públicas e empoderamento juvenil. Sendo construída de forma democrática com os(as) estudantes, a atividade propõe que eles(as) realizem pesquisas sobre os temas que, ao final, são apresentadas no formato de um *podcast*. No capítulo 10, a educadora Luciana Conceição apresenta uma sequência que trabalha com a participação cidadã no cotidiano, passa pela identificação e combate às *fake news* e finaliza com uma reflexão sobre as relações entre a participação cidadã consciente, a preocupação com o coletivo e o uso responsável das mídias sociais. Por fim, o capítulo 11, escrito pela educadora Tais Eduar-

da Ferreira, descreve uma prática pedagógica democrática que abre reflexões sobre representatividade, democracia, políticas públicas e memória política. Dentro desta abordagem, os(as) estudantes selecionam temas que os(as) mobilizam, realizando pesquisas e expressões artísticas sobre tais temas.

Cabe salientar que os 11 educadores(as) que participaram da jornada e, por conseguinte, que assinam como autores e autoras de cada um dos capítulos, foram selecionados dentre mais de 300 inscrições advindas do país inteiro. Já os organizadores da obra são os mesmos que trabalharam e acompanharam os(as) educadores(as) ao longo da Jornada: na coordenação do programa, Julia Silveira Martins; na revisão teórico-científica e na facilitação de oficinas, Carolina Pimentel Corrêa; na revisão pedagógica, Cláucia Piccoli Faganello e Felipe Garrafiel Pimentel; e na coordenação de comunicação e identidade visual, Pedro Ramos Martins. A revisão ortográfica de todo o conteúdo do livro foi realizada pela educadora Kérolin Corrêa Nogueira, e a diagramação, o design e as ilustrações foram realizadas por Camila Pereira.

Aproveite a leitura e, se possível, coloque em prática a educação cidadã. Além disso, se gostar do material e se sentir à vontade, divulgue este ebook para outros educadores. O primeiro passo em direção à mudança na educação já está dado. Sigamos, juntos(as)!

Os organizadores e organizadoras.

prefácio

O complexo desafio da “educação política”

Humberto Dantas

Quando Norberto Bobbio, em seu clássico livro “O Futuro da Democracia”¹, escancarou a ideia de que a “educação política” era uma das promessas não cumpridas da democracia, para muitos pode ter ficado a impressão de que bastava incluir conteúdos dessa natureza nos currículos escolares e tudo estaria resolvido. Diria um ditado irônico algo do tipo: “na prática, a teoria é outra”. E assim nos deparamos com desafios extremamente complexos para que a promessa cobrada se torne realidade. Um dos principais deles, para além de garantir parâmetros disciplinares: formar professores.

Quando Thomas Humphrey Marshall² buscou definir Cidadania, indicou que três conjuntos de direitos essenciais às sociedades deveriam estar presentes. São eles: os direitos civis, políticos e sociais. Mas, para além disso, dizia o sociólogo, a educação deveria ser compreendida não apenas como um direito social basilar, mas também como um dever de cada indivíduo com a coletividade. Aos sujeitos em geral não caberia escolher se seriam ou não educados, todos deveriam ser. E as cobranças se acentuam, quando o autor destaca que educação não deveria ser simplesmente compreendida como a presença do sujeito na escola sob os currículos e conteúdos do seu tempo. Para que a Cidadania fosse vivida de forma mais ampla, e plena, a Educação deveria garantir que o “sujeito rude se tornasse um cavalheiro”. Termos e aspectos de gênero à parte, e a despeito das diferenças ideológicas e de pensamento, o que se defendia era a capacidade de a educação oferecer condições mínimas necessárias para a compreensão da vida coletiva. Isso era essencial.

¹ BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

² MARSHALL, Thomas. Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

Em 2018 estive na Blavatnik School of Government, escola de gestão pública da Universidade de Oxford, para um curso. Ouvi de professores incrédulos nos resultados do referendo de 2016 sobre a saída do Reino Unido da União Europeia a seguinte reflexão: “nunca realize uma consulta popular sobre assunto absolutamente estratégico em seu país sem ter a mais absoluta certeza do quanto as pessoas estão preparadas para a tomada de certas decisões”. Apesar de o discurso ter a capacidade de expressar parte da frustração de quem se posicionou na fatia equivalente a 48% de cidadãos que foram às urnas e saíram derrotados pelo bloco de 52% que aprovou a saída do bloco europeu, algo deve ser compreendido: o nível da campanha daqueles que apoiavam o Brexit – palavra que batizou a retirada – foi tenebroso, lembrando ocorrências políticas mais radicais vividas nos Estados Unidos em torno da eleição de Donald Trump, no Brasil com Bolsonaro, na Itália e em tantas outras nações. O mundo, imerso em desafios democráticos, mais do que nunca, parecia carecer do que Bobbio e Marshall diziam no século XX.

Com base em tal percepção, não me furtei a levantar a mão na sala de aula e me dirigir a um professor de Oxford, que acumulava posição de membro da Câmara dos Lordes, nos seguintes termos: “é daqui, do Reino Unido, a definição mais consistente que temos de Cidadania. Marshall registrou a necessidade de termos uma educação capaz de consolidar a ideia de que o sujeito é um cidadão e conhece seus direitos e funções no universo da sociedade em que vive. Diante dos resultados da consulta popular que vocês lamentam, gostaria de perguntar qual a função dessa educação nas escolas e o quanto você entende que os eleitores, em geral, se serviram desses conteúdos para a tomada de suas decisões políticas”. A resposta foi infinitamente pior do que eu poderia imaginar: “existe uma distância imensa entre o que escreveu o autor e o que de fato vivemos em nossas realidades escolares. Não temos esses conteúdos aqui, de forma tão explícita e capaz de nos levar a algo que seja mais edificante. E, para piorar, vivemos uma dependência do ‘bom senso britânico’, que tenho a impressão de que começa a falhar faz anos. Não temos resposta fora desse sentimento e dessa dependência, e isso pode nos custar caro demais”.

Voltei para o Brasil com duas sensações contraditórias: a) se nem os britânicos conseguem, quem somos nós para conseguir algo associado a uma educação para o desenvolvimento da Democracia e; b) apesar de nossas dificuldades e desafios, não existe razão para ig-

norarmos tudo o que conquistamos, temos e fizemos, mas o caminho ainda é longo e árduo. Confesso que hoje, quase quatro anos depois dessa aula, prefiro me abraçar ao meu segundo sentimento. Precisamos avançar, sem perguntar se falta muito para chegar e se o caminho adiante é árduo. Vou tentar melhorar essa história e trazer estímulos essenciais à leitura desse livro absolutamente fundamental.

Em 2010, como parceiro da Fundação Konrad Adenauer do Brasil, vivi dois instantes muito especiais. Comecei aquele ano viajando para a Alemanha e vivendo, na prática, o que o estado de Baden-Württemberg entende como algo que me foi traduzido por “aula de valores” no que para eles é o nosso Ensino Fundamental I. Crianças pequenas, com algo entre seis e sete anos, discutiam em círculo, orientadas sempre por dois professores, o que desejavam pactuar entre elas para que vivessem naquela pequena coletividade escolar. Regularmente, depois de estabelecidas as regras basilares de convivência, repassavam os conceitos estabelecidos e discutiam casos de desrespeito e falta de atenção ao combinado. Percebi naquela rápida visita que ali estavam princípios elementares: pactuar, pertencer à realidade, escolher, assumir erros, pedir desculpas, reorganizar percepções etc. Isso é essencial e não pode ficar apenas a cargo das famílias, pois sequer sabemos sob quais condições domésticas a diversidade de nossos estudantes vive. O Estado, se entendemos que isso são valores universais e fundamentais, tem essa função. Senti, naquele instante, que eu estava assistindo à conversão do “piá rude” germânico em “cavalheiro”, se quiser me manter fiel às palavras de Marshall. A Alemanha tem problemas, desafios e um passado complicado? Claro que sim, isso é indiscutível. Mas, ao que me parece, não foge ao desafio público de tentar, ao menos naquela unidade federativa, educar seus cidadãos desde cedo. O currículo segue durante alguns anos e, na última etapa de formação, os estudantes estão olhando para a cidade e, com cerca de 14 anos de idade, pensando num pequeno projeto de intervenção que os caracterize enquanto turma. O tradutor que nos acompanhava naquela ocasião, mais adiante, mostrou orgulhoso o conjunto de brinquedos que ele e sua turma instalaram numa praça quando chegou sua vez, nos anos 80, de “fazer algo pela comunidade”. O orgulho em seus olhos e o fato de sua ação permanecer viva em 2010 me chamaram demais a atenção. Aquele sujeito se sentia pertencente e responsável pela comunidade cerca de 30 anos depois de sua atividade prática.

O segundo instante foi no final de 2010, quando a mesma fundação

me entregou a responsabilidade de organizar uma edição de sua revista acadêmica - Cadernos Adenauer³ -, reunindo textos de agentes que realizavam ações de educação política na prática, em realidade brasileira. Não foi uma tarefa fácil. Algumas organizações do terceiro setor, ações públicas ligadas à justiça eleitoral e às escolas de parlamento, a Pastoral de Fé e Política da Igreja Católica e nada muito além disso, incluindo uma ação nas periferias de São Paulo que eu coordenava fazia poucos meses. Foi difícil chegar a um bom total de texto reunidos, mas foi fácil motivar as pessoas envolvidas ali a escreverem sobre o que estavam fazendo. Éramos poucos, mas, reunidos em torno de um objetivo e formando uma rede rápida de autores-executores, nos sentimos fortes. Seis anos depois, em 2016, novo número da revista destinado a tal desafio. Para minha surpresa, dessa vez foi mais fácil. Em vez de contar exemplos e torcer para todos se envolverem, tivemos que deixar gente muito boa de fora. Seria meu envolvimento maior com a temática ou o sentimento de que mais gente estava envolvida com a causa da “educação política” em pouco mais de meia década? Aposto na segunda alternativa.

E tem sido assim, faz alguns anos. Não paramos de ver exemplos muito consistentes de organizações do terceiro setor, de organismos públicos, de pesquisas acadêmicas que se concentram em torno das causas associadas ao aprimoramento da Democracia e da Cidadania a partir do universo da educação e seus desafios. No entanto, ao mesmo tempo, também assistimos a um desgaste preocupante da política, ao afastamento, à descrença e a tantas outras mazelas. Em meio a tudo isso, até movimento associado à proibição de conteúdos políticos nas escolas vimos. Temos políticos encabeçando discursos dessa natureza e nos levando para longe de compromissos pedagógicos basilares.

Compreendo que parte do desafio da escola seja evitar doutrinações ideológicas únicas, assim como concordo que educação neutra é quase uma falácia. Mas, entre esses dois polos, deve existir a possibilidade de uma formação democrática, decente, real e razoável. Volto ao caso da Alemanha: por lá, dois professores estão em sala de aula, de maneira absolutamente intencional, para que seja garantido o equilíbrio minimamente adequado associado às responsabilidades curriculares de-

³ Edição de Cadernos Adenauer 3/2010 disponível em: <https://www.kas.de/pt/web/brazilien/einzeltitel/-/content/cadernos-adenauer-3-2010-politische-bildung-reflexionen-und-demokratische-praktiken>

lineadas. Ademais, contaram-me à ocasião os gestores públicos com os quais conversamos que, no equivalente ao que chamamos de Ensino Médio, as fundações dos partidos políticos são convidadas para apresentarem suas ideias diretamente a alunos e alunas. Pronto. Se o medo é partidizar, a resposta é: mais política. Todos entram, todos se apresentam, todos levam um pouco do que fazem para as escolas, e, a partir disso, formam-se as opiniões. Estive num jantar com um colega professor, em Berlim, que era o responsável da Fundação Konrad Adenauer por entrar nas salas de aula na Alemanha. Sim, a fundação está ligada a um partido: à União Democrata Cristã, que à ocasião governava a nação com a primeira-ministra Angela Merkel. Isso não dava à legenda o direito de estar singularmente nas aulas, afastando de lá adversários e opositores. Não! Pelo contrário: todos visitam, todos falam, todos se mostram, todos os partidos têm essa obrigação. E assim parecia funcionar melhor.

Isso no Brasil, em tese, deveria estar garantido. Todo partido tem, compulsoriamente, suas fundações. E todas elas precisam utilizar ao menos 20% do Fundo Partidário para ações de educação, formação e doutrinação. Em tese, as escolas deveriam estar de portas abertas para um conjunto bastante diverso dessas organizações - Fundação Ulisses Guimarães, Milton Campos, Teotônio Vilela, Perseu Abramo, Hebert Daniel etc. Seria saudável, mas uma democracia doente não aceita outra coisa que não negar a política. Paciência, ou melhor dizendo: ação, atuação e desafios concretos.

Para além do que os partidos absorvem de recursos necessários, nesse caso, ao fortalecimento democrático, devemos ter em mente que a história da educação política no Brasil não é recente. É isso mesmo: ela existe. Pelo menos desde que nos tornamos República, no final do século XIX, discutem-se conteúdos basilares dessa natureza a serem aplicados em sala de aula. Na edição de 2010 de Cadernos Adenauer, essa história nos é contada por João Francisco Rezende. Na publicação de 2016, por Andressa Pellanda. Mais recentemente, tomei contato com o trabalho do educador Alexandro Santos, cuja dissertação de mestrado na PUC-SP, defendida em 2010, investe sobre tal conteúdo⁴. Perceba: faz mais de 100 anos que sabemos o quanto a política deve estar na escola. Essa história, no entanto, tem percalços dos mais expressi-

⁴ Dissertação disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=193158

vos. Governos democráticos utilizam conteúdos dessa natureza de forma a valorizar a democracia, mas o mesmo não ocorre nos governos autoritários. Assim, Getúlio Vargas, entre os anos 30 e 40, e os militares, entre os anos 60 e 80 do século passado, por exemplo, abusaram de uma doutrinação nacionalista capaz de criar traumas dos mais expressivos entre aqueles que pensam no quanto a política deveria estar em sala. Foi isso que, talvez, tenha nos levado a ditados infames como “política, religião e futebol não se discute”. Falácia imensa, sobretudo se pensarmos no quanto determinadas religiões, em um estado laico, se impõem em órgãos públicos, e como o futebol é debatido de maneira infinita em programas de rádio, televisão e pela internet. Parecem seus debatedores que estão a solucionar um problema crucial à humanidade. Agora aponte um programa de TV que se empenhe dessa forma, indique uma atração que coloque quatro pessoas que pensam diferente e debatam de forma minimamente civilizada os desafios do cotidiano político do país com base em distintas percepções ideológicas. Isso é raríssimo.

Notemos que, se a tarefa da escola é imensa, a da sociedade é ainda maior. Não estamos apenas precisando cumprir uma distância grande em relação a algo, estamos também, em alguns instantes, nadando contra a corrente, correndo contra o vendaval. O que fazer?

De novo: agir. A década de 80 do último século marcou o período de dez anos mais intensos a favor da democracia no Brasil. A despeito de ser lembrada como “a década perdida”, sem um aposto verificador que trate de alocar a ideia de que foi um período tenebroso em termos econômicos, foi possível anistiar politicamente quem pensava diferente da ditadura, reordenar a lógica pluripartidária, reorganizar duas eleições para governadores depois de mais de 20 anos sem as ter, eleger parlamentares e instalar uma Assembleia Nacional Constituinte com ampla participação popular, promulgar uma nova Constituição Federal capaz de garantir preceitos basilares da Cidadania de Marshall e escolher diretamente um presidente da República em 1989. Tudo isso nós fizemos, mas lamentavelmente deixamos de lado duas disciplinas escolares que deveriam ter sido convertidas, revistas, refeitas, adaptadas à nova realidade, mas nunca abandonadas nas grades escolares. OSPB e Educação Moral e Cívica pagaram o preço que a doutrinação autoritária nos impôs em sala de aula. Em vez de terem sido transformadas em Democracia e Valores Cívicos, ou Cidadãos, desapareceram ainda entre os anos 80 e 90.

Nas Leis de Diretrizes e Bases de 1996, parte expressiva daquilo que nunca deveria ter sido deixado de lado foi considerado tema “interdisciplinar” e “transversal”. Termos bonitos, em uma realidade desafiadora. Ainda estávamos diante da tentativa de universalizar o acesso à escola na Educação Fundamental, ou seja, sofisticamos demais. Será? A discussão merece atenção e escapa ao meu campo de conhecimento, mas é fato que sentimos falta de algo que tratasse do pensar social. Para tanto, em 2008 trouxemos a Sociologia e a Filosofia para os bancos escolares. Trata-se de um avanço, e diferentes redes estaduais, estimuladas por diretrizes nacionais, desenvolveram materiais com boa carga em torno do mínimo que devemos garantir em termos de conteúdos para a valorização da Democracia nas escolas. Mas não tivemos tanto tempo assim para avançar. No segundo turno das eleições de 2014, os dois candidatos que disputavam a Presidência da República criticaram o Ensino Médio, falando de sua baixa capacidade de retenção e do desinteresse elevado dos estudantes. Ambos, mesmo entre eles estando uma representante do partido que sancionou a iniciativa, trataram de escolher a Filosofia como “bola da vez”. O pato foi pago, novamente, pelo estímulo curricular ao senso crítico. E pouco tempo depois, entre 2016 e 2018, estávamos nós enquanto sociedade falando sobre o caráter desnecessário de conteúdos desse tipo na formação de nossos jovens. Por quê? E a partir de quando, mesmo sob uma história secular, pactuaremos conteúdos universais que escapem de armadilhas ideológicas e eleitorais? Difícil dizer algo diante de uma sociedade que se acostumou rapidamente a demonizar a democracia, a exemplo de tantas outras pelo mundo.

A despeito de tais obstáculos, é fato que a chegada da Filosofia e da Sociologia às escolas escancarou outro desafio imenso à luz da realidade educativa brasileira: quem seria capaz de ministrar esses conteúdos em sala de aula? Quantos sujeitos formados em licenciaturas específicas seriam necessários? Quantos estavam inseridos nos sistemas oficiais? Como responder a essa demanda? Vimos, literalmente, de tudo. Primeiro: professores e professoras de todas as carreiras em sala de aula como docentes de Sociologia e Filosofia. O erro é grave, mas era necessário começar de alguma maneira. Em seguida, a percepção de que faltava até mesmo material didático de qualidade, currículos bem formatados e coisas dessa natureza. Mas, entre a assinatura de uma lei e a efetivação de uma política pública, sempre teremos que enxergar o efeito do tempo e da construção conjunta. Sempre teremos que cor-

rigir rotas e aperfeiçoar decisões. E a despeito de tais variáveis, o que Alessandro Nascimento nos trouxe em publicação de 2021 foi: formar professores é algo tão fundamental e desafiador quanto formar cidadãos e cidadãs para o exercício da Democracia e da educação política⁵.

Mas temos exemplos desse tipo em curso? Este livro que tenho a honra de prefaciar se dedica a tal desafio, assim como a Mobis se consolidou em enfrentar essa imensa provocação. Não basta pensar que a política precisa estar em sala de aula como conteúdo essencial, é necessário saber como e a partir do trabalho de quem. Evidente que a resposta é: por meio do educador. Mas quais? Quantos? Como?

Em 2002, o Centro de Estudos e Opinião Pública (CESOP) da Unicamp realizou a primeira edição do Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb). O professor José Paulo Martins Jr., hoje docente da Unirio, e eu utilizamos alguns dados dessa pesquisa para elaborar e publicar, em 2004, um indicador de participação política⁶. De acordo com os resultados, mais de dois terços dos brasileiros, num instrumento que variava de 0 a 19 pontos, marcavam algo entre 0 e 6 pontos quando perguntados sobre o interesse em noticiário político, envolvimento social e participação eleitoral. Uma catástrofe, uma sociedade alienada. Existiam mais respondentes com zero ponto do que com treze ou mais. A amostra era nacional, ou seja, era possível imaginar que estávamos diante do baixíssimo envolvimento do brasileiro com a política. Triste de verdade.

Nesse conjunto de pessoas, certamente, estavam muitos professores. São brasileiros e brasileiras de diferentes regiões do país, tão cidadãos e cidadãs quanto todos os outros. Também sofrem, igualmente se desiludem com a política, desacreditam, se revoltam, se aborrecem, se distanciam. Nada nos dizia àquela ocasião que docentes são cidadãos diferentes dos demais. E isso a vivência com esses profissionais ao longo das duas décadas que dedico minha vida à educação política mostra ser real. A sociedade que não teve formação política e se desinteressa facilmente pelos desafios democráticos contém seus professores. Esses profissionais não tiveram, na imensa maioria dos casos, qualquer formação adicional dessa natureza em seus cursos de pedagogia, educação e em boa parte das licenciaturas. Não são culpados, são tão vitimados quanto todos nós somos. O que fazer? Simples, e ao mesmo

⁵ O texto ao qual me refiro está disponível no link: https://votoconsciente.org.br/wp-content/uploads/Ciencia-politica-e-politicas-de-educacao-26_07.pdf

⁶ Artigo pode ser lido na íntegra no link: https://www.cesop.unicamp.br/por/opiniaao_publica/artigo/14

tempo complexo e desafiador: formar.

Isso significa que parte dos obstáculos não está apenas nas famílias que resistem a conteúdos desse tipo em sala de aula. Os alunos, mostram algumas pesquisas, querem saber algo sobre o assunto e enxergam a escola como o local ideal para que isso ocorra. Assim, precisamos de docentes. E eles precisam estar preparados. Foi o que a Mobis fez e nos trouxe até aqui.

Primeiramente um projeto que carrega consigo o desafio de formar professores e professoras em sua tarefa absolutamente sintonizada à Democracia de levar conhecimento político para a sala de aula. Em seguida, e justamente como parte dessa trajetória essencial, colocar a mão na massa, atuar, agir. E a partir disso, como resultado absolutamente fundamental: registrar. O que temos aqui é o resultado de uma ação formativa incrível. Educadores e educadoras participaram de um curso, formaram uma rede e vivenciaram aquilo que debateram conjuntamente. O que fazem, ou já faziam e buscaram aperfeiçoar/fortalecer, está descrito em cada capítulo na forma de “casos inspiradores”. Tive a honra de falar para esse público, e sei o quanto esse projeto é especial e capaz de edificar.

Quando olhamos para a política como conteúdo escolar, não é incomum pensarmos: mas como posso fazer para que isso funcione? Como transmitir conhecimento de forma democrática e responsável? Como gerar interesse a partir de um tema que tem semblante tão árido para o senso comum? Pois é: como tudo que é complexo na vida, existe sempre alguém capaz de nos inspirar, de responder com exemplos, com ações e boas práticas. Este livro é uma ode à Democracia, um reforço à ideia de que SIM, é possível. De que o educador pode e deve ter o compromisso de trazer a política para a sala de aula, pois é papel da escola, faz mais de um século neste país, formar cidadãos mais conscientes e capazes de reconhecerem seus papéis, responsabilidades e desafios. Isso tende a crescer, a amadurecer e a se tornar algo consistente em nossa realidade. Para tanto, é essencial que materiais como esse sejam disseminados, lidos e devorados – como costumamos dizer quando lemos algo com interesse e prazer. É sobre isso que estamos a falar aqui: sobre a necessidade de nos fortalecermos pela prática e pela sensação de que existe uma rede, mesmo que informal, que avança de forma marcante, decisiva e definitiva sobre o preceito democrático e basilar de educarmos politicamente em todo Brasil. É só assim que o “piá rude brasileiro” se tornará cidadão, e que

a educação política deixará de ser parte das promessas descumpridas da Democracia, em nome da consolidação da Cidadania.

Boa leitura,

Humberto Dantas

Doutor em Ciência Política pela USP, pesquisador da Fapeg - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás, educador político, diretor do Movimento Voto Consciente, pós-doutor em Administração Pública pela FGV-SP pesquisando políticas de educação política.

Participação democrática no espaço escolar

Amê Souza



Objetivo | Provocar uma reflexão sobre a importância da participação cidadã e incentivar a tomada de decisão por meio da definição de propostas de intervenção pelos(as) estudantes.



Componentes curriculares sugeridos | Sociologia, História, Geografia, Filosofia, Física, Português.



Duração | 5 aulas de 50 minutos.



Etapas de ensino sugeridas | Ensino Médio e 9º ano do Ensino Fundamental.



Principais conceitos | Participação cidadã de jovens. Democracia. Autonomia.



Número de Estudantes Sugerido | De 10 a 30 estudantes.



Principais metodologias | Psicodrama (técnica do compartilhar) e Sala de aula invertida.



Habilidades Socioemocionais | Autoconsciência; Consciência social; Habilidade de relacionamento; e Tomada de decisão responsável.

“Os momentos gerados pela prática foram de **reflexões críticas sobre a realidade estudantil e a participação política** e causaram muita inquietação nos(as) estudantes, que passaram a compartilhar ideias que pudessem melhorar a experiência cotidiana no próprio ambiente escolar. O tema é muito agradável de ser trabalhado, porque há uma clara disputa de narrativa política na escola em questão e, com isso, os jovens se colocaram em posição de protagonistas de suas demandas.”

*Professor da Escola Estadual
Isabel da Silva Polck
que já implementou a prática*

“Gostei bastante das atividades propostas, o conteúdo trabalhado foi muito importante para nós, estudantes. Durante as apresentações, interagimos e discutimos sobre os temas abordados, tivemos **trabalhos bem interessantes e originais.**”

*Aluna de 2º ano
da Escola Estadual Isabel da Silva Polck*



1 IDEIAÇÃO | Muitas vezes movimentos essenciais para o letramento político passam despercebidos ou são silenciados dentro da própria comunidade escolar. Em grande parte das escolas, o Grêmios Estudantil, o Colegiado Escolar e as Assembleias Escolares não são construídos com a participação ativa e consciente dos(as) estudantes. As causas e consequências disso incluem: a falta de conhecimento sobre as organizações políticas estudantis, a falta de conhecimento sobre o exercício da cidadania participativa, o silenciamento de vozes estudantis e a falta de consulta aos(as) estudantes em decisões que os(as) afetam diretamente. Partindo dessa observação empírica, fez-se necessária a construção de uma prática que colocasse os(as) estudantes como agentes de mobilização política na escola, uma sequência que estimulasse a participação cidadã e trouxesse um debate inicial sobre esses conceitos. Dessa forma, a partir dos conhecimentos de mundo dos(as) estudantes, esta prática visa trabalhar com temas como democracia e participação cidadã e provocar reflexões acerca da sua participação efetiva no ambiente escolar.

ABORDAGEM TEÓRICA

A prática "*Participação democrática no espaço escolar*" desenvolveu-se a partir dos seguintes conceitos: Juventude; Democracia e participação cidadã; Movimentos sociais, autonomia e ação. A seguir, cada um deles é explorado com base em reflexões teórico-científicas.

Juventude

Em sua dissertação de mestrado, em um subcapítulo nomeado "*Tratando sobre a juventude*", Martins (2010) faz uma reflexão sobre como a juventude é vista. O autor questiona se é possível categorizá-la, definir os seus signos, e se esse grupo pode ou não ser entendido como diverso, vasto, plural.

A escola, ao olhar para o(a) adolescente como um "projeto de ser humano", um "projeto de cidadão", trata esse grupo como algo a ser forjado, sem levá-lo totalmente a sério ou sem considerar o que os(as) jovens têm a dizer sobre a própria comunidade escolar na qual interagem, sobre o próprio processo de aprendizagem e sobre as questões

sociopolíticas que estão envolvidas na dinâmica escolar. Essa perspectiva educacional, ou representação, nas palavras de Martins (2010), acaba por ignorar um grande potencial sociopedagógico, de estimular a potência das juventudes, e, por conseguinte, deixa de contribuir com uma construção ativa, saudável e prática baseada numa possível atuação política/democrática mais participativa da comunidade escolar. De tal maneira:

Abordar o jovem estudante como um participante de seu processo educacional escolar, com suas experiências e opiniões, nos permite desenvolver uma visão distinta do jovem, como cidadão em formação, sem demérito por tal condição. O jovem estudante se apresenta como um potencial agente no processo, e não, simplesmente, como alguém que se tornará cidadão após a sua formação básica, após alcançar o diploma, após adquirir um determinado instrumento para o efetivo exercício da cidadania. A vida dos jovens não está no futuro, são jovens de hoje, do presente, do agora, estão em nossas escolas, famílias, no trabalho, e por isso mesmo é preponderante que essas questões sejam discutidas. (MARTINS, 2010, p. 24-25).

Democracia e participação cidadã

O que é participação democrática e como os(as) jovens podem participar ativamente na sociedade? Essas, de fato, são as perguntas-chave da presente prática. Martins (2010) provoca uma reflexão acerca de tais questões, trazendo novamente os diversos significados que uma palavra pode assumir.

A participação pode ser qualificada como “cidadã, política, social, juvenil, estudantil” (MARTINS, 2010, p.40) e por muitos outros adjetivos. Isso é interessante e mostra várias possibilidades de atuação participativa. Contudo, para fins pedagógicos, é importante para essa prática desenvolver os conceitos de participação cidadã e estudantil.

Se a propulsão dessa prática consiste na reflexão sobre participação democrática de jovens no espaço escolar, e, como foi mencionado anteriormente, o(a) estudante deve ser visto como o(a)



responsável pelo próprio percurso escolar, com autonomia e participação ativa na escola, o questionamento que se apresenta é: como estimular esse movimento e como trabalhar com o(a) estudante que é, então, responsável, autônomo(a) e transformador(a) do espaço escolar?

Para que isso ocorra, é importante que os(as) alunos sejam estimulados(as) e tenham espaço para desenvolver as habilidades de tomada de decisão, argumentação, construção de propostas, mediação de conflitos, dentre outros. É essencial que ocorra um processo educativo que pense o(a) estudante enquanto indivíduo ativo, que parta de problemas e busque por resoluções práticas. E isso pode (e deve) ocorrer em espaços que sejam capazes de ensinar, na prática, a participação democrática, contando com a atuação estudantil em decisões e encaminhamentos da comunidade escolar. Isso reside também no processo de fortalecimento e no estímulo para a criação e manutenção de movimentos estudantis locais como o Grêmios, instância de representação e movimentação política estudantil.

Espera-se que os(as) estudantes estejam envolvidos nas práticas com agentes interventores na realidade escolar e que os(as) professores(as), gestores(as) e demais profissionais deem o suporte necessário como apoiadores(as), orientadores(as) e facilitadores(as) das organizações estudantis. Dessa forma, será realizado o que apontou Dantas (2021) como a educação essencial para a vida em sociedade: uma educação para a cidadania como algo capaz de possibilitar que o sujeito entenda, seja consciente, dos direitos assegurados, das lutas envolvidas na conquista destes direitos e das responsabilidades diárias na manutenção da democracia. É importante que o sujeito experimente, no cotidiano da escola, formas de participações políticas, o questionamento, o debate, os limites da democracia, a consciência democrática, entre outros. “[...] Perceba: a educação é um meio, um instrumento para a consolidação da cidadania, que é entendida sob essa ‘condição de ser cidadão’” (DANTAS, 2021, p. 29).

Uma forma de propiciar experiências democráticas aos(às) estudantes é destacada por Medeiros (2016) como a Assembleia Escolar. Segundo a autora: “As assembleias escolares são oportunidades para discussões e compartilhamento de decisões cotidianas, que implicam a construção da convivência na escola” (MEDEIROS, 2016, p.7). Como construção de aprendizagens democráticas, as assembleias podem ser eventos nos quais os(as) estudantes aprendam a colocar deman-

das, construir vozes coletivas, defender posicionamentos, ter contato com diferentes opiniões e a superar diferenças e hierarquias para um direcionamento que atenda o grupo envolvido.

As assembleias são, portanto, formas para a construção de um ambiente em que se pode ser ouvido, em que a expressão é livre de censura, o pensamento crítico pode ser desenvolvido e acordos podem ser criados – um espaço no qual é possível construir o respeito à diversidade e o sentimento de pertencimento a um grupo e, ainda, um espaço em que a prática democrática pode ser efetivada.

Movimentos sociais, educação, autonomia e ação

Pensar em movimentos sociais pode ser sinônimo de avaliar como o fazer educativo pode acontecer. Gohn (2011) expande a ideia de educação para além do espaço escolar, como um processo que pode ser construído pelos movimentos sociais. Para a autora, esse tipo de educação não-formal pode ser realizado pela “participação social em ações coletivas” que auxilia os sujeitos a experimentar saberes e aprendizados em outros espaços sociais.

Há um caráter educativo nas práticas que se desenrolam no ato de participar, tanto para os membros da sociedade civil, como para a sociedade mais geral, e também para os órgãos públicos envolvidos – quando há negociações, diálogos ou confrontos (GOHN, 2011, p.333).

Desse modo, uma das formas das juventudes participarem ativamente do espaço sociopolítico pode ser a partir do envolvimento em movimentos sociais. A definição de movimentos sociais é construída por Gohn (2011), como “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar” (-GOHN, 2011, p.336). Além disso, são “forças organizadas” nas quais as pessoas podem experimentar diversas sensações e possibilidades, como o exercício da criatividade, a resistência a padrões antigos, a iniciativa para a construção de novas propostas e o pertencimento a um grupo social. Essas formas de “ações coletivas”, como aponta Gohn (2011), podem surgir a partir de um ideal, de uma reflexão ou uma construção de uma sociedade mais democrática para lutar contra desigualdades sociais e/ou pelo reconhecimento da “diversidade cultural”, por exemplo.

Ao entender a importância da educação formal no processo de participação ativa em movimentos sociais, cabe aos(as) educadores(as) e

ao espaço escolar motivar os(as) estudantes a buscarem esse tipo de organização política e experiência social, como também incorporar elementos da participação em movimentos dentro da escola. Conforme já mencionado anteriormente, uma das formas de fazer isso no espaço escolar pode ser por meio do Grêmio Estudantil, da Assembleia e/ou do Conselho Escolar ou Coletivos de estudantes.

Pavão e Carbello (2013) explicam que o Grêmio Estudantil é a representação de estudantes na gestão democrática da escola que garante que eles possam participar dos processos de decisão e pleitear melhorias ou pautas para discussão sob o ponto de vista estudantil. A existência do Grêmio é garantida pela Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985, que dispõe, em seu artigo 1º, que “Aos estudantes dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus fica assegurada a organização de Estudantes como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas com finalidades educacionais, culturais, cívicas esportivas e sociais.”

O grêmio estudantil é a instância colegiada máxima de representação de estudantes. Garante a participação estudantil na gestão escolar democrática, colaborando na luta para se alcançar o objetivo primordial da escola, a oferta de ensino de qualidade. É uma organização sem fins lucrativos, cujos objetivos centram-se em ações cívicas, culturais, desportivas e sociais (PAVÃO E CARBELLO, 2013, p. 1389).

Portanto, é interessante que os(as) educadores apoiem a existência do Grêmio Estudantil, como também de outros movimentos estudantis, auxiliando na promoção de diálogos sobre participação cidadã e democracia participativa, respeitando as lideranças estudantis com o cuidado de não tutelar, direcionar ou constranger os grupos a tomarem os caminhos dos “adultos” ou da direção escolar.

Nesse sentido, Medeiros (2016) discute o conceito de “Educação democrática”, apontando a dicotomia entre o discurso democrático e as ações no contexto escolar. Ou seja, é comum que a escola evoque o discurso democrático para construir e legitimar ações educativas, mas, em termos práticos, o “fazer escolar” pode se demonstrar antidemocrático. Quebrar práticas tradicionais antidemocráticas e construir uma educação democrática, sem contradições, exige uma tomada de decisão por parte dos(as) educadores, uma ação pela liberdade, ou seja, a realização de práticas libertadoras que favoreçam a aprendizagem de participação, da superação de preconceitos e estigmas sociais, dentre outros.

As crianças precisam crescer no exercício desta capacidade de pensar, de indagar-se e indagar, de duvidar, de experimentar hipóteses de ação, de programar e não apenas seguir os programas a elas, mais do que propostos, impostos. As crianças precisam de ter assegurado o direito de aprender a decidir, o que se faz decidindo (FREIRE, 2014, p.67-68 apud MEDEIROS, 2015, p.3).

Para “crescer no exercício desta capacidade de pensar”, apontada por Paulo Freire (FREIRE, 2014, *apud* MEDEIROS, 2015, p.3), é necessário colocar os(as) estudantes na posição de protagonistas do próprio processo de aprendizagem e percurso escolar. Para isso, Medeiros (2016, p.6) considera que elementos como “solidariedade, escuta, diálogo, cooperação” e outros são importantes para a construção de práticas pedagógicas que visem à autonomia do estudante e um espaço escolar mais democrático. E, para que o discurso saia do papel, é necessário que educadores(as) tenham como “norte” a importância e a indispensabilidade da prática, da ação, do estímulo ao envolvimento sociopolítico dos(as) jovens.

Psicodrama e sala de aula invertida

As principais metodologias envolvidas na construção e aplicação dessa prática foram: *Psicodrama*, especificamente a técnica do compartilhar, e *Sala de aula invertida*, uma metodologia ativa de aprendizagem.

O Psicodrama é um conjunto de técnicas desenvolvidas por J.L. Moreno para, de forma geral, estudar “o comportamento social e grupal” (GONÇALVES, WOLFF e ALMEIDA, 1988, p.41). O homem, para Moreno (*apud* Gonçalves, Wolff e Almeida, 1988), não pode ser separado de seus vínculos ou grupos sociais e, portanto, só pode se entender e evoluir por meio de relações e vínculos fortes. O *compartilhar* faz parte da prática psicodramática e é usado como instrumento para que cada um possa colocar diante do grupo o que sentiu, elaborou ou observou durante a prática. Desse modo, cada participante tem a oportunidade de ouvir a si mesmo em relação ao que vivenciou e aprendeu e ouvir as colaborações do outro em um mesmo grupo (Gonçalves, Wolff e Almeida 1988, p.102). O compartilhar é, portanto, um momento de exposição, partilha e encontro. Na prática, o método é utilizado como momento de troca entre os integrantes dos grupos para que a sala se entenda enquanto uma unidade maior e homogênea ao compartilhar as vivências individuais de cada célula e promover o encontro por as-

sociação de ideias ou por oposição.

A sala de aula invertida, como aponta Bergmann (2018), está ligada à inversão de um modelo tradicional de ensino em que o(a) professor(a) é o(a) único(a) responsável por distribuir ou repassar conhecimentos aos estudantes dentro da sala de aula. Na inversão dessa metodologia, o foco está nos(as) estudantes, na forma em que eles aprendem um conceito ou desenvolvem alguma habilidade. Essa prática adota a metodologia de Sala de Aula Invertida para estimular que os(as) estudantes, em pequenos grupos, busquem por seus conhecimentos de mundo sobre democracia e participação cidadã para responder às questões basilares da prática proposta.

Sendo assim, essa prática foi construída para estimular o potencial dos estudantes em observar problemas e construir soluções, como agentes da ação, que envolvam uma maior participação e envolvimento político juvenil, colaborando, como apontou Dantas (2021), para um processo educativo que pense a cidadania e a democracia como um dever da educação, e, principalmente, da educação básica.

3 EVOLUÇÃO DA PRÁTICA

passo a passo

ENCONTRO 1

Objetivos Específicos

- Levantar os conhecimentos prévios dos(as) estudantes sobre democracia e participação cidadã;
- Promover discussões em grupos;
- (EM13LP20) Compartilhar gostos, interesses, práticas culturais, temas/problemas/questões que despertam maior interesse ou preocupação, respeitando e valorizando diferenças, como forma de identificar afinidades e interesses comuns, como também de organizar e/ou participar de grupos, clubes, oficinas e afins (BNCC, p.511).

Preparação

- Prepare um documento (em Word, PDF, Powerpoint ou Formulário Google, por exemplo) que contenha os conteúdos necessários para a primeira parte da prática: **(i)** questões que provoquem o conhecimento prévio dos(as) estudantes sobre democracia e participação cidadã; **(ii)** reportagens, notícias ou materiais expositivos sobre alguns dos conceitos trabalhados na prática (movimento estudantil, assembleia e grêmio) e exemplos de organização política de estudantes. É possível encontrar um modelo desse material no “Anexo 1: Democracia e Participação Cidadã” e outras sugestões de reportagens, notícias e textos expositivos na seção de referências desta prática. As perguntas iniciais deste anexo serão trazidas neste primeiro encontro, e o restante do conteúdo será trabalhado apenas no segundo encontro.
- Preparação da sala: antes de os(as) estudantes chegarem na sala, coloque no quadro o nome da sequência de atividades e o cronograma de tarefas em dias/aulas. O objetivo é deixar as informações para que os(as) estudantes tenham clareza do processo. Você pode destinar um slide para isso ou deixar explícito no Formulário Google ou mural virtual, nos casos de aplicações não presenciais ou híbridas.

Condução da Prática

Boas Vindas

1 minuto

Dê as boas-vindas para cada um(a) dos(as) estudantes enquanto adentram a sala; Pergunte como estão e peça a atenção deles(as).



Introdução da Prática

9 minutos

Comece explicando o que o motivou a escolher essa prática para o trabalho em sala de aula. Tente trazer exemplos pessoais ou de fácil observação social. Essa conversa inicial pode gerar identificações com os(as) estudantes e motivação para seu engajamento nas aulas;

Anuncie a quantidade de aulas necessárias para a sequência de atividades. Você pode usar o quadro ou mural da turma (virtual/físico) como suporte. Por fim, informe que a turma trabalhará em grupos do início ao fim da atividade.



Diálogo sobre Democracia e Participação Cidadã

14 minutos

Solicite que a turma se divida em grupos de, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 integrantes;

Apresente as duas perguntas iniciais, sinalizadas no Anexo 1, no final da prática:

- O que é democracia para você?
- Para você, o que seria um jovem cidadão ativo? Quais lugares poderia ocupar? Quais papéis poderia desempenhar?

Peça que cada grupo discuta, registre os resultados em uma folha e entregue ao(à) professor(a).



Compartilhar

20 minutos

Permita que cada grupo compartilhe o resultado da discussão e estimule a troca entre grupos. A ordem das falas pode ser feita por pergunta, com um representante de cada grupo apresentando a discussão sobre a primeira pergunta e, em seguida, fazendo uma rodada para o compartilhamento das respostas dadas à segunda questão.



Finalização

6 minutos

Recolha as folhas de registro de cada grupo e faça as considerações finais, resumidamente, destacando as contribuições de cada grupo para o debate. Esse momento deve ser um fechamento rápido e sucinto da aula.

ENCONTRO 2

Objetivos Específicos

- Introduzir aos estudantes o debate sobre organizações, movimentos e participação estudantil.
- (EM13LP24) Analisar formas não institucionalizadas de participação social, sobretudo as vinculadas a manifestações artísticas, produções culturais, intervenções urbanas e formas de expressão típica das culturas juvenis que pretendam expor uma problemática ou promover uma reflexão/ação, posicionando-se em relação a essas produções e manifestações (BNCC, p.514).

Preparação

- Preparação da Sala: coloque no quadro o tema do segundo dia de atividade: Participação democráticas de estudantes.
- Imprima ou separe o material sobre democracia e participação cidadã, conforme o modelo do Anexo 1.

Condução da Prática

Boas Vindas

2 minutos

Dê as boas-vindas para cada um(a) dos(as) estudantes enquanto adentram a sala; Pergunte como estão e peça a atenção deles(as); Solicite que a turma retome os grupos da aula anterior.



Exposição do Tema

10 minutos

Retome, brevemente, os conceitos abordados na aula anterior;

Explique o segundo dia de atividade, apresentando os tipos de textos que serão lidos ou mídias apresentadas durante a aula;

Distribua o material com os textos motivadores para cada grupo ou projete o material escolhido;

Leia os textos com os(as) estudantes em voz alta.

Diálogo sobre Participações democráticas de estudantes

15 minutos

Após ler ou apresentar os textos/mídias motivadores(as), apresente as questões guias para a discussão. Cada educador(a) pode construir as próprias proposições ou usar as que estão no modelo, no anexo 1. Deixe que os grupos trabalhem em cima das questões e solicite um registro por grupo.



Compartilhar

20 minutos

Permita que os grupos compartilhem o resultado da discussão e estimule a troca entre eles. Cada grupo pode apresentar o resultado da discussão da primeira pergunta e, em seguida, podem ter sequência novas rodadas para o compartilhamento das demais questões.



Finalização

3 minutos

Recolha as folhas de registro de cada grupo e faça as considerações finais, resumidamente, destacando as contribuições de cada grupo para o debate. Esse momento deve ser um fechamento rápido e sucinto da aula.

ENCONTRO 3

Objetivos Específicos

- Fazer o levantamento de problemas observados ao longo dos dois anos de pandemia que atingiram jovens-estudantes;
- Selecionar problemas, definindo estratégias para resolução e construção de uma proposta de intervenção;
- (EM13LP27) Engajar-se na busca de solução para problemas que envolvam a coletividade, denunciando o desrespei-

to a direitos, organizando e/ou participando de discussões, campanhas e debates, produzindo textos reivindicatórios, normativos, entre outras possibilidades, como forma de fomentar os princípios democráticos e uma atuação pautada pela ética da responsabilidade, pelo consumo consciente e pela consciência socioambiental (BNCC, p.514).

Preparação

- Antes de os(as) estudantes chegarem na sala, coloque no quadro o tema do terceiro dia de atividade: Estudantes em foco: uma proposta de intervenção.

- Deixe expostos no quadro os enunciados abaixo, que se encontram também no “Anexo 2: Participação Democrática de Estudantes”.

1. Reflita sobre o contexto atual dos(as) estudantes da (preencha com a rede de que você faz parte e o Estado ao qual ela pertence) e, em grupo, faça o levantamento dos impactos sofridos ao longo desses dois anos de pandemia. Pense também nos problemas específicos enfrentados pelos estudantes da sua escola e anote.

2. Após levantar os problemas observados pelo grupo (geral e específico), escolha uma das problemáticas examinadas para construir uma proposta de intervenção que envolva uma mobilização/participação estudantil. Depois, apresente para a turma a proposta.

- Registre também os 5 elementos para a construção da Proposta de Intervenção:

AÇÃO: é o elemento que diz respeito à ação prática apontada pelo grupo como necessária para a solução do problema apresentado. A pergunta a ser respondida a fim de identificar a ação é “O que deve ser feito?”;

AGENTE: é o elemento que identifica o ator social apontado para executar a ação que se propõe. A pergunta a ser respondida para identificar o agente da ação proposta é “Quem executa?”;

MODO/MEIO: é o elemento que diz respeito à maneira e/ou aos recursos pelos quais a ação é realizada. A pergunta a ser respondida para identificar o modo/meio apontado é “Como se executa/ Por meio do quê?”;

EFEITO: é o elemento que corresponde aos resultados

pretendidos ou alcançados pela ação proposta. A pergunta a ser respondida para identificar esse elemento é "Para quê?"; **DETALHAMENTO:** é o elemento que acrescenta informações à ação, ao agente, ao modo/meio ou ao efeito. Ele tem papel fundamental para uma formulação mais concreta e mais elaborada da proposta de intervenção. A pergunta a ser respondida para identificar o detalhamento é: "Que outra informação sobre esses elementos pode ser acrescentada pelo grupo?".

Condução da Prática

Boas Vindas

2 minutos

Dê as boas-vindas para os(as) estudantes enquanto adentram a sala; Pergunte como estão e peça a atenção deles(as); Solicite que a turma retome os grupos da aula anterior.



Exposição do Tema

5 minutos

Explique o terceiro dia de atividade, apresentando os enunciados e os elementos da atividade;

Caso não queira copiar os enunciados no quadro, você pode imprimir os textos e distribuí-los um para cada grupo ou, ainda, projetá-los com o auxílio de um equipamento eletrônico. Confira o modelo apresentado no anexo 2.



Diálogo sobre Pandemia, comunidade escolar e impactos enfrentados pelos estudantes

30 minutos

Enquanto os grupos fazem o levantamento dos problemas por eles observados, passe em cada um deles dando as orientações necessárias. Nesse momento, o(a) professor(a) assume o papel de orientador e fica disponível para dar suporte aos grupos;

Indique e incentive o início da escrita da Proposta de Intervenção.

Compartilhar**13 minutos**

Permita que cada grupo compartilhe o problema escolhido para abordagem com os colegas;

Faça as pontuações e mediações necessárias ao longo das trocas entre eles(as).

ENCONTRO 4

Objetivos Específicos

- Revisar os textos construídos na aula 3;
- Orientar os grupos para a apresentação;
- (EM13LP15) Planejar, produzir, revisar, editar, reescrever e avaliar textos escritos e multissemióticos, considerando sua adequação às condições de produção do texto, no que diz respeito ao lugar social a ser assumido e à imagem que se pretende passar a respeito de si mesmo, ao leitor pretendido, ao veículo e mídia em que o texto ou produção cultural vai circular, ao contexto imediato e sócio-histórico mais geral, ao gênero textual em questão e suas regularidades, à variedade linguística apropriada a esse contexto e ao uso do conhecimento dos aspectos notacionais (ortografia padrão, pontuação adequada, mecanismos de concordância nominal e verbal, regência verbal etc.), sempre que o contexto o exigir (BNCC, p.509).

Preparação

- Antes de os(as) estudantes chegarem na sala, organize e teste o funcionamento de materiais eletrônicos para que eles(as) utilizem na realização de pesquisas, caso seja essa a realidade escolar.
- Deixe expostos os materiais de apoio como gramáticas, dicionários e outros.

Condução da Prática

Boas Vindas**2 minutos**

Dê as boas-vindas para cada um(a) dos(as) estudantes enquanto adentram a sala; Pergunte como estão e peça a atenção deles(as); Solicite que a turma retome os grupos da aula anterior.

Orientações**10 minutos**

Retome, brevemente, os conceitos abordados na aula anterior;

Explique o quarto dia de atividade, anunciando que ele(as) irão revisar as suas propostas de intervenção e apresente os materiais de apoio para a atividade;

Organize com os(as) estudantes o funcionamento das apresentações de suas propostas, que deverão ser realizadas na aula seguinte: defina o dia de apresentação, o tempo destinado para cada grupo e o modelo de apresentação: cartaz, banner, apresentação de slides (sugere-se o uso do Powerpoint), entre outros.

**Revisão das Propostas de Intervenção****35 minutos**

Passa em cada grupo, monitorando um tempo justo para cada, e observe os pontos que precisam de revisão, solicitando mudanças ou adequações.

**Finalização****3 minutos**

Relembre os critérios de apresentação; Faça as pontuações finais necessárias.

ENCONTRO 5**Objetivos Específicos**

- Apresentação das propostas de intervenção construídas pelos(as) estudantes a partir dos debates realizados em sala de aula;
- (EM13LP16) Produzir e analisar textos orais, considerando sua adequação aos contextos de produção, à forma composicional e ao estilo do gênero em questão, à clareza, à progressão temática e à variedade linguística empregada, como

também aos elementos relacionados à fala (modulação de voz, entonação, ritmo, altura e intensidade, respiração etc.) e à cinestesia (postura corporal, movimentos e gestualidade significativa, expressão facial, contato de olho com plateia etc.) (BNCC, p.509).

Condução da Prática

Boas Vindas

1 minuto

Dê as boas-vindas para cada um dos(as) estudantes enquanto adentram a sala.



Orientações

2 minutos

Retome, brevemente, os critérios de apresentação;
Explique a dinâmica de apresentação, solicitando que os(as) estudantes tomem nota durante as exposições dos trabalhos para que, ao final, possam fazer sugestões, levantar questionamentos e trazer considerações pertinentes uns aos outros(as).



Apresentação das propostas

40 minutos

Controle o tempo de apresentação de cada grupo para que seja possível a troca entre os(as) colegas de turma, assim como a realização de apontamentos por parte do(a) educador(a).



Finalização

7 minutos

Exponha os pontos observados durante o processo de construção do trabalho por parte dos(as) estudantes e durante a apresentação/conclusão do trabalho, chamando atenção para os pontos positivos de cada grupo. É importante que o(a) educador(a) seja capaz de trazer considerações relevantes do processo de aprendizagem de cada grupo para que os estudantes entendam a importância do processo da sequência de atividades;

Deixe que os(as) estudantes que desejarem façam as avaliações do processo como um todo e agradeça a participação e envolvimento da turma. Caso o tempo não seja o suficiente, use o início de uma outra aula para as considerações finais.

continuidade

A prática conta com uma sequência de 5 dias/aulas, porém, é sabido que nem todos os componentes curriculares dispõem de mais de 4 aulas por semana. Para esses casos, é possível que se realize uma aplicação interdisciplinar, juntando as aulas de diferentes professores(as), compartilhando os resultados de cada etapa. Uma outra possibilidade seria fazer a parte do dia 4 (Revisão da proposta e orientações) no contratempo ou por meio virtual, definindo-se um tempo específico para esse processo. As atividades das aulas 1 e 2 também podem ser adaptadas para 1 encontro, privilegiando-se os textos/mídias motivadores(as) que coloquem estudantes como agentes de mobilização estudantil na sociedade.

Por outro lado, no caso em que o(a) educador(a) disponha de mais tempo e queira aprofundar a atividade, é possível que se escolha uma proposta de intervenção por turma, para se escrever um projeto e viabilizar a execução da proposta na escola ou para a comunidade escolar (bairros, ruas, etc..). Ainda, para finalizar, é pertinente pontuar que o objetivo é mobilizar, de alguma forma, o espaço escolar, então quanto mais turmas estiverem envolvidas melhor será, pois fará com que um debate maior aconteça.



4

RESULTADOS ESPERADOS | O objetivo da prática é provocar reflexões e destinar espaços de discussão sobre cidadania e participação cidadã, utilizando para isso os conhecimentos de mundo dos(as) estudantes e suas percepções sobre coletividade, organização política estudantil e tomada de decisão coletiva. Sendo assim, espera-se que a prática seja um ponto de partida para a busca por espaços de participação estudantil, que os(as) estudantes se enxerguem como agentes de mudança social, que busquem por uma participação política ativa nos espaços de decisão e construção escolar e, de forma ampliada, no bairro e lugares que circulam enquanto cidadãos.

RESULTADOS DO AUTOR | A prática foi muito satisfatória. Consegui perceber o desejo dos(as) estudantes por mais aulas que envolvam o letramento político e cidadão, o desejo por mais voz estudantil e a força que eles têm quando trabalham coletivamente, quando assumem a posição de protagonismo.

Um exemplo disso foi a mobilização dos estudantes de uma das turmas ao chamar a direção para apresentar problemas estruturais da escola em relação ao acesso e mobilidade de pessoas com deficiência no espaço. Inclusive exigiram um prazo para a adaptação do banheiro e fizeram uma proposta para provocar reflexões sobre empatia e cuidado com as PCD e alertar para a formação inadequada de filas no espaço destinado para refeições dessas pessoas.

Em relação à participação política organizada, muitos(as) estudantes relataram não ter participado de nenhum movimento estudantil/assembleia no espaço escolar, outros(as) não reconheciam ou não sabiam que o “representante de turma” poderia ser uma representação estudantil. Alguns relataram a dificuldade em ser representante de turma por significar uma vigilância dos(as) demais colegas e ter que sustentar uma imagem exemplar perante a turma, um distanciamento, punição e vigia excessiva. Outro fato interessante é que a maioria dos(as) estudantes não conheciam e não sabiam relatar sobre um episódio histórico liderado por jovens e, também, não lembravam das

ocupações das escolas em 2016.

Entre os professores da escola, surgiu o interesse em aplicar essa prática como atividade complementar, para isso, os professores com poucas aulas se organizaram para que cada um aplicasse uma etapa da sequência com o conjunto de turmas compartilhadas por eles.

Outro resultado importante foi o questionamento levantado entre os professores sobre as práticas de cidadania e possibilidade de discussão no espaço escolar entre os docentes. A partir disso, dois problemas foram levantados: a falta de atuação do colegiado e a falta de representação estudantil nos conselhos de classe. Em relação a isso, ficou definido que o grupo interdisciplinar também criaria uma proposta de intervenção para um dos problemas observados.

Para finalizar, foi possível observar, em um curto espaço de tempo, uma movimentação entre professores e estudantes em busca de um espaço mais participativo e democrático.

REFERÊNCIAS

5



REFERÊNCIAS UTILIZADAS NA ABORDAGEM TEÓRICA

BERGMANN, Jonathan. **Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem** / Jonathan Bergmann; Aaron Sams; tradução Afonso Celso da Cunha Serra. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2018.

BRASIL. **Lei 7.398, de 4 de novembro de 1985**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7398.htm> Acesso em 15/12/2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_ver-saofinal_site.pdf> Acesso em 20/12/2021.

_____. **Redação no Enem 2019: material de leitura módulo 07**. Brasília: MEC/ INEP, 2019. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2020/Competencia_5.pdf> .

DANTAS, Humberto. **Ciência política e políticas de educação: conceitos e referências** / Humberto Dantas et al. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2021. Dados eletrônicos (pdf).

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. In: **Revista Brasileira de Educação**. v.16, n.47, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em 20/11/2021.

GONÇALVES, Camila Salles. **Lições de psicodrama: introdução ao pensamento**

de J. L. Moren. Camila Salles Gonçalves, José Roberto Wolff, Wilson Castelo de Almeida. São paulo: Ágora, 1988.

MARTINS, Francisco André Silva. **A Voz do Estudante na Educação Pública: um estudo sobre participação de jovens por meio do grêmio estudantil.** Dissertação (Mestrado em Educação): Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUDB-8CKPJ/1/disserta__o_final_francisco.pdf> Acesso em 20/11/2021.

MEDEIROS, Viviane Cristina. **Práticas democráticas no contexto do ensino fundamental: o papel da assembleia escolar.** In: **REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL DA ANPED: Educação, movimentos sociais e políticas governamentais**, 2016, Curitiba/Paraná. Disponível em: <http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/eixo10_VIVIANE-CRISTINA-MEDEIROS.pdf> Acesso em 15/12/2021.

PAVÃO, Gislaiane Cristina; CARBELLO, Sandra Regina C. **Grêmio Estudantil: uma instância colegiada em debate.** In: **XI CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: EDUCERE**, 11, 2013, Curitiba. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/CD2013/pdf/10217_6140.pdf> Acesso em 15/12/2021.



SUGESTÕES PARA APROFUNDAMENTO DE LEITURA

Caderno Grêmio em Forma:

<https://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/1095.pdf>

Novo protagonismo estudantil:

<https://www.uol/educacao/especiais/o-novo-protagonismo-estudantil.htm#tematico-1>

Primavera Secundarista (Documentário):

<https://www.youtube.com/watch?v=TbNqoky5HVY>

ANÁLISE OCUPAÇÃO MINAS GERAIS - Jornal Minas:

<https://www.youtube.com/watch?v=RrG8-y9rY8>

“Primavera secundarista”: estudantes reforçam ocupação de escolas:

<https://www.youtube.com/watch?v=u8haWLJ1CkQ>

O movimento estudantil secundarista e suas principais contribuições:

<https://educacaoeterritorio.org.br/reportagens/o-movimento-estudantil-secundarista-e-suas-principais-contribuicoes/>

OCUPAÇÕES | Primeira escola de Contagem será ocupada hoje:

<https://www.esquerdadiario.com.br/Primeira-escola-de-Contagem-sera-ocupada-hoje>

Anexo 1 - DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Pense e responda:

1. O que é democracia para você?
2. Para você, o que seria um jovem cidadão ativo? Quais lugares poderia ocupar? Quais papéis poderia desempenhar?

Participações democráticas de estudantes

Leia os trechos dos textos a seguir:

O que é o Movimento Estudantil?

Movimento Estudantil é uma forma de organização política protagonizada por estudantes das mais diversas faixas etárias. Apesar dessa diversidade etária, o movimento estudantil é formado, principalmente, por alunos do Ensino Médio e por alunos das Universidades.

Além disso, a participação nesse movimento pode, ou não, estar vinculada a partidos políticos. Isso significa que existem movimentos estudantis relacionados a partidos políticos, tanto de esquerda quanto de direita, mas também existem aqueles que são autônomos.

Conhecendo alguns movimentos estudantis

União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

Além da UNE, há também a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), a qual representa os estudantes secundaristas (alunos do Ensino Médio e Técnico) em nível nacional. Essa organização teve seu primeiro desenho no primeiro Congresso Nacional dos Estudantes Secundaristas, realizado no Rio de Janeiro. Esse congresso foi realizado após o importante papel dos secundaristas na campanha “O petróleo é nosso” em 1948.

O evento marcou a fundação da União Nacional dos Estudantes Secundaristas, a qual mudou de nome para União Brasileira dos Estudantes Secundaristas em 1949.

Grêmios Estudantis

Outra importante ferramenta do movimento estudantil secundarista são os grêmios estudantis. O grêmio estudantil é uma:

Entidade que representa o conjunto dos estudantes de uma mesma escola do ensino fundamental, médio ou técnico. O Grêmio possibilita a discussão sobre os problemas gerais ou específicos das instituições de ensino, desenvolvendo as lutas dos estudantes, assim como promovendo sua interação por meio de atividades culturais e acadêmicas. Representa os estudantes de cada escola nos fóruns gerais do movimento estudantil secundarista e promove o diálogo com as entidades gerais (União Estaduais e UBES). Realizam eleições anuais e também assembleias gerais.

(Retirado de: UNE - grêmio estudantil)

Publicado em 17 de outubro de 2019 - Movimento Estudantil: passado e presente

Estudantes ocupam 40 escolas de BH

Em atitude inédita, alunos "moram" em instituições para protestar contra PEC 55 e demais medidas de Michel Temer

Rafaella Dotta

Belo Horizonte | 25 de Novembro de 2016 às 13:12



Alunos da Escola Estadual Rosa Canuta, de Ipatinga (MG), votam pela ocupação do local - Mídia NINJA

A primeira ocupação de escola em Minas Gerais aconteceu em 6 de outubro, quando a Escola Estadual Milton Campos, de Belo Horizonte, foi ocupada por estudantes. Depois disso, o número chegou a 195 instituições de ensino tomadas pelos estudantes contra as medidas do governo na área da educação, em 9 de novembro.

As ocupações funcionam da seguinte forma: alunos se reúnem em assembleia e realizam uma votação para ocupar ou não o local. Se o "sim" for vitorioso, definem-se uma data e um horário para trazerem barracas e passam a "morar" na escola. Daí em diante, começam a realizar atividades culturais, debates educativos e cuidam da sua própria limpeza, alimentação e segurança. A maioria não impede a realização das aulas.

A estudante Daniela Moura, presidente do Grêmio do Estadual Central e integrante da União Colegial de Minas Gerais (UCMG), explica que a maioria das ocupações é iniciada por estudantes que não têm relação com movimentos ou partidos, apesar de essas organizações estarem participando ativamente. "Temos um movimento organizado e mobilizamos todas as regiões da cidade, mas muitas ocupações acontecem de forma espontânea", diz.

Protestos e novas ocupações

Hoje, em Belo Horizonte, o número de escolas ocupadas cresce. De acordo com a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), em 9 de novembro eram 20 escolas ocupadas. Hoje, segundo levantamento da entidade, são cerca de 40 escolas. Ao contrário da capital, o interior do estado já inicia a desocupação das instituições e aposta em novas formas de manifestação, como protestos e atividades em espaços públicos.

“Os estudantes estão se preparando para uma nova fase. As ocupações são muito cansativas e precisamos pensar em nova vazão para o potencial dos secundaristas, como ações mais diretas”, defende Bruna Helena Fagundes, vice-presidenta da UBES. Para isso, estudantes de BH organizam um protesto em 25 de novembro, na Praça Sete, e no dia 29 de novembro vão a Brasília, no dia da votação em primeiro turno da PEC 55, a “PEC da morte”, no Senado.

Lutando pela educação

A estudante Júlia Louzada, do movimento Levante Popular da Juventude, lembra que as ocupações são contra as reformas do ensino pretendidas pelo governo não eleito de Michel Temer. “Ocupamos as escolas porque não queremos que a educação seja destruída, com a PEC 55, a reforma do ensino médio e o projeto Escola Sem Partido”, diz. Para ela, essas propostas diminuirão drasticamente os investimentos e produzirão uma educação fraca, sem aprendizado consistente.

<https://www.brasildefatomg.com.br/2016/11/25/estudantes-ocupam-40-escolas-de-bh>

Agora responda:

- 1. Você já participou de algum movimento/mobilização estudantil?**
- 2. Você já participou de alguma assembleia no espaço escolar?**
- 3. Como você avalia a mobilização dos estudantes nas ocupações das escolas em 2016?**
- 4. Você conhece outros episódios históricos encabeçados por estudantes? Comente.**
- 5. Quais são os benefícios de um movimento estudantil dentro do espaço escolar?**
- 6. Quais problemas podem surgir da baixa participação democrática de estudantes na escola?**

Anexo 2 - Participação Democrática de Estudantes

Participação democrática de estudantes

Refleta sobre o contexto atual dos estudantes da Rede de Ensino Estadual de Minas Gerais e, em grupo, **faça o levantamento dos impactos sofridos pelos estudantes ao longo desses dois anos de pandemia. Pense também nos problemas específicos enfrentados pelos estudantes da sua escola e anote.**

Após levantar os problemas observados pelo grupo (geral e específico), **escolha uma das problemáticas** examinadas para **construir uma proposta de intervenção que envolva uma mobilização/participação estudantil.**

A proposta deve ser registrada em um cartaz (cartolina/papel A3/outro) e apresentada para a turma.

A proposta de intervenção deve ser construída com 5 elementos:

AÇÃO: é o elemento que diz respeito à ação prática apontada pelo grupo como necessária para a solução do problema apresentado. A pergunta a ser respondida a fim de identificar a ação é "O que deve ser feito?".

AGENTE: é o elemento que identifica o ator social apontado para executar a ação que se propõe. A pergunta a ser respondida para identificar o agente da ação proposta é "Quem executa?".

MODO/MEIO: é o elemento que diz respeito à maneira e/ou aos recursos pelos quais a ação é realizada. A pergunta a ser respondida para identificar o modo/meio apontado é "Como se executa/Por meio do quê?".

EFEITO: é o elemento que corresponde aos resultados pretendidos ou alcançados pela ação proposta. A pergunta a ser respondida para identificar esse elemento é "Para quê?".

DETALHAMENTO: é o elemento que acrescenta informações à ação, ao agente, ao modo/meio ou ao efeito. Ele tem papel fundamental para uma formulação mais concreta e mais elaborada da proposta de intervenção. A pergunta a ser respondida para identificar o detalhamento é: "Que outra informação sobre esses elementos pode ser acrescentada pelo grupo?".

Anexo 3 - Adaptações dos Modelos para o Ambiente Virtual

Modelos usados no ambiente virtual: Google Forms/ Google Classroom

Parte 1: [Democracia e Participação Cidadã Formulários Google \(clique aqui\)](#)

Parte 2: [Participação democrática de estudantes Formulários Google \(clique aqui\)](#)

Histórias de vida e construção de saberes em cidadania

Aurilene Pantoja Silva



Objetivo | Possibilitar aos(as) alunos(as) a compreensão do agir e do saber a respeito da dignidade humana e, assim, permitir que contribuam para uma sociedade mais igualitária, que valoriza democracia, a cidadania e os direitos civis e políticos.



Componentes curriculares sugeridos | Geografia, História, Língua Portuguesa, Artes e Ciências.



Duração | 3 encontros, dois de 3 horas e um de 1h40min.



Etapas de ensino sugeridas | 4º e 5º anos do Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II.



Principais conceitos | Cidadania. Democracia. Políticas Públicas. Representatividade.



Número de Estudantes Sugerido | 10 a 50 estudantes.



Principais metodologias | Exposição de cartazes, leitura, aplicação de questionário, dramatização, debate.



Habilidades Socioemocionais | Resiliência, Responsabilidade, Determinação, Flexibilidade, Empatia, Inclusão.

“As aulas sobre democracia e cidadania foram muito boas! Aprendi que **devemos trabalhar em comunidade para buscarmos o bem de todos** e que, como cidadão, tenho direitos que devem ser respeitados.”

*Aluna de 5º ano da EMEIF
Carlos Jehá Kayath*

“Eu gostei muito das aulas da professora Aurilene Pantoja sobre cidadania e democracia! Agora sei que **temos direitos e deveres e que precisamos trabalhar em conjunto para conseguirmos melhorar a nossa situação**. Aprendi também que para conseguirmos trabalhar em união, é muito importante que eu respeite os outros e seja respeitado.”

*Aluno de 5º ano da EMEIF
Carlos Jehá Kayath*



1 IDEIAÇÃO | Considerando a necessidade de mantermos e aprimorarmos normas e padrões para o convívio social, a educação surge como um instrumento fundamental no processo de ampliação dos conhecimentos políticos e sociais e da preparação dos(as) estudantes para serem sujeitos atuantes em prol de uma sociedade mais justa e igualitária.

Dado esse contexto, esta prática pedagógica objetiva a construção de saberes em torno dos conceitos de democracia, cidadania e representatividade, analisando-se em que medida eles estão presentes no cotidiano dos estudantes. A partir de leituras de cartazes, textos, discussões e de uma dramatização protagonizada pelos(as) estudantes, eles(as) são instigados(as) a se tornarem agentes mais ativos e participativos nas transformações que ocorrem nas suas comunidades e, ao mesmo tempo, a se sentirem cada vez mais pertencentes a essas realidades.

2

ABORDAGEM TÉORICA

Esta prática surge da necessidade de trabalhar com os(as) estudantes os princípios de democracia e cidadania, apresentando a eles(as) os seus direitos e deveres como cidadã(o)s, destacando a importância da representatividade neste contexto. Para que o(a) educador(a) possa trazer esses conceitos ao longo da prática, eles são apresentados a seguir.

De acordo com Dantas (2021), a definição de democracia está longe de ser única e universal. Recorrendo-se ao dicionário, tem-se que democracia é o "governo do povo". Tal conceituação pode ser interpretada de três formas complementares: i) no sentido de que a democracia é um governo de *posse do povo*; ii) que ela tem o povo como seu *agente de ação*; e iii) que ela age *em favor* do povo. De tal forma, observa-se que, por trás da ideia de democracia, existem duas outras discussões essenciais, que são: "quem é o povo?" e o "o que é o governo?".

As noções de povo e governo (ou Estado) foram se modificando muito ao longo dos diferentes momentos históricos e ainda variam de acordo com as culturas e espaços que os caracterizam. Ao passo

que, na Grécia Antiga, por exemplo, o povo compreendia apenas uma parcela pequena de indivíduos; nas democracias contemporâneas, o povo caracteriza um contingente muito maior de indivíduos e, ainda, diferencia-se de acordo com as especificidades de cada território. Da mesma forma, ao Estado é atribuído um papel distinto em diferentes períodos históricos e localidades geográficas ao longo da história democrática (DANTAS, 2021).

Levando em conta essas considerações, uma forma de se definir o conceito de democracia é buscando identificar algumas características comuns das democracias representativas modernas. De acordo com Dantas (2021, p.24), este modelo de governo qualifica-se por aspectos que vão muito além da simples universalização do voto:

Também se exige a garantia de liberdade de expressão, liberdade de associação e a possibilidade de se pedir e oferecer apoio político e voto. Soma-se a isso a liberdade de imprensa, com fontes de informação que transcendam a mensagem oficial dos governos e do Estado. Por fim, é essencial que exista um organismo público que organize as eleições, que elas sejam datadas, periódicas e que também sejam livres, diretas e idôneas.

Já a noção de cidadania, que está intrinsecamente ligada ao próprio conceito de democracia, também não se resume a uma definição simples e única. Voltando-se, novamente, ao dicionário, a cidadania apresenta-se atrelada à condição de ser um(a) cidadã(o), o(a) qual, por sua vez, só possui relevância em um contexto democrático. Um(a) cidadã(o), no sentido mais difundido do termo, é um indivíduo dotado de deveres e direitos, que faz parte de um coletivo, de uma comunidade, que transcende a sua existência individual (DANTAS, 2021).

Trazendo um conceito clássico de Marshall, Dantas (2021) apresenta os direitos cidadã(o)s como um conjunto de direitos civis, políticos e sociais. Os primeiros, que começaram a ser reivindicados no século XVIII em meio às Revoluções Burguesas na França e nos Estados Unidos, dizem respeito aos direitos individuais e coletivos. Eles buscam garantir o direito dos indivíduos de ser quem são, de promover suas próprias escolhas e de se associarem uns com os outros, sendo respeitados em qualquer uma dessas esferas. Já os direitos políticos, que começaram a surgir no século XIX, caracterizam-se pelo direito de escolher e ser escolhido, de votar e ser votado. Por fim, os direitos sociais, mais amplamente reconhecidos no século XX, são aqueles associados

à ideia de dar acesso ou dividir o patrimônio público ao próprio povo. Segundo Dantas (2021, p. 28): “No Brasil, de acordo com o artigo 6º da Constituição Federal, são direitos sociais: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.”

No que se refere aos deveres, ainda baseando-se na conceituação de Marshall, Dantas (2021) aponta a centralidade da educação como um dever dos(as) cidadã(o)s. De acordo com o autor, a educação dos sujeitos(as) é essencial para que compreendam o funcionamento da sociedade e a sua própria condição enquanto cidadã(o)s, observando que os seus direitos são resultado de uma série de negociações e conquistas. Assim, é possível que os indivíduos observem o seu papel e as suas responsabilidades dentro do coletivo e, de forma mais ampla, da importância do exercício desta cidadania para a manutenção dos direitos e deveres cidadã(o)s e das condições democráticas como um todo.

Ainda que, conceitualmente, esse conjunto de direitos e deveres estenda-se a todos(as) os(as) cidadã(o)s igualmente e que, nas democracias representativas modernas, a noção de povo e, portanto, de cidadania, tenha praticamente se universalizado, na prática, observa-se uma participação desigual de diferentes grupos sociais. De acordo com Young (2000), muitas pessoas não se sentem representadas nos organismos mais influentes de deliberação, como legislaturas, comissões e conselhos e, até mesmo, nas coberturas dos meios de comunicação. Segundo Young (2000, p.169):

A desigualdade socioeconômica estrutural com frequência produz desigualdade política e exclusão relativa das discussões políticas influentes. Assim, as pessoas pobres e da classe trabalhadora frequentemente não têm seus interesses e perspectivas tão bem representados quanto os das pessoas das classes média e alta. Na maior parte dos sistemas políticos, as mulheres ocupam uma pequena proporção dos cargos públicos eleitos, bem como estão relativamente pouco presentes nas posições de poder e influência na vida pública e privada de modo geral. Grupos culturais minoritários e aqueles situados em posições raciais desvalorizadas também costumam carecer de voz política efetiva.

Trazendo esta discussão para a realidade brasileira, Aflalo (2021) evidencia a existência de uma crise de representação na política. Dentre um dos principais fatores responsáveis por esta, ela destaca o “abismo”

de representatividade entre representantes e representados. A autora mostra que, de acordo com o último Censo brasileiro (2010), enquanto 56% da população se autodeclarava negra, apenas 25% dos deputados do Congresso Nacional eram negros. Outro exemplo ainda mais significativo diz respeito ao número de mulheres na política: ao passo que elas representavam mais da metade da população, contabilizavam apenas 15% do total de deputados(as) federais.

De acordo com Young (2000), mais do que pela simples representação identitária ou representação descritiva, é importante que grupos marginalizados estejam presentes nos espaços de poder, uma vez que, em função dos seus posicionamentos sociais, estes costumam ter compreensões distintas sobre as causas e possíveis soluções para os problemas e conflitos. Nas palavras de Young (2000, p.175):

Cada grupo tem percepções diferentes sobre os demais, e compreensões diferentes sobre a história e a configuração atual das relações sociais. Se apenas algumas poucas dessas compreensões influenciam as discussões e as decisões, os atores políticos ficam mais propensos a perpetuar a injustiça ou a agir com imprudência.

Ao mesmo tempo, considerando ser impossível que os representantes sejam idênticos aos representados, ou seja, que não sejam capazes de “falar por” eles e/ou representá-los em todos os aspectos políticos e sociais, Young (2000) defende a importância de uma relação de autorização e prestação de contas e da manutenção de uma boa conexão entre representantes e representados. Nesse sentido, a autora propõe três principais formatos pelos quais as pessoas podem ser representadas: por interesses, opiniões e perspectivas. O primeiro caracteriza-se quando os interesses da pessoa representada estão sendo defendidos pelo representante. O segundo ocorre quando os princípios, valores e prioridades do representado estão sendo expressos nas discussões e deliberações políticas. E o terceiro é evidenciado quando as deliberações captam e expressam as experiências sociais dos representados.

Em consonância com essa visão, Young (2000) ainda destaca a importância da ampliação da representação descritiva, especialmente no caso de grupos sub-representados. Segundo ela, dispositivos como cotas em listas partidárias, representação proporcional, cadeiras parlamentares reservadas e delimitação de distritos eleitorais especiais são mecanismos interessantes para se promover essa maior representatividade, sendo capazes de ajudar a combater a discriminação sistemática

no sistema político e na sociedade em geral.

Na prática a seguir, todas essas ideias e conceitos são trabalhados de forma ampla com os(as) estudantes, podendo ser adaptados em termos de profundidade. A ideia central é fazer com que eles compreendam, ao longo da prática, as ideias-chave por trás desses conceitos, questionando-se sobre a sua importância na sociedade em termos sócio-políticos e sobre o papel que podem desempenhar dentro de suas próprias realidades.

3

EVOLUÇÃO DA PRÁTICA

A seguir é apresentado um passo a passo da prática, incluindo os objetivos, modo de preparação e condução de cada encontro. As orientações aqui apresentadas são apenas sugestões, podendo ser adaptadas de acordo com o contexto de cada escola e turma de estudantes.

passo a passo

ENCONTRO 1

Objetivos Específicos

- Introduzir os conceitos de cidadania e democracia aos estudantes;
- Desenvolver capacidades de expressão oral e articulação nos(as) estudantes, a partir de uma atividade de dramatização.

Preparação

- Você irá apresentar aos estudantes conceitos relacionados à democracia e cidadania por meio de uma exposição de cartazes com citações sobre o tema. Para isso, você deve produzir os cartazes, painéis ou slides antes da atividade. Como exemplo, você pode se inspirar no “Anexo 1 - Cartazes sobre Democracia e Cidadania”, que encontra-se ao final desta prática;
- Neste encontro, um grupo de estudantes irá protagonizar uma dramatização de um debate eleitoral. Para isso, você deve selecionar 2 a 4 estudantes na aula anterior para caracterizarem-se como vereadores ou deputados e ajudá-los

a se preparar para o momento, trazendo alguns conceitos e explicando como funcionará a dinâmica;

- Ao final do encontro, você entregará um questionário aos estudantes para entender mais sobre suas histórias de vida e compreender o quanto seus direitos e deveres estão sendo contemplados e quais políticas públicas estão presentes em seus lares e contextos sociais. Como exemplo, você pode se inspirar no “Anexo 2 - Questionário Histórias de Vida”, que se encontra ao final da prática.

Condução da Prática

Preparação da Sala e Boas Vindas

30 minutos

Dê as boas-vindas para cada um(a) dos(as) estudantes enquanto adentram a sala;
 Convide-os(as) a colarem os cartazes com as citações sobre cidadania e democracia nas paredes com você, visando tornar a sala um ambiente lúdico;
 Oriente aos(as) alunos(as) que caminhem pela sala, lendo e observando os cartazes, despertando sua curiosidade em relação à atividade que será realizada.



Exposição do Tema

30 minutos

Faça uma exposição sobre o tema que será trabalhado na prática, tendo como referência os conceitos apresentados na seção de abordagem teórica desta prática. Sugere-se que você estabeleça relações com questões como:

O papel de cada um em casa, na escola e na sociedade;

A importância da representatividade democrática e em especial da inclusão de pessoas que estão à margem da sociedade nos espaços de poder;

A importância da educação, dos debates e de um processo de ensino-aprendizagem positivo;

O papel da educação enquanto mecanismo de redução de desigualdades sociais, como forma de tornar os estudantes cidadãos críticos, ativos e transformadores das suas próprias realidades.

Diálogo sobre Direitos e Deveres**40 minutos**

Proponha um diálogo com os(as) estudantes, questionando-os(as) sobre os direitos e deveres que eles observam no seu dia a dia, permitindo assim uma melhor compreensão sobre o tema.

**Dramatização****60 minutos**

Convide os(as) estudantes que você selecionou para representarem vereadores a apresentarem suas propostas ao restante da turma, que farão o papel de eleitores(as) e deverão votar nas melhores propostas.

**Explicação e Entrega do Questionário****20 minutos**

Leia o questionário sobre histórias de vida, direitos e deveres e entregue-o para os(as) estudantes, pedindo que tragam preenchido no próximo encontro.

ENCONTRO 2 (100 min)**Objetivos Específicos**

- Promover a reflexão sobre questões de cidadania, identificando o quanto os deveres e direitos dos estudantes estão sendo exercidos na prática e o quanto eles possuem acesso às políticas públicas;
- Desenvolver as habilidades de leitura e de expressão oral dos(as) estudantes.

Preparação

- Separe textos ou mídias que falem sobre direitos, deveres e o poder do coletivo, para realizar a leitura com os(as) estudantes ao longo da prática. Faça esta seleção considerando os conteúdos que melhor se adaptem à sua turma e contexto escolar.

Condução da Prática

Boas Vindas + Retomada do Encontro 1

20 minutos

Dê as boas-vindas para cada um dos(as) estudantes enquanto adentram a sala;
Retome os principais conceitos e atividades trazidos no encontro anterior.



Leitura e Debate de Textos

1h10min

Com os estudantes, faça a leitura dos textos e/ou mídias. Dependendo da idade deles, você mesmo(a) pode fazer a leitura, ou pedir que leiam trechos dos textos. A partir disso, você pode conduzir uma discussão sobre questões como:

- a importância de ser cidadão e de viver em sociedade tendo ciência tanto dos seus deveres, quanto dos seus direitos;
- o respeito e a valorização da diversidade e a promoção do bem comum;
- a valorização do meio ambiente;
- a importância de questões como empatia, respeito, amor, fé, companheirismo, solidariedade e humildade;
- o compromisso com a comunidade em que vivem;
- a importância da união em torno de questões coletivas.



Roda de Conversa sobre os Questionários

1h30min

Peça aos estudantes que façam uma roda e que cada um pegue o questionário entregue na aula anterior, com as suas respostas preenchidas;

Proponha a realização de uma roda de conversa, na qual cada estudante leia as respostas do seu questionário;

No final, aborde a importância da democracia e da cidadania, dando ênfase às políticas públicas que estão presentes nas suas vidas e nas vidas das suas famílias (como educação, saúde, lazer, bolsa família, etc.) e quais políticas ainda seriam necessárias para

que tivessem melhores condições de vida e de atuarem como cidadã(o)s. Adapte esse debate a suas realidades específicas; Recolha os questionários dos(as) estudantes.

ENCONTRO 3

Objetivos Específicos

- Avaliar os resultados da prática em conjunto com os(as) estudantes.

Preparação

- Neste encontro, será realizada uma avaliação de impacto e satisfação dos(as) estudantes em relação à prática. Para isso, você deve preparar um questionário, podendo inspirar-se no modelo apresentado no anexo 3, ao final da prática.

Condução da Prática

Boas Vindas + Retomada do Encontro 2

10 minutos

Dê as boas-vindas para cada um dos(as) estudantes enquanto adentram a sala; Retome os principais conceitos e atividades trazidos no encontro anterior.



Avaliação de Impacto e Satisfação

30 minutos

Com o objetivo de identificar o quanto os(as) estudantes gostaram da prática e o quanto esta impactou a disposição deles(as) em atuar como cidadãs(os) ativos(as), entregue o formulário com perguntas de satisfação e impacto e peça que cada um responda individualmente.



Fechamento: Roda de Conversa sobre a Prática

30 minutos

Depois de cada um(a) dos(as) estudantes responder a sua avaliação individual, proponha a realização de uma roda de conversa para que todos(as) troquem sobre os pontos positivos e negativos da prática.

4

RESULTADOS ESPERADOS | Ao término desta prática pedagógica, espera-se que os estudantes possam compreender a importância dos termos democracia e cidadania, relacionando-os com as suas experiências pessoais enquanto cidadã(o)s e que possam colocá-los em prática. Assim, por meio dos conhecimentos construídos, objetiva-se que estes possam atuar como cidadã(o)s mais críticos(as), ativos(as) e atuantes na conquista de uma sociedade mais justa e igualitária.

RESULTADOS DA AUTORA | De acordo com a observação diária desses três momentos em que foi dividida a prática pedagógica, observei que o conteúdo foi bastante significativo, assim como a estratégia da abordagem. Os(as) estudantes se mostraram cativados(as) e concentrados(as), fazendo perguntas, respondendo a questionamentos e, assim, criando e compartilhando conhecimentos. Identifiquei também que os temas democracia e cidadania eram desconhecidos pelos(as) estudantes, de forma que a prática foi muito importante no processo de ensino e aprendizagem, incentivando-os(as) a tornarem-se seres humanos mais conscientes, comprometidos, ativos e atentos na resolução dos problemas existentes em seus cotidianos.

REFERÊNCIAS



REFERÊNCIAS UTILIZADAS NA ABORDAGEM TEÓRICA

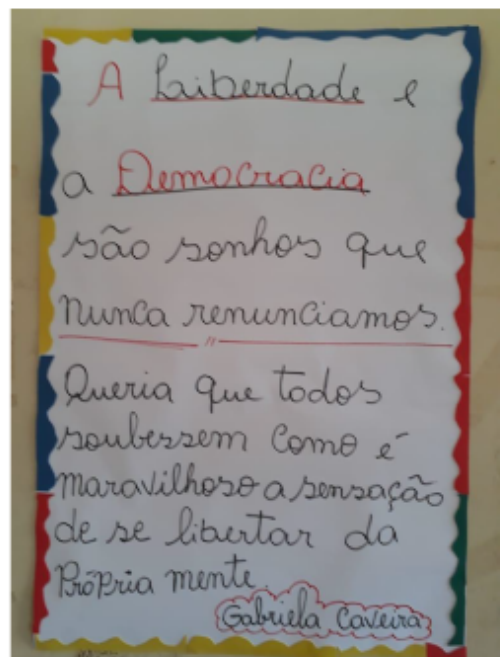
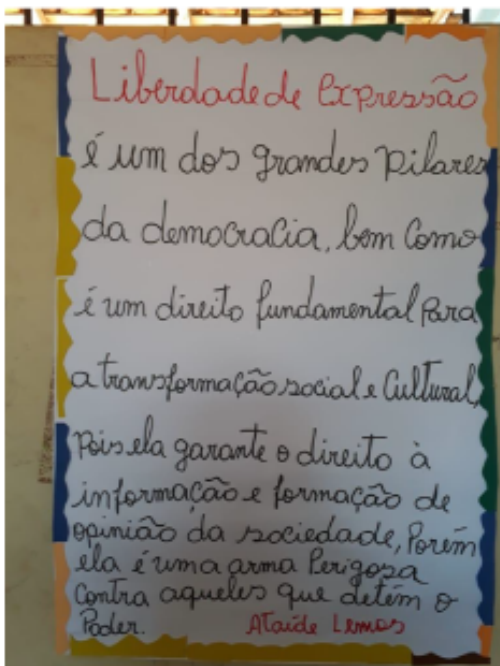
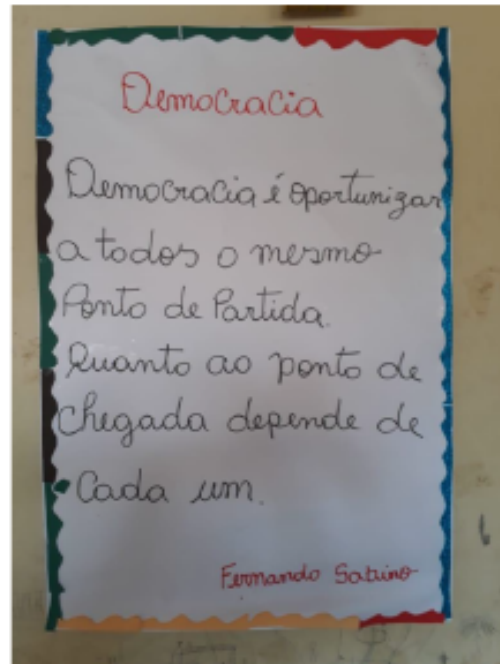
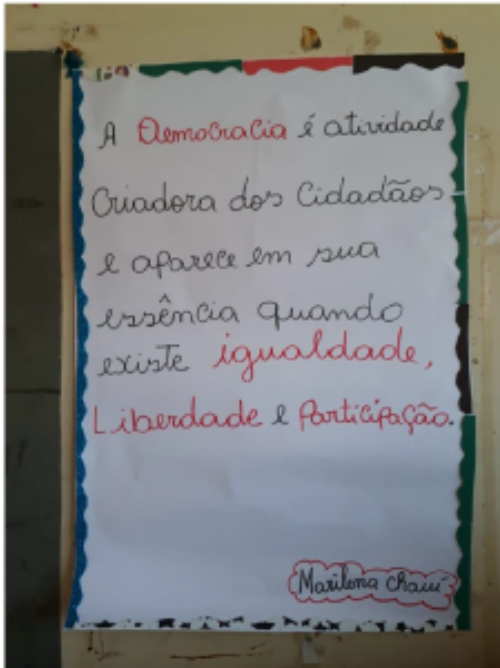
AFLALO, Hannah Maruci. **Representação e Representatividade**. In: **Ciência Política e Políticas de Educação: conceitos e referências**. Rio de Janeiro : Konrad Adenauer Stiftung, 2021.

DANTAS, Humberto. **Democracia, cidadania e educação**. In: **Ciência Política e Políticas de Educação: conceitos e referências**. Rio de Janeiro : Konrad Adenauer Stiftung, 2021.

YOUNG, Iris Marion. **Representação Política, Identidade e Minorias**. Lua Nova, São Paulo, 67: 139-190, 2006.



Anexo 1: MODELOS DE CARTAZES SOBRE DEMOCRACIA E CIDADANIA



Anexo 2: QUESTIONÁRIO SOBRE HISTÓRIAS DE VIDA

Histórias de vida e construção de saberes em cidadania

1. Quem sou eu?
2. Quantos anos eu tenho?

Após a aula expositiva, responda às questões:

3. O que é democracia?
4. O que é cidadania?
5. Quais os direitos que estão inseridos na sua vida hoje?
6. Você se considera um cidadão e cumpre seus deveres em uma democracia?
7. Você já participou de alguma eleição? Se sim, de qual?
8. Ao longo de sua vida, muitos candidatos apresentarão suas propostas. Em sua opinião, quais propostas seriam importantes para toda a população?

Anexo 3: AVALIAÇÃO DE SATISFAÇÃO E IMPACTO

Avaliação de Satisfação e Impacto

História de vida, construção de saberes e cidadania em um contexto social

1. De acordo com o que foi abordado nessa prática pedagógica, responda às questões abaixo:

Em uma escala de 0 a 10, quanto você indicaria esta atividade para outro estudante?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0

Você diria que esta experiência gerou um aumento do seu interesse em se informar sobre o tema e atuar em questões da vida pública?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0

Após a abordagem da prática, você exerceu seus direitos e deveres em algum momento?

- 0 Sim, várias vezes.
- 0 Sim, algumas vezes.
- 0 Ainda não.
- 0 Não nem pretendo.

Você gostaria de aprender mais sobre os assuntos abordados na prática?

- 0 Sim, muito.
- 0 Sim, um pouco.
- 0 Indiferente.
- 0 Não.

Fake news: o que eu tenho a ver com isso?

Gilberto de Oliveira



Objetivo | Identificar e combater a disseminação das Fake News; Refletir sobre o direito e o uso responsável da internet; Orientar os(as) estudantes sobre como realizar pesquisas na internet.



Componentes curriculares sugeridos | Geografia, História e Língua Portuguesa.



Duração | 5 aulas de 50 minutos.



Etapas de ensino sugeridas | Ensino Fundamental II.



Principais conceitos | Cidadania digital. Fake News. Redes sociais.



Número de Estudantes Sugerido | De 10 a 40 estudantes.



Principais metodologias | Análise de charges, pesquisa na internet, trabalho em grupo, partilha e elaboração de memes.



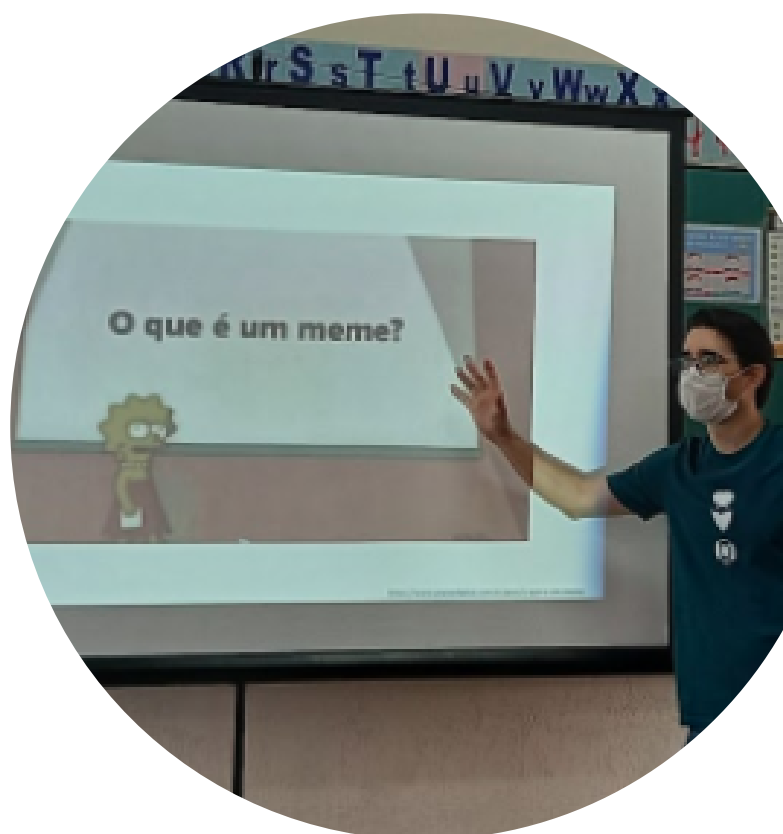
Habilidades Socioemocionais | Empatia, respeito, curiosidade para aprender, criatividade, autonomia e responsabilidade.

“A prática me mostrou que nem tudo que parece verídico é confiável. **Devemos sempre olhar se a notícia é muito espetaculosa**, se a fonte é de confiança, entre outras coisas, para identificar *fake news*.”

Aluna do 7º ano da EMEF Santa Maria

“Eu gostei de trabalhar com fake news. É um assunto que não sabia identificar antes do trabalho, mas agora, seguindo todas as dicas, consegui ficar **muito mais atenta para o que vejo no dia a dia.**”

Aluna do 7º ano da EMEF Santa Maria



”

1 **IDEAÇÃO** | Atualmente, uma grande quantidade de informações falsas circulam pela internet. Não que antes estas fossem inexistentes, mas, com a tecnologia, sua disseminação ficou muito mais rápida e com consequências avassaladoras. Proteger-se dessas falsas notícias e não as compartilhar com familiares e amigos tornou-se algo muito importante, principalmente em tempos de pandemia. Diante desse panorama, esta prática foi desenvolvida visando proporcionar aos(as) alunos(as) meios para identificar e combater a disseminação de *fake news* em nossa sociedade.

ABORDAGEM TÉORICA

2

Um dos maiores problemas sociopolíticos com o qual a sociedade contemporânea tem se deparado é a veiculação de informações falsas nas redes sociais. Esse contexto influenciou a formulação da prática pedagógica aqui descrita, que aborda, sobretudo, os conceitos de *fake news* e de cidadania digital.

O primeiro passo na direção de aclarar tais conceitos é compreender o que são as chamadas *fake news*. Normalmente, associa-se *fake news* com a ideia de notícias falsas. Todavia, o conceito é mais abrangente, conforme salienta Frias Filho (2018, p. 43): “o termo *fake news* deveria ser compreendido como toda informação que, sendo de modo comprovável falsa, seja capaz de prejudicar terceiros e tenha sido forjada e/ ou posta em circulação por negligência ou má-fé, neste caso, com vistas ao lucro fácil ou à manipulação política”.

Resende (2021), em uma obra de iniciativa do Laboratório de Políticas Públicas e Internet (LAPIN), explica que as *fake news* podem ser entendidas como informações falsas, tendenciosas ou imprecisas que são divulgadas como se fossem notícias reais. Nessa mesma obra, apreende-se que, muitas vezes, esse tipo de conteúdo imita a aparência de um jornal ou revista amplamente conhecido, com o intuito de passar a impressão de que tais notícias são verdadeiras e confiáveis. Diante desse quadro, cabe salientar que “esse tipo de conteúdo costuma ser produzido com o objetivo de legitimar um ponto de vista ou prejudicar uma pessoa ou grupo” (Resende, 2021, p.2).

Segundo o Parlamento Britânico, as *fake news* englobam os seguintes conteúdos:

a) Conteúdo fabricado: conteúdo completamente falso; b) Conteúdo manipulado: distorção de informações ou imagens genuínas, p.ex. uma manchete que se torna mais sensacionalista, muitas vezes popularizada por “clickbait”; c) Conteúdo do impostor: representação de fontes genuínas, por exemplo, usando a marca de uma agência de notícias estabelecida; d) Conteúdo enganoso: uso enganoso de informações, por exemplo, apresentando comentários como fatos; e) Falso contexto ou conexão: conteúdo factualmente preciso que é compartilhado com falsas informações contextuais, p.ex, quando a manchete de um artigo não reflete o conteúdo; f) Sátira e paródia: apresentando histórias engraçadas, mas falsas, como se fossem verdadeiras. Embora geralmente não sejam categorizadas como notícias falsas, isso pode, sem querer, enganar leitores (HOUSE OF COMMONS, 2018, p.7 apud FURNIVAL, SANTOS, 2019, p. 101).

De acordo com o Relatório Digital (2021), publicado pela *We Are Social* em parceria com a *Houtsuite*, os brasileiros passam cerca de 10 horas por dia online. A pesquisa também revela que o tempo diário médio que o brasileiro passa nas redes sociais é de 3 horas e 42 minutos, ficando em terceiro lugar entre os países pesquisados (*WE ARE SOCIAL, HOUTSUITE, 2021*). Com tanto tempo conectados e fazendo uso de redes sociais, as pessoas têm acesso a um grande volume de informação. Por um lado, essa ampliação do acesso pode ser vantajosa, na medida em que permite a obtenção rápida e fácil de conteúdos

científicos e de diversos outros tipos de materiais de ordem informativa, mas, por outro, as pessoas podem se deparar com conteúdos duvidosos e de má qualidade, e, muitas vezes, sem perceber as diferenças aí existentes.

Nesse sentido, torna-se muito importante que os(as) alunos(as) tenham um bom senso crítico para realizar pesquisas e selecionar aquelas informações que são confiáveis. Porém, segundo um estudo da *Stanford University*, de 2017, com estudantes estadunidenses, a grande maioria deles(as) não possui essas habilidades:



82% dos alunos do ensino médio não conseguem distinguir entre um anúncio marcado como conteúdo patrocinado e uma história real em uma página da web. Na verdade, muitos alunos deram credibilidade a um tweet informativo ao incluir uma ótima foto e sem perceber a fonte da notícia (STANFORD, 2017 apud FERNÁNDEZ-GARCÍA, 2017, p. 71).

Diante desse contexto, nota-se necessária uma educação que atenda às novas tendências da nossa sociedade, não apenas no que diz respeito ao mundo físico, mas também nas questões que envolvem o ciberespaço., como, por exemplo, a importância do ato de realizar uma busca na internet com planejamento, seguida de uma exploração dos resultados capaz de otimizar essa pesquisa. Muitas pessoas acreditam que os resultados de uma pesquisa realizada em determinada ferramenta de busca, como o Google, serão os mesmos para todos. No entanto, esse tipo de ferramenta utiliza-se de diversas variáveis para determinar os resultados das buscas feitas por cada usuário, isso proporciona a formação do que chamamos de “bolhas” na internet. As redes sociais também seguem essa lógica, de modo que as postagens e os anúncios que aparecem aos usuários são “ajustados” de acordo com o seu histórico de buscas, localização, curtidas, perfil de compras, entre outros. Desse modo, normalmente, o usuário não tem acesso a informações e conteúdos que se afastam ou contradizem, em grande nível, o seu perfil de pensamento e ação no mundo virtual (Fernández-García, 2017). Essa constatação também é compartilhada por Pariser (2012 apud Gomes, 2021, p. 27) ao afirmar que: “segundo pesquisas, a ampla maioria das pessoas imaginam que os mecanismos de busca sejam imparciais. Mas essa percepção talvez se deva ao fato de que esses mecanismos são cada vez mais parciais, adequando-se à visão de mundo de cada um”.

Considerando o tempo despendido pelos indivíduos no uso da internet atualmente, e, por conseguinte, a grande quantidade de atividades e informações que eles realizam e consomem no meio virtual, é necessário pensarmos de que forma podemos exercitar a nossa cidadania nesse espaço, nesse caso, a chamada cidadania digital. O conceito de cidadania digital:

[...] está relacionado justamente ao modo de uso da internet e de ferramentas digitais por parte dos seus usuários, de modo que o conceito diz respeito justamente às normas e comportamento adequado e responsável em face do uso de tecnologia (NUNES, LEHFELD, p. 3, 2018).

Segundo Ribble (2011), a cidadania digital envolve nove elementos: i) Acesso digital: todas as pessoas devem ter acesso pleno e equitativo à tecnologia; ii) Comércio digital: compra e venda de forma adequada de produtos e serviços online; iii) Comunicação digital: trocas de informações online e como se pronunciar quando confrontados; iv) Literacia digital: capacidade de saber como e quando usar a tecnologia digital; v) Etiqueta digital: conjunto de normas e condutas adequado ao ciberespaço; vi) Lei digital: direitos e restrições legais que governam o uso da tecnologia; vii) Direitos e responsabilidade digital: privilégios, liberdades e compromentimentos estendidos a todos no mundo digital; viii) Saúde e bem-estar digital: bem-estar físico e emocional ligados ao uso da tecnologia; ix) Segurança digital: precauções que os usuários da internet devem tomar para garantir a segurança pessoal e da sua rede de contatos.

A cidadania digital é parte da cultura digital, que é uma das dez competências gerais da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) que acompanham o(a) aluno(a) desde a educação infantil ao ensino médio. A cultura digital corresponde a “compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva” (BRASIL, 2018).

Assim, é possível perceber que, para consolidar a cidadania em um país, deve-se praticá-la desde cedo e, nas escolas, há um ambiente propício para isso, pois, nesse espaço, os(as) discentes exercem deveres e direitos perante a comunidade escolar, de modo que, desde cedo, se corretamente estimulados(as) para isso, poderão perceber como exercitar diferentes formas de cidadania. Conforme afirma Dantas (2021, p. 29), “a educação é um meio, um instrumento para a consolidação da cidadania [...]”.



Nesse sentido, professores, pesquisadores e centros de pesquisa de diferentes países assinaram um *Manifesto Pela Cidadania Digital*, que também defende o papel da educação na contemporaneidade digital em nossa sociedade ao afirmar que:

Educar para a cidadania digital é agora um dever para a nossa sociedade e para todas as instituições educacionais públicas e privadas. Significa educar para uma participação responsável, para uma interação consciente, para construir as habilidades de todos em um mundo cada vez mais conectado [...] (DI FELICE et al., 2018, p. 7).

Para desenvolver e conscientizar os(as) discentes de seus deveres e direitos, o(a) professor(a) tem um papel fundamental. Pois, ao planejar e executar a sua prática pedagógica, o docente deve estar embasado em uma literatura que proporcione aos discentes uma consciência cultural, política e social. Conforme assevera Souza (2005, s.p.),

[a] pesquisa é elemento essencial para uma prática pedagógica que possibilite a superação da alienação e da relação de subalternidade cultural, política e social. A pesquisa como característica da formação e da prática do professor e como elemento de motivação para a atitude investigativa entre os educandos.

A consolidação da cidadania digital e o combate às *fake news* são dois fatos da contemporaneidade que podem ser alcançados por meio da utilização constante de práticas pedagógicas bem elaboradas. A busca por novos conhecimentos e a vivência de novas experiências são essenciais para atender aos desafios gerados por esse novo mundo, o mundo digital.

3

EVOLUÇÃO DA PRÁTICA

preparação

Para se preparar para esta prática pedagógica, leia a seção “abordagem teórica” e, caso queira se aprofundar nos temas fake news e desinformação, consulte as publicações de Furnival e Santos (2019) e da Unesco (2019). Ainda que existam diversos conceitos que permeiam essa temática, por ser o conceito mais difundido no país, optou-se por utilizar *fake news*.

Esta prática pode ser realizada na modalidade plugada ou desplugada. No primeiro formato, os(as) estudantes utilizam-se de ferramentas tecnológicas, como computadores e/ou celulares. No segundo, tais ferramentas são substituídas por materiais físicos, como recortes de imagens, por exemplo. Ao longo da prática, será trazido o passo a passo da atividade plugada e, quando necessário, serão apresentadas as adaptações indicadas para a realização da prática desplugada. A seguir, é detalhada a preparação necessária para cada um dos tipos de atividade.

Atividade plugada

Para a atividade plugada, é necessário que o(a) educador(a) elabore slides contendo: i) charges sobre o conceito de *fake news*; ii) exemplos de notícias veiculadas nas redes sociais, para que os(as) estudantes classifiquem entre fatos ou *fakes*; iii) orientações sobre como fazer uma boa busca na internet; iv) um roteiro de pesquisa para aprofundamento da temática; e v) orientações de como criar memes.

Em relação ao ponto (i), sugere-se a busca de charges que trazem o conceito de fake news de forma bem humorada, a exemplo daquelas trazidas no anexo 1, ao final desta prática. Com relação a exemplos de notícias classificadas entre verdadeiras e *fake news* (ponto ii), sugere-se a busca em al-

guns sites de checagem, entre eles: Agência Lupa (Folha de S. Paulo), Fato ou fake (G1), Aos fatos, e-farsas. Os endereços eletrônicos estão disponíveis na seção de referências, ao final da prática.

Com relação à qualidade da busca na internet (ponto iii), existem várias formas de refiná-la. Indica-se uma matéria disponibilizada pelo canal Olhar Digital que dá várias dicas de como realizar uma boa pesquisa na Internet e o texto de Pedro (2016), que aprofunda o debate. Ambos estão citados nas referências da prática. Para a elaboração dos slides com o roteiro de pesquisa (ponto iv), confira o exemplo no anexo 2. E, para realizar o tutorial de confecção de memes (ponto v), indica-se a utilização do website Gerar Memes, listado nas referências. Além disso, para a atividade plugada, são necessários dispositivos eletrônicos como projetor, computador e celulares com acesso à internet.

Atividade desplugada

Na atividade desplugada, o(a) professor(a) deve elaborar todo o conteúdo trazido nos slides, adaptando-o aos recursos físicos disponíveis em sua unidade escolar. Algumas sugestões são a elaboração de resumos e cartazes; a realização de fotocópias de charges e de notícias para classificação entre verdadeiras e *fake news*; a impressão de materiais com trechos de textos para realização de pesquisa sobre o tema; e a impressão de imagens, recortes de jornais, revistas ou catálogos para serem utilizadas no momento de confecção dos memes.

passo a passo

ENCONTRO 1: Avaliação diagnóstica

Objetivos Específicos

- Realizar uma avaliação diagnóstica dos conhecimentos prévios dos(as) alunos(as) sobre fake news por meio do uso de charges e publicações veiculadas na internet.

Condução da Prática

Organização da Sala

5 minutos

Organize a sala de aula com as carteiras em forma de "U" para que todos(as) possam ter contato visual uns com os outros, proporcionando a partilha da análise das charges e notícias que serão apresentadas. Nas referências, é indicado o link para a leitura do texto: "Qual é a melhor forma de organizar as carteiras na sala de aula?"



Apresentação de charges

10 minutos

Apresente charges que abordem questões como: os veículos a partir dos quais as pessoas mais se informam, como as redes sociais são as únicas fontes de informações para alguns indivíduos, as dicotomias entre a liberdade de expressão e o acesso à informação de qualidade, como as *fakes news* se multiplicam. Você pode utilizar as charges apresentadas no anexo 1 ou buscar outras que tragam ideias semelhantes. Solicite que os(as) discentes leiam e façam uma reflexão sobre as mensagens transmitidas e o tema abordado nas charges.



Partilha

15 minutos

Proponha uma partilha entre os(as) alunos(as) para que possam expressar suas impressões sobre o tema abordado nas charges. Deixe que eles(as) manifestem suas impressões e, depois, questione-os(as): O que são *fake news*? Como surgem as *fake news*?

Garanta que todos(as) possam se expressar. Sabemos que alguns são mais comunicativos e outros(as) não se expressam tanto, de tal forma, faça perguntas para aqueles(as) que não se manifestaram espontaneamente. Ao longo da troca, peça que os(as) discentes anotem as impressões sobre o tema em seus cadernos.

Identificando *fake news***20 minutos**

Apresente algumas publicações selecionadas e solicite aos(as) alunos(as) que identifiquem se elas são *fake news* ou não. Verifique previamente nos sites de checagem indicados nas referências e prepare as reportagens conforme indicado na seção de preparação;

Novamente, deve-se prestar atenção nos argumentos utilizados e todos(as) devem anotar suas conclusões;

Questione os(as) discentes sobre como podemos identificar e combater as *fake news*. Nesse momento, o objetivo é verificar o conhecimento prévio e as sugestões de ações que os(as) discentes expressam sobre o que foi indagado. No próximo encontro, será proposta uma atividade de pesquisa.

ENCONTRO 2: Orientação de como fazer uma pesquisa na internet

Objetivos Específicos

- Promover a compreensão acerca das principais características das *fake news*;
- Capacitar os(as) estudantes a realizarem pesquisas de qualidade na internet.

Condução da Prática

Pesquisando sobre *fake news*

5 minutos

Solicite aos discentes que façam uma pesquisa sobre *fake news* para apresentar na próxima aula. Proponha um roteiro de apoio com perguntas para tal atividade, seguindo o modelo apresentado no anexo 2, ao final da prática.



Como fazer uma pesquisa na internet?

25 minutos

Após os(as) alunos(as) anotarem o roteiro proposto, é o momento de questioná-los(as): Como vocês realizam uma pesquisa na internet?

Provavelmente muitos colocariam as questões na barra de busca e clicariam nos primeiros sites apresentados pelo *Google*;

Abra uma guia do navegador de internet na tela/projetor e digite a pergunta na barra de pesquisa: o que são *fake news*. Em seguida, pergunte aos(as) discentes quantos resultados foram apresentados.

Após a observação feita, faça a mesma busca acrescentando aspas no início e no final da expressão pesquisada e, novamente, questione qual o número de resultados apresentados. Pergunte se foi realizada a mesma busca;

Após as observações realizadas pelos(as) alunos(as), apresente como otimizar uma busca na internet. Traga como referência as dicas trazidas no site Olhar digital (indicado nas referências) utilizando, por exemplo, as aspas, o sinal de mais (+) e o sinal de menos (-), bem como o uso do asterisco (*).



Identificando *fake news*

20 minutos

Apresente o roteiro de pesquisa na internet proposto por Pedro (2016), no qual são apontadas as seguintes fases de uma pesquisa:



Além de todas as dicas para realizar uma boa pesquisa na internet, também deve-se alertar os(as) alunos(as) de que as primeiras páginas que aparecem nos resultados de busca são de empresas ou entidades que pagam por aquele espaço, utilizando os serviços do *Google Ads*. Geralmente estes são anúncios que estão relacionados com as palavras-chave pesquisadas pelos usuários.

Adaptação para a atividade desplugada:

Caso não seja possível acessar a internet para realizar as ações propostas com os alunos(as) durante a aula, o(a) professor(a) pode realizar a pesquisa previamente utilizando todos os recursos sugeridos anteriormente e exibir aos(as) discentes em uma apresentação de slides ou vídeo demonstrando as dicas de como realizar uma pesquisa. Também, pode-se elaborar um tutorial impresso e realizar a leitura com os(as) alunos(as).

Retome a tarefa de casa com os(as) estudantes e, após sanadas as dúvidas que surgirem sobre o roteiro de pesquisa, solicite que a realizem em casa como tarefa individual para entregarem na próxima aula.

ENCONTRO 3: Partilha da pesquisa

Objetivos Específicos

- Desenvolver nos(as) discentes as habilidades de expressão, escuta e discussão por meio da partilha dos resultados da pesquisa de aprofundamento sobre fake news.
- Desenvolver nos(as) alunos(as) a consciência de checar as notícias veiculadas na internet antes de compartilhá-las, pelo uso de sites de checagem de notícias, por exemplo.

Condução da Prática

Organização da Sala

5 minutos

Organize a sala de aula com as carteiras em forma de "U" para que todos possam ter um contato visual e proporcionar a partilha e o debate dos resultados da pesquisa proposta.



Partilha dos resultados da pesquisa proposta

30 minutos

Projete os slides com as perguntas do roteiro e solicite que alguns alunos(as) apresentem de forma sucinta os resultados de sua pesquisa.

O(a) discente irá responder apenas a uma das perguntas para que todos possam participar. Caso alguém encontre uma informação diferente, solicite que ele(a) apresente e informe qual fonte foi consultada.

Apresentação de sites de checagem de notícias

15 minutos

Após a partilha, apresente aos(as) alunos(as) os principais sites que checam se as notícias veiculadas na internet são verdadeiras ou falsas, indicados nas referências.

ENCONTRO 4: Oficina de Memes

Objetivos Específicos

- Desenvolver a criatividade e o pensamento crítico dos(as) estudantes, a partir da produção de memes, utilizando sites da internet ou materiais impressos.

Condução da Prática

Organização da Sala

5 minutos

Divida os(as) estudantes em grupos com quatro alunos(as) em cada. Sugere-se que os(as) alunos(as) fiquem de frente uns para os outros(as) e de lado para a lousa e que a projeção dos slides – caso você possua – seja feita na direção da lousa.



O que são memes?

20 minutos

Antes de iniciar a apresentação, questione os(as) discentes sobre: O que é um meme? Como é feito um meme? Quais dos(as) alunos(as) já fizeram um meme?

- Após ouvir as respostas dos(as) alunos(as), faça uma explanação sobre o conceito de meme e oriente-os como fazer um meme usando sites disponíveis na internet, dessa forma todos terão os conhecimentos necessários para executar a tarefa que será proposta posteriormente. Para aprofundar sobre o conceito de meme, leia o artigo de Ferreira, Villarta-Neder e COE (2019) e acesse o site do Museu de Memes (<https://museudememes.com.br/>) da Universidade Federal Fluminense.

- Acesse o site <https://www.gerarmemes.com.br/> e construa um meme com os(as) alunos(as), desse modo, todos poderão observar o processo de construção, entenderão como funcio-

na o site e quais são os recursos disponíveis.

- Outros sites de criação de memes podem ser utilizados, porém esse foi indicado devido à diversidade de imagens em sua galeria, que inclui desde imagens de animais a personagens de filmes e séries. Também é possível fazer upload de fotos ou imagens armazenadas em dispositivos para serem utilizadas na confecção dos memes, além da possibilidade de aumentar ou diminuir o tamanho da fonte do texto. O ponto negativo do site é a quantidade excessiva de propaganda.

Adaptação para a atividade desplugada: a sugestão é imprimir as imagens do site de memes ou solicitar aos(as) alunos(as) que tragam imagens de revistas, jornais ou catálogos para serem utilizadas na confecção dos memes em sala de aula.

Caso a escola não tenha acesso à internet, imprima previamente imagens selecionadas de sites de confecção de memes ou utilize recortes de imagens de revistas e distribua aos(as) alunos(as) para serem utilizados na criação dos memes. No anexo 3, são sugeridas algumas imagens extraídas do site www.gerarmemes.com.br.



Confecção de memes

25 minutos

Agora, oriente os(as) alunos(as) para que façam memes que definam: o que são *fake news*? Como surgem as *fake news*? Como identificar *fake news*? Como combater as *fake news*?

A troca de ideias é essencial e as dúvidas na hora de escrever alguma palavra ou verificar se a mensagem está clara e objetiva podem ser discutidas e conferidas entre colegas de grupo. Dessa forma, haverá a participação de todos nas diversas etapas do processo de criação e confecção dos memes;

No caso da realização da atividade no formato plugada, pode-se utilizar o laboratório de informática da escola ou os próprios celulares dos(as) alunos(as) com acesso à rede wi-fi da escola. No caso de a atividade ser desplugada, pode-se utilizar imagens impressas previamente pelo(a) professor(a) ou selecionadas pelos(as) alunos(as) em jornais, revistas e catálogos, canetas coloridas e folha sulfite para a criação dos memes. O importante é a criatividade neste momento!

ENCONTRO 5

Objetivos Específicos

- Desenvolver a habilidade de comunicação interpessoal nos(as) discentes.

Condução da Prática

Partilha dos Memes

50 minutos

É chegado o momento de apresentar as produções! Faça a projeção ou cole os memes no quadro e solicite que os grupos expliquem aos colegas de sala como surgiu a ideia do meme e a importância da mensagem contida nele.

Para a sua inspiração, alguns dos memes criados durante o desenvolvimento desta prática estão disponíveis na seção de resultados.

continuidade

A sugestão é que seja feita uma exposição na escola com construção de um infográfico contendo as informações das questões norteadoras da pesquisa dos(as) alunos(as) e os memes produzidos por eles(as). Também pode-se compartilhar o infográfico e os memes nas redes sociais da escola. Dessa forma, é possível contemplar toda a comunidade escolar!

4

RESULTADOS ESPERADOS | A prática almeja desenvolver nos discentes a habilidade de realizar pesquisas mais eficientes na internet, possibilitando a identificação de *fake news* e o desenvolvimento de uma postura crítica e responsável no uso das redes sociais. Desse modo, contempla-se a competência geral 5 da BNCC, que afirma que o(a) discente deve “compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva” (BRASIL 2018).

RESULTADOS DO AUTOR | Nas turmas em que desenvolvi a prática, alguns discentes apresentaram certo conhecimento em relação às *fake news*, porém grande parte não sabia os meios para identificá-las. Também foi possível constatar que muitos(as) não sabiam realizar uma pesquisa de forma consciente na internet, aceitando os primeiros resultados apresentados pelo buscador, sem ao menos questionar de onde vem e quem são os responsáveis pelo site das informações apresentadas. Foi gratificante perceber que, após a prática, muitos(as) alunos(as) começaram a identificar que nem tudo que está na internet e, principalmente, nas redes sociais são informações verídicas. A oficina de meme foi um outro momento gratificante em que foi possível verificar o aprendizado da temática sugerida na prática, além de constatar o envolvimento e a colaboração entre os(as) alunos(as).

Seguem abaixo alguns exemplos de memes criados pelos alunos no desenvolvimento da prática realizada na escola.



REFERÊNCIAS

5



REFERÊNCIAS UTILIZADAS NA ABORDAGEM TEÓRICA

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em dez. 2021.

DANTAS, H. **Democracia, cidadania e educação**. IN: DANTAS, H. (coord) *Ciência política e políticas de educação: conceitos e referências*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2021, p. 16-34.

DI FELICE, Massimo. **Manifesto pela cidadania digital**. *Revista Lumina*. Juiz de Fora, MG, v. 12, n. 3, p. 3-7, set./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/21565/11652>. Acesso em dez. 2021.

FERNÁNDEZ-GARCIA, N. **Fake news: una oportunidad para la alfabetización mediática**. *Revista Nueva Sociedad*. n. 269, p. 66-77. 2017. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/fake-news-una-oportunidad-para-la-alfabetizacion-mediatica/> . Acesso em: dez. 2021.

FRIAS FILHO, O. **O que é falso sobre fake news**. *Revista USP*. São Paulo, n. 116, p. 39-44, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/146576>. Acesso em: dez. 2021.

FURNIVAL, A. C. M., SANTOS, T. **Desinformação e as fake news: apontamentos sobre seu surgimento, detecção e formas de combate**. *Conexão - Comunicação e Cultura*. Caxias do Sul, RS, v. 18, n. 36, p. 94-113, 2019. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/9485>. Acesso em: dez. 2021.

GOMES, C. P. B. **O impacto das fake news sobre as políticas públicas**. *Revista Digital de Direito Administrativo*. Ribeirão Preto, vol. 8, n. 2, p. 23-48, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdda/article/view/179180/174571> . Acesso em: dez. 2021.

Resende, O. H. M. (Org.) **Isso é fake News? Um guia rápido sobre desinformação na internet**. LAPIN - Laboratório de políticas públicas e internet. Disponível em: <https://lapin.org.br/o-que-sao-fake-news/>. Acesso em: dez. 2021.

NUNES, D. H., LEHFELD, L. S. **Cidadania digital: direitos, deveres, lides cibernéticas e responsabilidade civil no ordenamento jurídico brasileiro**. *Revista Libertas*. Ouro Preto, MG, v. 4, n. 2, p 1-12. Agost./set. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/libertas/article/view/1300/3170>. Acesso em: dez. 2021.

RIBBLE, M. **Digital citizenship in schools: the nine elements of digital citizenship**. 2. ed. ISTE, 2011. Disponível em: http://oped.educacion.uc.cl/website/images/sitio/formacion/estudios/marcos/ciudadania%20digital/Ribble_Shaaban_2011_Digital_Citizenship_in_Schools.pdf. Acesso em: dez. 2021.

SOUZA, M.A. **Prática pedagógica: conceito, características e inquietações**. In: IV Encontro Ibe-

ro-americano de Coletivos Escolares e Redes de Professores. Univates, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Maria-Antonia-De-Souza-2/publication/242390174_PRATICA_PEDAGOGICA_CONCEITO_CHARACTERISTICAS_E_INQUIETACOES/links/5de3ded3299bf10bc33749a1/PRATICA-PEDAGOGICA-CONCEITO-CARACTERISTICAS-E-INQUIETACOES.pdf. Acesso em: dez. 2021.

UNESCO. **Jornalismo, fake news & desinformação: manual para educação e treinamento em jornalismo**. IRETON, C.; POSSETI, J. (orgs.), 2019. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368647>. Acesso em: dez. 2021.

WE ARE SOCIAL, HOUTSUITE. **Digital 2021: July Global Statshot report**. Disponível em: <https://wearesocial.com/blog/2021/07/digital-2021-i-dati-di-luglio/>. Acesso em: dez. 2021.



REFERÊNCIAS TRAZIDAS AO LONGO DA PRÁTICA

ANNUNCIATO, P., SEMIS, L. **Qual é a melhor forma de organizar as carteiras na sala de aula?** Nova Escola, 28 mar. 2018. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/11093/qual-e-a-melhor-forma-de-organizar-as-carteiras-na-sala-de-aula>. Acesso em: nov. 2021.

AOS FATOS. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/>. Acesso em: nov. 2021.

E-FARSAS. Disponível em: <https://www.e-farsas.com/sobre>. Acesso em: nov. 2021.

FERREIRA, H. M., VILLARTA-NEDER, M. A., COE, G. S. C. **Memes em sala de aula: possibilidades para a leitura das múltiplas semioses**. Revista Periferia. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 114-139, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/36936>. Acesso em: nov. 2021.

FURNIVAL, A. C. M., SANTOS, T. **Desinformação e as fake news: apontamentos sobre seu surgimento, detecção e formas de combate**. Conexão - Comunicação e Cultura. Caxias do Sul, RS, v. 18, n. 36, p. 94-113, 2019. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/9485>. Acesso em: dez. 2021.

G1. **Fato ou Fake**. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/>. Acesso em: nov. 2021.

GERAR MEMES. **Gerador de memes online**. Disponível em: <https://www.gerarmemes.com.br/>. Acesso em: nov. 2021.

LUPA. **A primeira agência de fact-checking do Brasil**. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/>. Acesso em: nov. 2021.

MUSEU DE MEMES DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **O que são memes?** Disponível em: <https://museudememes.com.br/o-que-sao-memes>. Acesso em nov. 2021.

PEDRO, K. M. **Competências Digitais e Segurança na Internet: informativo e orientações para pais, professores e estudantes**. UNESP, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/148563>. Acesso em nov. 2021.

SHIMABUKURO, I. **Confira 9 dicas para otimizar suas buscas pelo Google**. Olhar Digital, 13 jul. 2021. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/2021/07/13/dicas-e-tutoriais/nove-dicas-para-otimizar-suas-pesquisas-no-google/>. Acesso em: nov. 2021.

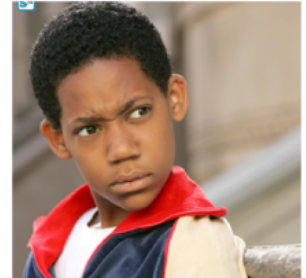
Anexo 1 - Exemplos de charges sobre o conceito de fake news



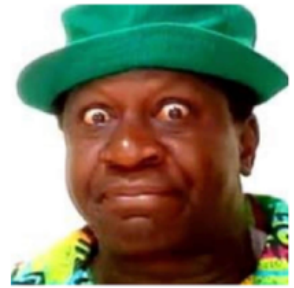
Anexo 2 - Roteiro de pesquisa sobre Fake News

- O que são *fake news*?
- Como surgem as *fake news*?
- Quais os tipos de *fake news*?
- Como identificar as *fake news*?
- Como combater as *fake news*?
- Selecione uma *fake news* que você recebeu ou uma que foi divulgada nas redes sociais. Após a seleção, responda: Por que o texto selecionado é uma *fake news*?

Anexo 3 - Exemplos de Imagens para a Criação de Memes



<https://www.gerarmemes.com.br/>



<https://www.gerarmemes.com.br/>

Pessoas criam ideias, pessoas mudam o mundo:

Construindo o saber-fazer da ciência

Jheniffer Vieira
de Almeida



Objetivo | Promover a consciência cidadã, fazendo os(as) estudantes perceberem problemas e soluções para questões sociais e comunitárias. Além disso, estimula-se que se aprenda na prática, no saber-fazer ciência, com métodos do conhecimento científico.



Componentes curriculares sugeridos | Sociologia, Geografia, Filosofia, História, Matemática e Informática.



Etapas de ensino sugeridas | Ensino Fundamental (I e II) e Ensino Médio.



Principais conceitos | Democracia maximalista, participação popular, cidadania, imaginação sociológica e conhecimento científico.



Número de Estudantes Sugerido | 10 estudantes ou mais.



Habilidades Socioemocionais | Autoconsciência, Consciência Social e Habilidades de Relacionamento.



Principais metodologias | Metodologia Baseada em Problemas, Sequência de Ensino Investigativa, Análise de Texto e Metodologia Quantitativa (contagem dos dados e porcentagem).



Duração | 3 encontros de 1h40min e um encontro de 50 minutos.

“Fiquei arrepiada com cada aluno que vi, foi muita emoção vê-los numa atividade como essa, com assuntos tão necessários. Eles têm dificuldade em abrir a câmera do celular e, no entanto, fizeram tão bem as gravações. **Eles podem muito, basta encontrar alguém que dê oportunidades e que acredite neles! Esse trabalho é importante para mostrar que eles podem ir longe.**”

Diretora Adjunta do
CE Doutor Phillippe
Uebe



“É importante incentivar o jovem a se questionar sobre os problemas sociais existentes em nossa cidade, já que estamos, aos poucos, nos tornando adultos. **Precisamos saber o que é relevante e o que contribui para o crescimento da cidade, para sermos mais conscientes ao escolhermos alguém para votar, por exemplo.**”

Aluno de 3º ano do
CE Doutor Phillippe
Uebe

”

1 IDEIAÇÃO | Popularmente escutamos sobre jovens estarem desinteressados e alheios à política e às questões de suas comunidades. Concomitantemente, muitos questionam que não aprendem questões práticas durante seu período escolar. Quando se lê a Lei de Diretrizes de Base da Educação (LDB), verifica-se que é preciso educar para a cidadania. Essa prática busca abordar a democracia de modo maximalista, fazendo com que os(as) estudantes compreendam a necessidade de entender as questões coletivas e, como seres ativos, sejam protagonistas da mudança social a partir da construção de soluções para problemas sociais.

A prática inicia-se com uma questão simples e dela constroem-se inúmeras atividades. O caminho percorrido é o caminho do método científico e, enquanto constroem, os(as) estudantes conseguem perceber na prática como a ciência funciona: com a leitura, a formulação de hipóteses, a construção de argumentos, a delimitação e o recorte, a organização dos dados, a apresentação e a reflexão sobre os resultados.

ABORDAGEM TÉORICA

Os conceitos de cidadania, democracia e participação são fundamentais para a construção da prática aqui proposta e têm a sua origem nos processos sociopolíticos que se desenvolveram nas cidades-estado da Grécia Antiga. Nesse sentido, este texto busca apresentar uma breve discussão acerca desses termos, apontando os principais aspectos da sua evolução conceitual e considerando, sobretudo, o caso brasileiro.

As cidades-estado eram territórios agrícolas com uma ou mais planícies, de dimensão variável, ocupadas e exploradas por proprietários de terra. Devido à existência de um forte laço de pertencimento, ser cidadã(o) significava participar ativamente da vida da comunidade, incluindo ritos, costumes e crenças. Os conflitos davam-se, sobretudo, devido à exclusão social aplicada aos estrangeiros e pessoas escravizadas, bem como à limitação da cidadania às mulheres (que viviam à margem da participação pública e tinham somente direitos individuais) e aos mais novos(as) da comunidade (em algumas cidades, a participação era restrita às magistraturas principais para aqueles que tinham entre 30 e 40 anos) (GUARINELLO, 2003).

2

Segundo Guarinello (2003), as cidades-estado eram aristocráticas e a crise desse modelo significou abertura para o espaço político e para a coesão nas comunidades. A conquista da participação política, entretanto, não foi pacífica; as crises eram resolvidas por um legislador escolhido pela comunidade ou por um tirano que dissolvia o poder. As cidades-estado transformaram-se de modo variado: algumas se tornaram oligarquias com decisões que ficavam na mão de um grupo restrito, obediente às leis públicas que precisavam ser discutidas e votadas. Outras, derivaram para a chamada “democracia” – entendida como o governo do povo. Este último foi o caso de Atenas, que se destacou por manter este modelo de regime por aproximadamente dois séculos, baseando-se na ampliação da participação sociopolítica aos homens livres e atenienses, mas ainda amparando-se na exclusão das mulheres, pessoas escravizadas e estrangeiros. Ambos os modelos pautavam-se na participação direta, mas eram restritos.

Cabe salientar que, para entender a democracia como “governo do povo”, precisamos entender quem é o povo e qual o limite desse governo (DANTAS, 2021). De fato, “povo” pode ser definido como “o conjunto de indivíduos que governará e será governado por ele mesmo” e, ainda, é “quem ao menos pode decidir politicamente” (DANTAS, 2021, p.18).

O Brasil possui um sistema político diferente do que se via em Atenas: somos uma república democrática, presidencialista e multipartidária (CORRÊA, 2021). A nossa democracia, assim como a da maior parte dos países, é representativa, isto é, as decisões políticas são tomadas, em sua grande maioria, por representantes do povo que são eleitos(as) por meio do voto livre e universal (para todos e todas maiores de 16 anos, nativos ou naturalizados e que não tenham impedimentos em seus direitos políticos). Em nosso modelo democrático, determina-se, para além do voto, a liberdade de expressão, a possibilidade de associação e a liberdade de imprensa e, ainda, que se tenha eleições livres, periódicas e diretas (DANTAS, 2021).

A cidadania também é vista de um modo um tanto distinto, pois aqui, mesmo os(as) que não são cidadãos plenos (crianças, tutelados) ou os que possuem limitação de seus direitos (aprisionados, jovens, estrangeiros), têm acesso integral aos direitos humanos (BENEVIDES, 2016). Isto é, não são excluídos legalmente da nossa sociedade, como ocorria nas cidades-estado do mundo antigo.

Dantas (2021) afirma que “para viver democraticamente, a demo-

cracia precisa estar nas nossas vidas” (DANTAS, 2021, p.30). Esse argumento aproxima-se da ideia de participação trazida por Pateman (1992), que considera importante e necessário que os indivíduos tenham experiências participativas para além daquelas a nível governamental e institucional, como na família, na escola, em casa e, até mesmo, no mercado de trabalho, o que pode fazer com que se tornem mais ativos nas decisões políticas:

De modo geral, as recentes pesquisas sobre socialização política mostraram que os teóricos da democracia participativa caminhavam em solo firme ao declararem que o indivíduo, a partir de suas experiências com estruturas de autoridade não-governamentais, teria a tendência de ampliá-las à esfera mais ampla da política nacional (PATEMAN, 1992, p.68).

Se o indivíduo tem consciência dos seus direitos e deveres e experimenta espaços em que as decisões são tomadas coletivamente no seu cotidiano, ele(a) provavelmente terá uma maior e melhor participação na esfera pública, tendo mais interesse nas questões do Estado. De modo semelhante, Benevides (2016) apontou que: “se aprende a participar, participando” (BENEVIDES, 2016, p.30), ou seja, é na experiência cotidiana de participação que o indivíduo compreenderá o processo de funcionamento da democracia, bem como as possibilidades de participação-cidadã. Segundo o autor, existem dois comportamentos na cidadania: (1) a cidadania passiva, na qual se tem a ideia de um Estado que tutela o indivíduo; e (2) a cidadania ativa, em que o indivíduo entende os seus direitos e deveres, participa da esfera pública, atua para a criação de novos direitos e de mais espaço para participação. É possível ser esse cidadão ativo nas questões públicas do nosso país, pois a nossa constituição permite o exercício do poder do povo pelos(as) representantes eleitos(as) e, diretamente, por instrumentos como referendos, plebiscitos e as iniciativas populares de ordem legislativa:

1. A iniciativa popular é um instrumento que permite participação do povo no processo legislativo, podendo ser “formal”, quando um conjunto de pessoas cria uma proposta de lei ou emenda, e “informal”, quando se solicita a criação da lei pelo Legislativo;

2. O referendo é o momento em que a população é chamada para a decisão de atos normativos, “admitido depois da votação do projeto de lei, como uma forma de autorização para que ele finalmente

tenha vigência” (DANTAS, 2009, p.55)

3. O plebiscito é quando a população é convocada para votar sobre algum assunto que seja importante do ponto de vista constitucional (DANTAS, 2009).

A defesa desses instrumentos de participação direta não visam descartar ou diminuir a democracia representativa, “aliás, é evidente que soberania popular ativa não significa a participação integral do povo na vida pública” (BENEVIDES, 2016, p.28). Ao contrário, fazem parte do sistema representativo brasileiro, possibilitando maior participação da população. Mas para que isso ocorra de modo efetivo, é necessária uma mudança na compreensão do conceito de política, passando associada a uma questão cotidiana e, ao mesmo tempo, um dever de todos(as) da comunidade. De acordo com Benevides (2016), é necessária uma mudança cultural que repense os valores e costumes ainda presentes em nossa sociedade, fruto da escravidão, oligarquia, elitismo, patriarcalismo.

Nesse ponto, retomamos a teoria de Pateman (1992), colocando a escola como produtora de uma educação para a cidadania, capaz de construir ambientes de participação e, assim, aproximar os(as) alunos(as) da ideia de que a ação democrática faz parte do nosso cotidiano. Por conseguinte, essa prática pedagógica buscou construir um espaço democrático em sala de aula, promovendo a reflexão sobre os problemas do dia a dia dos alunos e alunas, a fim de despertar o interesse político e a compreensão da participação-cidadã como um exercício diário e necessário em todas as esferas da vida¹.

¹ Para compreender, em maiores detalhes, como funciona a democracia brasileira, leia: “Sistemas de governo e princípios gerais da política”, de Carolina Corrêa.

3 EVOLUÇÃO DA PRÁTICA

Educadoras e educadores, essa seção apresenta os caminhos em que a prática foi construída. Esse modelo pode ser recortado e adaptado à sua realidade. A seguir, tem-se a preparação, os objetivos, o passo a passo de cada encontro, além de sugestões de continuidade da experiência.

passo a passo

ENCONTRO 1: Apresentação da prática, explicação das teorias e construção das ideias de solução

Neste primeiro encontro, você deverá: i) apresentar a prática; ii) explicar os seus conceitos-chave – democracia, cidadania e participação popular – e iii) propor que os(as) estudantes identifiquem os principais problemas sociais à sua volta e, se possível, construam ideias de solução para eles. Caso as atividades sejam avaliadas, pratique um exercício democrático e deixe que eles e elas definam como será realizada a distribuição das pontuações nas etapas do projeto. E, se possível, fotografe as diferentes etapas das atividades, pois você poderá ter bons registros e materiais decorrentes da prática.

Objetivos Específicos

- Apresentar o conceito maximalista de democracia;
- Despertar a percepção da política como algo cotidiano e que envolva a responsabilidade da(do) cidadã(o);
- Identificar problemas sociais e construir soluções para eles.

Preparação

- A apresentação da prática e dos conceitos-chave pode ser feita em texto, slide ou vídeo. Para essa construção, recomenda-se a leitura dos seguintes textos: *Sistemas de governo e princípios gerais da política*, de Carolina Corrêa, e *Democracia, cidadania e educação*, de Humberto Dantas. Como apoio, indica-se os vídeos do canal do Youtube “Professora Jheniffer”, onde é possível encontrar vídeos curtos sobre democracia e cidadania. Todos esses recursos encontram-se listados nas referências;

- Neste encontro, os(as) estudantes irão construir as ideias de solução. Para isso, eles(as) podem utilizar materiais de escrita, desenho, folhas A4 ou mesmo folhas do próprio caderno. Se a escola tiver computadores com internet, as ideias podem ser construídas em uma planilha do Google compartilhada ou em um formulário do Google online, conforme os modelos apresentados nos anexos 1 e 2.

Condução da Prática

Apresentação da Prática

10 minutos

Inicie o encontro apresentando a prática aos estudantes. Fale sobre a importância de conhecer a sua comunidade e de observar os problemas sociais que nela existem. Mostre todo o processo que constituirá a prática (Explicação dos conceitos -> Identificação dos Problemas sociais -> Criação de soluções para os problemas sociais -> Construção dos vídeos ou desenhos -> Categorização dos dados -> Exposição dos Resultados).



Exposição dos Conteúdos

40 minutos

Explique os conceitos que norteiam a prática – democracia, cidadania e participação –, sempre estabelecendo um diálogo com os conteúdos que estão sendo estudados pela turma. É bom ir além da exposição oral, trazendo um material de apoio (texto, vídeo ou slide) sobre democracia, participação e cidadania. Você pode também utilizar o próprio quadro branco, destacando os conceitos.



Identificação dos Problemas e Escrita das soluções

50 minutos

Neste momento, você irá instigar os(as) estudantes a identificarem problemas sociais em suas comunidades e, se possível, desenharem soluções para eles. A ideia das soluções é interessante por despertar a capacidade de pensar, refletir e encontrar respostas, fazendo com que os(as) estudantes se sintam protagonistas da mudança e relacionem os problemas

sociais do cotidiano a questões mais amplas.

Considerando a atividade completa, peça inicialmente que os(as) estudantes escrevam os problemas sociais identificados e o nível desse problema (local, municipal, estadual, estatal ou mundial). Esse momento pode ser feito em diálogo com outros(as) colegas. Em seguida, peça que eles(as) escrevam as soluções para o problema escolhido na folha ou planilha.

Peça sempre que coloquem os seus nomes e turmas. Isso será importante no momento de sistematizar os dados e tabular o perfil desses(as) estudantes. Se você fizer em mais de uma escola, é importante colocar o nome da escola também. Se estiver utilizando a planilha, o nome não é necessário, mas o gênero sim, para traçar o perfil.

Sugestão:

1. É possível ficar apenas no levantamento dos problemas sociais. Neste caso, em vez das soluções, eles(elas) irão apenas escrever os problemas sociais identificados nos cotidianos de estudantes, seja em escala local, ou mesmo mundial;
2. A atividade pode ser feita individualmente, em dupla ou em grupo.

ENCONTRO 2: Gravação dos Vídeos ou realização dos desenhos

Neste encontro serão feitos vídeos nos quais os(as) estudantes apresentarão suas ideias de solução para os problemas sociais que encontraram em sua comunidade.

Objetivos Específicos

- Desenvolver a habilidade de expressão/fala;
- Desenvolver a capacidade de empatia;
- Promover o uso positivo de celulares e dispositivos com câmera.

Preparação

- Para essa atividade, é necessário que os(as) estudantes, a escola ou o(a) educador(a) tenham à disposição pelo menos um dispositivo com câmera. Celulares, notebooks ou desktops com webcam são uma boa alternativa, pois facilitarão no momento de edição do vídeo, não sendo necessário carregar o vídeo para outro dispositivo. Esse momento também pode ser feito virtualmente: os estudantes fazem seus víde-

os em casa e enviam via link ou arquivo por email, pasta compartilhada ou whatsapp, telegram ou messenger. Para a edição do vídeo, você precisará de um software. Indica-se a utilização do Canva, um aplicativo que, além de possuir recursos gratuitos, salva automaticamente em nuvem e pode ser usado pelo celular. Se o vídeo for postado em alguma plataforma, prepare as autorizações de uso de imagem para entregar aos estudantes na aula.

Caso não seja possível a utilização de recursos digitais e filmográficos, uma segunda opção para essa atividade é a realização de desenhos e pinturas em folha A4, cartolina, papel pardo ou mesmo a folha de caderno. Estudantes que já gostam de desenhar ficarão mais animados com a proposta.

Condução da Prática

Gravação dos Vídeos ou Construção dos Desenhos

50min

Os vídeos seguirão a mesma proposta da escrita das soluções: o(a) estudante irá se apresentar (seu nome, série, turma e escola) e em seguida irá falar brevemente sobre o problema social escolhido e explicar a solução desenvolvida.

Em escolas que possuem sala Maker, pode ser interessante que a gravação dos vídeos seja realizada lá. Além disso, podem ser explorados diferentes espaços do ambiente escolar, inclusive ao ar livre. Como os vídeos exigem exposição de imagem, é interessante deixar livre para quem se sentir confortável em fazer e sempre solicitar a autorização de uso de imagem. Sugere-se que você peça vídeos curtos (30 segundos a 1 minuto), pois é interessante que você faça uma montagem final com os conteúdos de todos(as) os(as) estudantes e, se a recepção deles(as) for boa, você conseguirá muitos vídeos.

No caso de optar pela realização dos desenhos, peça que desenhem a solução. A ideia é ser livre e não existe desenho bom ou ruim, o importante é expressar a criatividade.

Sugestões:

- Você pode trabalhar somente com os problemas sociais;
- Os vídeos podem ser feitos individualmente, em dupla ou em grupo.

Edição dos Vídeos**50min**

Neste momento, será realizada a edição de cada um dos vídeos e a produção de um conteúdo mais longo, unindo todas as mídias produzidas pela turma. O tempo de edição varia dependendo da quantidade de vídeos individuais que você recebe e da sua simpatia com a edição. Você pode contar com o auxílio dos(as) estudantes para a edição na escola ou construir sozinho(a) na escola ou na sua casa. É legal que o vídeo editado e unido não seja longo (sugestão: 5 a 6 minutos).

ENCONTRO 3: Criação das categorias e tabulação das soluções

Neste encontro será realizada a codificação das soluções levantadas pelos estudantes. Ou seja, são agrupadas as soluções semelhantes, para que se construa um panorama geral do que foi construído por eles(as).

Objetivos Específicos

- Desenvolver as capacidades de organização, tabulação e análise de dados qualitativos e quantitativos, promovendo uma familiarização com esses métodos científicos.

Preparação

- Para a fase de codificação e construção das categorias, você pode utilizar um quadro construído em folha (A4 ou de caderno) ou pode partir das planilhas compartilhadas do Google Docs em que os(as) estudantes redigiram as suas soluções no encontro 1. Selecione o formato que irá fazer e prepare os respectivos recursos;
- Já a exposição dos dados pode ser feita com material de desenho (cartolinas, canetinhas coloridas, giz de cera entre outros) ou com os infográficos impressos a partir das planilhas do Google.

Condução da Prática**Construção das Categorias****50 minutos**

Organize, junto aos(as) próprios(as) estudantes, as soluções encontradas por eles(as) em diferentes categorias. Para construí-las, utilize palavras-chave. Por exemplo: se a solução dada pelo(a) es-

tudante é “mais postos de saúde”, “vacinas” ou “remédios gratuitos”, estamos falando de *Saúde*. Se a solução envolve “tapar buracos”, “calçar a rua” ou “construir calçadas”, podemos pensar em *Urbanização, Pavimentação*. Vá construindo isso de forma coletiva e questionando os(as) estudantes, por exemplo: “Qual categoria compreende soluções como o fim do racismo ou da homofobia?” E, a partir das respostas deles, adapte se necessário. Se a atividade for feita em folhas de papel, recolha todos os quadros de categorias construídas na sala ao final da atividade.



Tabulação dos dados

50 minutos

A tabulação dos dados é feita com os(as) estudantes, são eles que vão dizer em qual categoria se encaixa cada solução. Inicie distribuindo o material com as soluções entre os(as) estudantes, seguindo o formato escolhido por você: nas folhas (A4 ou folha de caderno) ou na planilha compartilhada. Os dados que devem ser tabulados são: número de estudantes (para saber quantos participaram); escola, série e turma (caso a prática seja realizada simultaneamente em mais de uma escola, série e/ou turma), categoria da solução e o nível da solução (local, municipal, estadual, estatal e mundial). Construa um quadro só das categorias, o qual os(as) estudantes deverão preencher com a frequência encontrada nas respostas deles(as), e faça o mesmo com as escolas em outros quadros (caso seja feita em mais de uma).

ENCONTRO 4: Exposição dos dados

Por fim, o encontro 4 será dedicado à exposição dos dados. Esse momento é bastante animador, pois mostrará o resultado de todo o trabalho realizado. Sugere-se que o(a) professor(a) apresente primeiramente os resultados aos estudantes que participaram da prática.

Objetivos Específicos

- Compreender os dados científicos;
- Construir e ler materiais gráficos e tabelas.

Preparação

- Para a apresentação final dos resultados, será construído coletivamente um grande painel ou uma série de cartazes com a tabulação dos dados e síntese das soluções. Para isso, você deve separar cartolinas, material de desenho e fita para fixar. Prepare também a linha do tempo, cujo modelo encontra-se no anexo 3.

Condução da Prática

Apresentação de dados

10min

É importante lembrar que você deve expor o compilado dos dados aos(as) estudantes que construíram as práticas e depois, se houver abertura, apresentar para toda a comunidade escolar com a ajuda deles(as). Nessa primeira exposição para os(as) alunos(as), ter uma linha do tempo (conforme o modelo disponibilizado no anexo 3) é essencial para perceber o caminho do método científico (Leitura -> Construção das soluções -> Codificação/Tabulação -> Resultados -> Exposição). Caso você não possua o recurso digital, a linha do tempo pode ser feita no quadro branco também.



Exposição de dados

(O tempo pode variar de acordo com o modo utilizado para exposição dos dados)

40min

O painel é um ótimo mecanismo para exposição dos resultados. Pode ser construído com material de escrita e desenho;

Organize todo o material de exposição: você pode trazer os gráficos e a linha do tempo impressos ou deixar que os(as) estudantes desenhem. Se tiver optado pela construção dos vídeos, imprima os prints ou fotografias daqueles que participaram. Se optar pelos desenhos, selecione esse material também;

Com o material em mãos, escolha um local de destaque na escola e monte, juntamente com os(as) estudantes, o painel/cartaz com fotos, gráficos e desenhos da prática realizada. Deixe que os(as) alunos(as) explorem suas criatividade e habilidades artísticas.

Sugestões de alternativas para a exposição:

Os dados podem ser expostos também em:

Seminários

Preparação: será necessário material audiovisual para projeção dos slides ou cartolina e material de desenho para confecção de cartazes.

Condução: divida os alunos e alunas em grupos e eles e elas podem contar como foi a prática e os resultados obtidos com slide ou cartaz.

Vídeo

Preparação: material audiovisual (projetor, computador e caixa de som) e ambiente com pouca claridade.

Condução: junte os vídeos recebidos, coloque o nome e ano/turma daqueles que aparecem falando. Como introdução do vídeo, faça um resumo da prática e coloque os dados dela. Se possível, deixe o vídeo rodando em algum local de destaque na escola.

A prática não precisa acabar na exposição. Como todo método científico, as críticas e comentários são essenciais na quebra de paradigmas. Então, a escuta dos depoimentos dos(as) alunos(as) (escritos ou mesmo falados) será importante para autoavaliação. E os dados podem ser utilizados em outras atividades avaliativas.



4

RESULTADOS ESPERADOS | Esta prática visa estimular o interesse pela participação democrática em seu sentido amplo. De modo específico, objetiva-se levar a compreensão da política como atividade cotidiana e de responsabilidade de todas e todos, fazendo entender que o exercício da cidadania exige que participemos de modo efetivo da democracia e não só a cada dois anos nas eleições.

A atividade também busca uma aproximação da escola com a universidade por meio do saber-fazer científico que ela constitui. Assim, também é esperado um maior interesse da comunidade estudantil por pesquisas acadêmicas, além da compreensão, interpretação e capacidade de construção de banco de dados, tabelas, quadros e gráficos. E, nesse processo, espera-se cooperação, trabalho em grupo, criatividade, desenvolvimento do argumento e criticidade.

RESULTADOS DA AUTORA | Quando apliquei a prática, fiquei surpreendida com as excelentes ideias de solução para os problemas sociais construídas pelos(as) estudantes. Dentre elas, destacou-se a categoria “Responsabilidade política”, que mostrou uma necessidade de responsabilidade tanto dos governantes quanto dos governados, o que me fez perceber que o objetivo principal tinha sido atingido: os(as) estudantes compreenderam o seu papel enquanto agentes políticos.

Além disso, a construção dos dados em todos os processos foi muito bem feita, e os estudantes desenvolveram muito a cooperação e a criatividade. Ao todo, foram 213 ideias de soluções em 6 turmas de 3 escolas distintas, com estudantes do Ensino Fundamental II, Ensino Médio Regular e Ensino Médio Integrado ao Técnico. No total foram 188 estudantes. As ideias foram categorizadas em 48 códigos, construídos por duas turmas de 2º ano do ensino médio (2001 e 2003 do CE Dr Phillippe Uebe).

Recebi 57 vídeos das turmas do 2º e 3º anos do Ensino Médio do CE Dr. Phillippe Uébe, e, com estes, foram feitas 7 montagens de vídeos animados na plataforma Canva, com 5-7 minutos de duração cada. A

abertura da animação “Piloto” traz a proposta da prática interpretada por uma estudante de 3º ano do CE Dr. Phillippe Uebe; já o final, constitui um momento de descontração com as estudantes de 1º ano do CE Paulo Roberto (todos os vídeos estão disponíveis nos links em anexo).

Os painéis foram construídos nas três escolas. Antes, apresentei os dados gerais e de cada escola aos estudantes por meio dos infográficos impressos em folha A4. O maior painel foi construído no CE Dr. Phillippe Uebe, onde, além do material impresso, as estudantes de 3º ano ampliaram dois gráficos. Todos e todas das 3 turmas de 3º ano participaram ativamente do painel: um segurava o material, o outro cortava o durex, outra colava na parede da escola. Tudo isso foi feito no pátio, o que gerou uma intensa mobilização e olhares de outros(as) estudantes.

Toda a prática constituiu um trabalho coletivo que trouxe vida e esperança após tantos bimestres de distanciamento e isolamento social. A dedicação e todo o mérito é deles(as) e fico feliz em saber que esse é o futuro do Brasil e de Campos dos Goytacazes.

REFERÊNCIAS

5



REFERÊNCIAS UTILIZADAS NA ABORDAGEM TEÓRICA

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **Cidadania ativa e democracia no Brasil**. Revista Parlamento e Sociedade, v. 4, n. 6, p. 21-31, 2016.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 1996.

_____. **Código Eleitoral**, 1965

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

CORRÊA, Carolina. **Sistemas de governo e princípios gerais da política**. In: DANTAS, Humberto. (org.). *Ciência política e políticas de educação: conceitos e referências*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2021. P. 50-73

DANTAS, Humberto. **Democracia, cidadania e educação**. In: _____. (org.). *Ciência política e políticas de educação: conceitos e referências*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2021. P.16-34.

DANTAS, Francisco Wildo Lacerda. **Breves considerações sobre o plebiscito, referendo e participação popular no Brasil**. Revista CEJ. Brasília, Ano XIII, n. 47, p. 51-65, out./dez, 2009

GUARINELLO, Norberto Luiz. **Cidades-estado na antiguidade clássica**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PINSKY, Jaime. (org.). História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2003. P. 29-47.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.



REFERÊNCIAS PEDAGÓGICAS INDICADAS

SOUZA, Maria Antônia de. **Prática Pedagógica: conceito, características e inquietações**. Artigo. IV Encontro Ibero-Americano de Coletivos Escolares e Redes de Professores que fazem investigação na sua escola, 2005.

TERRERO, José Martínez de toda y. **Avaliação de metodologias na educação para os meios**. Comunicação & Educação, n. 21, p. 61-76, 2001.

REFERÊNCIAS UTILIZADAS AO LONGO DA PRÁTICA

Textos para a aula introdutória

Ciencia-politica-e-politicas-de-educacao-26_07.pdf <https://drive.google.com/file/d/1gTc-utJ4imHSwqMQHKIB6k4GGvy_h96b/view>

Vídeos para a aula introdutória

Cidadania - https://youtu.be/f7Z_IrTF_X0

Indivíduo e sociedade - <https://youtu.be/YhNXy-JN4UI>

Movimentos sociais - https://youtu.be/_KgdS8D6vvl

Multiculturalismo: Stuart Hall - <https://youtu.be/imiLhRNkrwg>

Regimes políticos - <https://youtu.be/S3FCM9fmyT4>

Senso comum e conhecimento científico - <https://youtu.be/AIYJWHjS19Q>

Sistemas de governo: Presidencialismo e Parlamentarismo - <https://youtu.be/x2JiO0r-T14>

Os três poderes da República: Legislativo, Executivo e Judiciário - <https://youtu.be/YFpEkIF5Kbc>

Anexo 1: [Modelo de Planilha Compartilhada para Construção das Soluções](#)

Anexo 2: [Modelo de Formulário para Construção das Soluções](#)

Anexo 3: [Modelo de Linha do Tempo e infográficos para exposição dos resultados](#)

Anexo 4: Vídeos da prática “Pessoas criam ideias, pessoas mudam o mundo: Construindo o Saber-Fazer da Ciência”

[Piloto](#)

[Vídeo 02](#)

[Vídeo 03](#)

[Vídeo 04](#)

[Vídeo 05](#)

[Vídeo 06](#)

[Vídeo 07](#)

Nossas vozes, nossos corpos. Presentes!

João Lucian Ferreira
da Silva



Objetivo | Propiciar reflexões acerca dos conceitos de democracia, povo e participação cidadã e sobre a importância das representatividades nos espaços de poder.



Componentes curriculares sugeridos | História, Sociologia, Filosofia e Geografia.



Duração | 3 encontros de 100 minutos cada.



Etapas de ensino sugeridas | Ensino Fundamental II e Ensino Médio.



Principais conceitos | Democracia. Povo. Representatividade.



Número de Estudantes Sugerido | Pelo menos 10 estudantes.



Principais metodologias | Aplicação de questionário; Construção coletiva de um Projeto de Governo; Exposição dialógica.



Habilidades Socioemocionais | Autogestão; Engajamento com os outros; Consciência Social; Autoconsciência; Tomada de decisão responsável.

“Essas discussões que temos feito em sala de aula são peças muito importantes para o nosso crescimento pessoal, profissional e político, visto que promovem a liberdade de pensamento, e nos ajudam a **formar conceitos e ideias pautados em valores democráticos** e de respeito ao próximo.”

Antonio Jayron
Estudante do 3º ano do EM

“Ocupar espaços de **representatividade democrática** é mais do que um direito, é também uma forma de homenagear as mulheres que vieram antes de nós pelas suas forças e coragem.”

Bruna Lima
Estudante do 3º ano do EM



1 IDEIAÇÃO | A prática “*Nossas vozes, nossos corpos. Presen-tes!*” é fruto da necessidade da construção de espaços que oportunizem os(as) estudantes a refletirem e aprofundarem-se teoricamente em conceitos importantíssimos para a compreensão da vivência coletiva, tais como democracia, povo, participação cidadã e representatividades. Além de se configurar um ambiente privilegiado para que os(as) alunos(as) possam experienciar o debate, a construção coletiva, o respeito ao contraditório e a tomada de decisões responsáveis, a prática objetiva oportunizar a reflexão sobre a importância das representatividades nos espaços sociais e políticos.

ABORDAGEM TÉORICA

O desenvolvimento da prática “*Nossas vozes, nossos corpos. Presen-tes!*” estabelece diálogos e reflexões acerca de vários conceitos, dentre eles, três são imprescindíveis: democracia, povo e representatividade. Tais conceitos são discutidos a seguir.

A democracia é o regime político mais adotado no mundo - por mais 160 países. Todavia, desde sua origem, tem sido marcada por limites e complexidades. Mesmo hoje, na contemporaneidade, após tantos anos do seu surgimento, não podemos dizer que a democracia é um modelo único e simples de ser adotado. Em cada país, manifestam-se elementos distintos de vivência e de compreensão desse regime, o que nos leva a concluir que existem vários modelos de democracia.

Em determinados países, a democracia está simbolizada quase que exclusivamente pela lógica representativa e seus processos eleitorais, já na Suíça se concentra percentual significativo das consultas populares do planeta por meio de referendos. Note: num mesmo instante, percepções diferentes de democracia. (Dantas, 2021, p. 17)

Foi na Grécia Antiga, precisamente no período clássico, que surgiu a democracia, que, no sentido grego, significava governo ou poder do povo. Nesse período, as decisões políticas eram tomadas pelos cidadãos, que, consultados nas assembleias realizadas na Ágora (uma espécie de praça pública), participavam diretamente da vida política. Por esse motivo, passamos a chamar tal processo de democracia direta.

Embora o termo cause-nos certo entusiasmo por sugerir plena participação popular, vale ressaltar que nem todas as pessoas eram consideradas o “povo”. A democracia grega não era universal. Entendia-se por “cidadãos” somente os homens dotados de determinada renda, livres, adultos e nascidos em Atenas. Já as mulheres, os escravizados, os estrangeiros e os menores viviam certas restrições em termos de cidadania. O termo povo, por conseguinte, desde a antiguidade, carrega certas contradições. Em vários momentos, mesmo que posto como sinônimo de cidadãos, revelou-se excludente e limitado. Sobre esse conceito, Humberto Dantas assinala:

A noção de povo varia na História, assim como num mesmo instante histórico pode variar entre nações e sociedades consideradas democráticas. Veja só: o povo ateniense, sobre o qual recai a origem da lógica democrática, faz 2.500 anos eram os homens, livres, de posse, educados, nativos etc. O povo hoje é muito mais amplo se considerada a condição para a participação política (2021, p. 17).

Segmentos excluídos da cidadania na Grécia Antiga foram, entretanto, ao longo da história, com base em muita luta e resistência, conquistando o seu lugar dentro deste grupo que estamos chamando de povo. Aqueles passaram a ser sujeitos de direitos e deveres nas sociedades. É o caso, por exemplo, das mulheres e dos analfabetos. Percebe-se,

portanto, que essa democracia direta, enquanto um regime e um modelo de organização da vida política e social, evoluiu ao longo do tempo, ganhou uma ampliação em termos de sufrágio e foi adotada com características específicas em diferentes regiões do mundo. Nesse sentido, para além da democracia direta, podemos citar mais dois principais modelos históricos: a democracia representativa e a democracia participativa (Dantas, 2020).

Com a urbanização, o aumento da expectativa de vida e, conseqüentemente, o crescimento da população mundial, a sociedade foi sendo posta diante de desafios estruturais. Em termos



sociopolíticos, fez-se necessário pensar em outra estratégia para garantir a participação dos cidadãos no processo de tomada de decisões, uma vez que já não se tinha condições de dar voz e espaço para todos que quisessem deliberar e participar das tomadas de decisões públicas. A saída foi a adoção de um modelo organizacional no qual, por meio de eleições, os(as) cidadã(o)s escolheriam determinadas pessoas para lhes representar. Surge então, a chamada democracia representativa ou indireta - o modelo democrático no qual o povo (como o grupo autorizado a votar dentro de cada sistema político) elege alguém que julga capaz de representar os seus interesses no âmbito das instituições políticas.

Entretanto, depois da Guerra Fria, nos anos 1990, os mecanismos representativos foram perdendo um pouco da sua legitimidade e foi preciso refletir sobre a sua verdadeira capacidade democrática e, assim, encontrar formas de inserir o povo nas decisões políticas, para além do voto - começa, então, a se expandir a ideia de democracia participativa e as suas ferramentas constitucionais, como plebiscito, audiências públicas, conselhos, referendos, etc. (Dantas, 2020). Desse modo, o conceito de cidadania assume um patamar que extrapola a ideia de mera participação por meio de eleições periódicas. Ainda assim, persistem alguns aspectos a serem debatidos: Quem deve participar? Como garantir a participação das pessoas nos diferentes processos de tomada de decisão?

Esses questionamentos conduzem-nos a outro problema de natureza estrutural quando falamos de democracia: a questão da representação e da representatividade democrática. A sociedade brasileira, diversa e plural, sofre um processo de silenciamento cultural e negação das existências. Muitos dos grupos que compõem o chamado povo brasileiro estão totalmente ausentes ou sub-representados em diferentes espaços de poder decisório, desde as estruturas mais simples até as complexas, como os espaços de representação política. Escolas, hospitais, empresas, mídia e política são alguns dos tantos lugares em que podemos perceber as ausências ou marginalidades em funções de destaque e poder quando se trata de representantes de grupos como: negros(as), mulheres, população LGBTQIA+, população de baixa renda e/ou em situação de vulnerabilidade social e população periférica.

O contexto descrito até aqui, em certa medida, é justificado por uma concepção que alguns cientistas políticos chamam de visão minimalista de democracia. Essa concepção tem como um dos principais re-

presentantes o teórico Joseph Schumpeter (2017) e se caracteriza, a grosso modo, pela compreensão de que a democracia é um mecanismo [um método político] no qual os cidadãos têm, sobretudo, a função de escolher, por meio de eleições, uma elite política que irá formar o governo e, assim, os representar e tomar as devidas decisões.

Por outro lado, cabe salientar o já mencionado modelo de democracia participativa, no qual a participação cidadã não se restringe ao voto nas eleições periódicas, de modo que a prática democrática não se limita às esferas institucionais. Nesse modelo, a democracia é entendida como um valor a ser experimentado em diferentes esferas da vida cotidiana e estendido a todos os sujeitos - na família, no grupo de amigos, na rua, na escola, nas instituições políticas. Essa democracia, exercida cotidianamente, ilustra uma visão maximalista da democracia.

Anne Phillips, pertencente ao grupo de teóricos da democracia maximalista, no seu texto *"De uma política de ideias a uma política de presença?"*, traz uma contribuição imensa para o debate da representatividade, conceito muito importante para a prática pedagógica "Nossa vozes, nossos corpos. Presentes!". Diante dos tantos limites da democracia moderna, nos quais se inclui a sub-representação e/ou ausências de determinados grupos nos espaços de construção, participação e decisões políticas, é valiosa a proposição da autora de que, para além da representação de ideias, também é muito importante uma política de presença, em outras palavras, os corpos e as vozes dessas pessoas devem estar presentes nas instâncias de participação e decisões políticas. A representação cederia espaço para representatividade.

É concebível que pessoas brancas substituam outras, de origem asiática ou africana, quando está em questão representar determinados programas em prol da igualdade racial. Mas uma assembleia formada só por brancos pode realmente se dizer representativa, quando aqueles que ela representa possuem uma diversidade étnica muito maior? Representação adequada é, cada vez mais, interpretada como implicando uma representação mais correta dos diferentes grupos sociais que compõem o corpo de cidadãos (Phillips, 2001, pág. 273).

Vale chamar atenção para o fato de que, dentro do debate sobre representatividade, a presença não é uma regra em relação às ideias, ou seja, pertencer a determinado grupo não se traduz na garantia de que se defenderá suas bandeiras. Existirão situações em que negros(as) não representarão o conjunto de ideias e interesses do seu grupo, po-

dendo inclusive adotar práticas racistas. Do mesmo modo, mulheres podem adotar discursos e práticas de ordem machista, representantes da população de baixa renda podem acabar votando e defendendo pautas que reforçam os privilégios da classe média e/ou alta, os que pertencem à população LGBTQIA + podem manifestar atitudes de homofobia, lesbofobia, transfobia.

É com base nessa análise que o teórico Silvio de Almeida diz que “representatividade não é presença, não é poder”. O filósofo sugere que a presença física não é a garantia da presença política e sintetiza: “a questão é analisarmos quantas pessoas dos grupos chamados minoritários estão, por exemplo, não apenas aparecendo, mas também concebendo, pensando e decidindo.” Nesse mesmo sentido, Anne Philips ressalta:

A maior parte dos problemas, de fato, surge quando as duas são colocadas como opostos mutuamente excludentes: quando idéias são tratadas como totalmente separadas das pessoas que as conduzem; ou quando a atenção é centrada nas pessoas, sem que se considerem suas políticas e idéias. É na relação entre idéias e presença que nós podemos depositar nossas melhores esperanças de encontrar um sistema justo de representação, não numa oposição falsa entre uma e outra. (2001, pág. 289)

Diante do quadro teórico aqui exposto, esta prática propõe como desafio o desenvolvimento da capacidade de mobilização e conscientização dos estudantes, no sentido não só da importância de disputar, ocupar e colorir os espaços com a representatividade de seus corpos, mas também e, principalmente, de garantir a presença de suas vozes e a existência de um alinhamento político e humano que seja coerente com as pautas que são verdadeiramente comuns e necessárias ao desenvolvimento e à visibilidade dos seus respectivos grupos.

¹ Frase proferida por Silvio de Almeida em palestra intitulada “As novas estruturas do racismo”, organizada pelo programa Saia Justa, no canal GNT, em 28 de outubro de 2021. Link: <https://www.youtube.com/watch?v=Lo7dznnZ7Ew>

3

EVOLUÇÃO DA PRÁTICA

Educadores(as), nesta seção são apresentadas sugestões de como vocês podem conduzir esta prática pedagógica. Objetiva-se apontar uma trilha a ser seguida, mas esta pode ser recortada, adaptada e/ou incrementada de acordo com as necessidades e contextos nos quais estarão realizando. O processo de desenvolvimento da prática está organizado em três partes: preparação, passo a passo e continuidade. Cada uma delas é explicada de forma detalhada a seguir.

preparação

I. Delimitação do tema, abordagem, itinerário.

Antes de iniciar a prática, é super interessante que você tenha estas questões pensadas (delimitação do tema, abordagem, itinerário), inclusive com propostas para um plano B.

“*Nossas vozes, nossos corpos. Presentes!*” é uma metodologia originalmente estruturada para desenvolver a temática da representatividade, mas também é um título bastante propositivo, alargando as possibilidades de abordagens e reflexões.

O primeiro passo a ser dado é a delimitação do tema. A concepção de povo ao longo da história, os mecanismos de participação, as vivências de valores democráticos, a representação e as representatividades, a cidadania e a evolução do conceito de democracia são exemplos de possíveis temáticas.

Feito o seu recorte temático, planeje a sua abordagem. Atente-se ao seu público. Observe a idade dos(as) alunos(as), o ano/série que estão cursando, os perfis de participação, os recursos que mais os envolvem. Quais conceitos abordar? Como tratá-los? Quais elementos do cotidiano dos(as) seus(-suas) alunos(as) podem ser trazidos para a dinâmica da prática?

Por fim, escolha o seu itinerário. De tudo o que planeja realizar, que sequência será seguida? Tente estabelecer um encadeamento lógico, partindo de um ponto em que você

possa oportunizar a fala e a participação dos(as) alunos(as) até o momento da prática que considere o ápice.

II. Seleção e organização do material pedagógico

Após estabelecer o recorte temático, a abordagem a ser utilizada e o itinerário a ser seguido, sugere-se que você comece a trabalhar na seleção e organização do material pedagógico.

Os materiais a serem preparados para o desenvolvimento da prática no ambiente presencial incluem: questionário, slides e fichas para a proposição dos Projetos de Governo. Os modelos de todos esses materiais podem ser encontrados na seção “anexos”, ao final desta prática. Selecione e/ou confeccione os materiais que melhor se adequem ao objetivo e ao ambiente em que a prática será desenvolvida, bem como aos perfis dos seus estudantes.

A prática “*Nossas vozes, nossos corpos. Presentes!*” pode ser desenvolvida em um ambiente presencial, virtual, híbrido ou externo. Caso você disponha de tecnologias como projetor, som, TV, xerox, internet e câmeras, sugere-se a utilização de slides, músicas, imagens, vídeos, questionários virtuais e fichas impressas. Se essa não for a sua realidade, sugere-se adequação. Outras possibilidades são: quadro branco, material impresso, cadernos, cartolinas, pincéis e tantos outros que estejam à sua disposição e que viabilizem o desenvolvimento da metodologia.

Uma orientação importante: atenção para o tempo disponível para realização da prática. Em algumas situações, será importante que os materiais já estejam organizados (fichas, slides, questionários), em outras, que sejam construídos coletivamente. Essa ação poderá possibilitar maior envolvimento dos estudantes e, conseqüentemente, maior sensibilidade aos conceitos e debates reunidos no estudo.



passo a passo

ENCONTRO 1 (100 min)

Objetivos Específicos

- Traçar o perfil dos(as) alunos(as) envolvidos(as) nessa Metodologia Ativa;
- Fundamentar teoricamente os conceitos: democracia, povo e representatividade.

Preparação

- Elaboração do questionário, conforme orientações a seguir e modelo em anexo
- Seleção de imagens para a predição, conforme sugestões a seguir e modelo em anexo.

Condução da Prática

Boas Vindas

10 minutos

Acolha seus estudantes de maneira carinhosa e entusiástica. Agradeça pelas suas presenças e apresente as atividades que serão realizadas no encontro.



I. Aplicação de Questionário

15 minutos

Elabore um questionário que dê conta de revelar para você os principais aspectos da vida social, política e econômica dos(as) seus(suas) alunos(as), versando desde questões mais subjetivas, como religiosidade, sexualidade e composição familiar, até questões mais objetivas, como acesso a políticas públicas de saúde, educação, geração de emprego e renda, segurança e lazer. Propõe-se que o questionário também traga perguntas que explorem o olhar dos estudantes acerca da importância dos valores democráticos, participação cidadã consciente, participação política e representatividades. Você encontra um modelo do questionário a ser aplicado no Anexo I, ao final da prática.

Antes da aplicação do questionário, é interessante conversar com os estudantes, no sentido de chamá-los atenção para que respondam com bastante responsabilidade.

Propõe-se que o questionário seja aplicado pelo *Google Forms*, assim você já terá gráficos gerados automaticamente com o condensado das respostas. Quando isso não for possível, realize o questionário com ficha impressa e reserve um tempo a mais para catalogar os dados.



II. Predição do conteúdo e exposição dialógica

70 minutos

É sempre bom começar qualquer atividade pedagógica explorando os conhecimentos prévios dos estudantes. Essa predição pode ser feita a partir de músicas, vídeos, perguntas provocadoras, análise de imagens, etc.

No caso desta prática, sugere-se que a predição seja feita a partir de imagens (projetadas ou impressas). Selecione algumas imagens recentes ou não que versem sobre fatos sociais e históricos. Traga fotografias que representem diferentes atores sociais, contextos econômicos e políticos. Observe alguns exemplos de imagens para essa atividade no Anexo 2, ao final desta prática.

Os questionamentos seguintes podem ajudar nas suas reflexões junto aos seus(suas) alunos(as): Quem é este povo? O que estas imagens representam? Quem são os autores envolvidos? Podem ser considerados "povo"? São pessoas de deveres e direitos? O que os diferencia uns dos outros? Estão tendo sua cidadania garantida? Quais valores democráticos estão sendo evidenciados e quais estão sendo violados?

Após realizar a predição do conteúdo a partir das imagens, siga com a exposição dialógica. Reúna os conceitos e teorias que deseja explicar. Utilizando quadro branco ou projeção de slides, reflita com os(as) alunos(as) sobre os conceitos de "democracia" e "povo" (origem, modelos, limites, avanços, mudanças). Siga apresentando as visões minimalistas e maximalistas da democracia e, por fim, reflita sobre a pertinência da representatividade, da "política da presença". Para preparar-se para essa exposição dialógica, leia a seção "Abordagem Teórica" e as referências trazidas ao final da prática.

Fechamento

5 minutos

Proponha que os(as) estudantes avaliem oralmente o encontro, expressando com uma palavra o seu grau de satisfação.

ENCONTRO 2 (100 min)

Objetivos Específicos

- Refletir sobre os problemas que afetam a sociedade brasileira e buscar propostas para resolvê-los;
- Refletir sobre os perfis de “povo” que seriam público-alvo das propostas de governo dos estudantes.

Preparação

- Impressão ou organização das fichas dos Projetos de Governo, conforme orientações abaixo e modelo em anexo.

Condução da Prática

Boas Vindas

10 minutos

Acolha seus estudantes de maneira carinhosa e entusiástica. Agradeça pelas suas presenças e apresente as atividades que serão realizadas no encontro.



III. Construção do Projeto de Governo e socialização

90 minutos

Este passo é fundamental para o propósito da prática.

1. Organize sua turma em equipes: você pode propor que eles(as) se dividam por afinidades, ou, se preferir, você mesmo poderá fazer essa divisão, assegurando uma maior equidade de perfis de estudantes em cada grupo.

2. Proponha a criação dos Planos de Governo: com as equipes montadas, desafie os(as) alunos(as) a “pôr a mão na massa”. Imaginando-se eleitos, eles(as) devem relacionar uma ou duas propostas políticas que fariam parte do seu Plano de Governo para cada uma das seguintes áreas: educação, saúde, segurança, lazer e geração de emprego e renda. Peça ainda para escolherem duas pautas extras que julguem importantes e que não estejam inclusas nas categorias acima e, do mesmo modo, que proponham até duas medidas.

Entregue para cada equipe uma ficha para sistematização das propostas do Projeto de Governo. Oriente eles(as) a rascunharem no caderno e somente depois passarem a limpo para a ficha. Estabeleça o tempo para esse passo de acordo com o público e o ambiente em que a prática esteja sendo aplicada. Essas fichas devem ser preparadas antes do encontro. Você encontra um modelo da ficha para o Projeto de Governo ao final da prática, no Anexo 3.

Essa etapa é para os estudantes, mas é muito interessante que você observe discretamente os debates, os argumentos elaborados, os referenciais teóricos que estão utilizando para construção de suas políticas, as ideologias que as nutrem, as reações frente a pensamentos contrários, o processo de argumentações e de busca de consenso em torno da proposta e o perfil de povo ao qual suas políticas se destinam.

3. Socialização Coletiva: Esgotado o tempo e concluídos os projetos, oriente as equipes a escolherem um integrante para representá-las na mesa redonda, fazendo a socialização coletiva. A apresentação pode ser por equipe ou por rodada temática. Após cada apresentação, abra espaço para a reação do coletivo. Atue também, nesse momento, fundamentando teoricamente alguns conceitos trazidos por eles, problematizando questões, sempre no sentido de direcioná-los para reflexão sobre valores democráticos, cidadania e o público-alvo de suas políticas.



Fechamento

5 minutos

Proponha que os estudantes avaliem oralmente o encontro, expressando com uma palavra o seu grau de satisfação.

ENCONTRO 3

Objetivos Específicos

- Analisar o perfil da turma a partir das informações coletadas no questionário;
- Refletir sobre a importância da representatividade democrática.

Preparação

- Sistematização e análise dos dados do questionário para apresentação aos(às) estudantes, conforme destacado a seguir.

Condução da Prática

Boas Vindas

5 minutos

Acolha seus estudantes de maneira carinhosa e entusiástica. Apresente as atividades que serão realizadas no encontro.



IV. Apresentação do condensado do questionário e reflexões sobre os dados | 50 minutos

Concluída a socialização dos projetos, você deverá conduzi-los à próxima etapa. O objetivo aqui é revelar e refletir sobre os perfis de povo que seus(suas) alunos(as) representam.

Antes do encontro, você deve preparar o condensamento dos dados das informações coletadas na etapa 1 (questionário). Traga esses dados e reflita junto com a turma sobre as informações coletadas. Qual o perfil da turma a partir das várias abordagens: sociais, econômicas, políticas, religiosas, culturais, estruturais?

Questione a turma: como esse “povo” (que são vocês) revelado nos gráficos está inserido nas propostas do Plano de Governo que vocês elaboraram?

A ideia é provocar os estudantes a refletirem sobre em que proporção os seus corpos e as suas vozes estão inclusos no plano de governo que eles mesmos construíram. O grau de presença ou ausência nessas políticas lhe dará “pano pras mangas” para instigar várias questões.



V. Exposição dialógica sobre a importância da representatividade | 40 minutos

Esta etapa encerra a prática pedagógica. Aqui, você deve retomar um pouco do debate feito no passo 2 no tocante à importância das representatividades. Explore conceitual-

mente a “política de presença” trabalhada por Anne Phillips no texto “De uma política de ideias a uma política de Presença?”, trazido nas referências.

Provavelmente, os(as) alunos(as) se perceberão inclusos na maioria das políticas públicas propostas pela turma, uma vez que o projeto foi construído por eles. Caso isso não aconteça, construa um itinerário de reflexão que possibilite a autoavaliação.

Provoque-os(as) a perceberem que eles(as), enquanto povo, só estão refletidos nas propostas de governo devido à representatividade, ao fato da política da presença, ou seja, ao fato de terem participado da construção. Assim, ressalte a importância de, mesmo reconhecendo os preconceitos e desigualdades históricas e estruturais que marcam a sociedade, criarem mecanismos de disputas de narrativas e territórios. Com muita resistência e enfrentamento, os estudantes podem lutar por representatividades nos espaços sociais, políticos e de poder. Suas vozes e seus corpos devem sempre estar PRESENTES!



VI. Avaliação

25 minutos

Avaliar é imprescindível. Assegure alguns minutos para que os estudantes possam avaliar a prática. Isso lhe ajudará a perceber se o objetivo foi alcançado, além de suscitar correção de rotas e ideias para a próxima aplicação.

Converse com os estudantes sobre o objetivo e a importância desse momento avaliativo. Essa avaliação pode ser espontânea e verbal ou, se preferir, você pode propor uma avaliação escrita. Neste caso, entregue uma ficha e sugira que avaliem com uma palavra ou frase.

continuidade

Certamente essa metodologia levantará várias possibilidades de continuidade, a partir da sua experiência e do contexto sociopolítico no qual os seus estudantes estão inseridos.

A seguir, são apontadas três sugestões que você poderá ter como horizontes para a continuidade da prática:

- Ampliação dos gráficos com o condensado do questionário e exposição em algum lugar da escola de grande visibilidade. Essa atividade pode ser tomada como uma amostragem da realidade dos estudantes da sua instituição. A observação pode estimular gatilhos de percepções dos jovens acerca da diversidade de suas realidades;

- Estudo e reorganização das propostas contidas nos projetos de governo, com ajuda do professor. Unificação das propostas e reordenamento para realidades micro a fim de serem apresentadas aos organismos colegiados (Grêmios Estudantil e Conselho Escolar), pais e comunidade escolar, câmara dos vereadores, poder executivo municipal, e demais órgãos e esferas às quais tiverem acesso e julgarem pertinentes;

- Aplicação de questionário a todos os estudantes, com objetivo de mapear os diversos grupos presentes na escola.

- 1.** Garantir junto ao núcleo gestor, espaço para uma oficina com os(as) estudantes, na qual estarão organizados por agrupamentos, de acordo com os principais perfis revelados pelo questionário. O objetivo dessa divisão de grupos é fazer com que os(as) estudantes que representam um mesmo perfil possam se identificar enquanto grupo e, assim, desenvolver políticas que os representem.

- 2.** Sugerir que listem ações que a escola poderia realizar no sentido da democratização, valorização da cidadania e garantia da escuta e visibilidade das vozes e corpos que compõem o corpo discente.

- 3.** Realizar a culminância da oficina, oportunizando que a explanação seja marcada pelas representatividades.

4

RESULTADOS ESPERADOS | O desenvolvimento desta prática visa:

- Estimular a compreensão e a aprendizagem, cientificamente embasada, dos conceitos de democracia, cidadania, povo e representatividade;
- Sensibilizar os(as) estudantes para importância de políticas públicas, bem como para a construção responsável de um Projeto de Governo;
- Garantir um diálogo respeitoso e responsável entre os(as) estudantes frente a argumentos contrários e adversidades que possam surgir no debate;
- Provocar para o reconhecimento da importância da participação política e da construção de espaços democráticos;
- Despertar os(as) estudantes para a necessidade da presença de suas vozes e seus corpos nos mais diversos contextos sociopolíticos;
- Motivar os(as) estudantes para o debate e para a atuação política.

RESULTADOS DO AUTOR | Durante a realização da metodologia ativa na minha turma, os momentos que mais envolveram os estudantes foram: a construção em equipes dos projetos de governos; a apresentação do perfil da turma a partir do condensamento dos dados do questionário; e o debate sobre a importância da representatividade.

Os estudantes já apresentavam um nível bastante significativo de participação ativa nas aulas, bem como um elevado repertório e compreensão conceitual. Assim, o que houve foi maior embasamento científico, elemento que reverberou na construção das propostas. Percebi o quanto os(as) jovens sentem sede de participação na vida política da comunidade. São conhecedores(as) dos problemas que afetam suas vidas, suas existências, assim como também conseguem apontar soluções, bastando apenas serem ouvidos.

Ressalto a importância do acolhimento que foi dado pelos(as) alunos(as) no tocante à prática. A experiência oportunizou maior sensibilidade política e humana, debate respeitoso entre os discentes, bem como a ludicidade no processo de construção e reflexão. Destaco, ainda, a natureza teórica e suprapartidária que marcou a nossa vivência,

evidenciando o amadurecimento no caráter político de observação da realidade. Os(as) alunos(as) demonstraram bastante apreço pela metodologia e socializaram verbalmente ter gostado do itinerário escolhido para realização da prática. Ao final, ficou um sentimento de que os(as) estudantes estão desejosos(as) em exercitar a sua cidadania e ajudar na construção da sociedade que desejam, lutando pelas suas presenças, demarcando espaços com vozes e corpos.

REFERÊNCIAS

5



REFERÊNCIAS UTILIZADAS NA ABORDAGEM TEÓRICA

DANTAS, Humberto. **Democracia, cidadania e educação**. In. DANTAS, Humberto. **Ciência política e políticas de educação: conceitos e referências** [recurso eletrônico] / Humberto Dantas... [et al.]. - Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, págs 16 -34, 2021.

DANTAS, Humberto (2020). **Verbete democracia. Dicionário das Eleições**. Editora Juruá: Curitiba

PHILLIPS, Anne. **De uma política de ideias a uma política de Presença?** In. *Revista Estudos Feministas*, ISSN 1806-9584, vol. 9, nº 01. Florianópolis, Brasil. 2001.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

As novas estruturas do racismo, Programa Saia Justa /GNT, Youtube, 28 de outubro de 2021, 14:37 min, Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Lo-7dznnZ7Ew>, Acesso em: 27 de novembro de 2021.



SUGESTÕES PARA APROFUNDAMENTO DE LEITURA

CORRÊA, Carolina. **Sistemas de governo e princípios gerais da política**. In. DANTAS, Humberto. **Ciência política e políticas de educação: conceitos e referências** [recurso eletrônico] / Humberto Dantas ... [et al.]. - Rio de Janeiro : Konrad Adenauer Stiftung, págs 50 -73, 2021.

DANTAS, Humberto. **Ciência política e políticas de educação : conceitos e referências** [recurso eletrônico] / Humberto Dantas... [et al.]. - Rio de Janeiro : Konrad Adenauer Stiftung, 2021.

TORELLI, Hanna Maruci. **Representação e representatividade**. In. DANTAS, Humberto. **Ciência política e políticas de educação: conceitos e referências** [recurso eletrônico] / Humberto Dantas... [et al.]. - Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, págs 153 -167, 2021.



Anexo 1 - Modelo de Questionário

PRÁTICA: NOSSAS VOZES, NOSSOS CORPOS. PRESENTES!

OFICINA: PLANO DE GOVERNO

Este é um questionário simples que objetiva traçar o perfil dos/as alunos/as envolvidos nesta Metodologia Ativa. Para tanto, peço que sejam o máximo verdadeiros/as a fim de que o resultado revele o máximo da nossa realidade.

Seu nome? (Não é obrigatório) : _____

Acerca de sua cor/raça, você se autodeclara:

- Branco/a
- Preto/a
- Pardo/a
- Indígena
- Amarelo

Qual sua religião?

- Católica
- Evangélica
- Espírita
- Umbanda, candomblé ou outras religiões afro-brasileiras
- Outra religião
- Ateu
- Não tenho religião

Com qual gênero você se identifica?

- Masculino /Homem
- Feminino/ Mulher

Como você define sua opção sexual?

- Heterossexual
- Homossexual
- Bissexual
- Outra

Acerca da sua renda familiar, assinale a alternativa que melhor expresse a realidade de sua família na atualidade.

- Menos de meio salário mínimo.
- Até um salário mínimo
- De dois a três salários mínimos
- Acima de quatro salários mínimos.

Qual personagem é o/a principal responsável pela renda familiar?

- Pai
- Mãe

- Avô/Avó, Tio/Tia.
- Irmão/Irmã
- Você

Sobre o total de pessoas que moram em sua casa ou dependem da renda familiar

- Até 3 pessoas
- De 4 a 6 pessoas
- Acima de 7 pessoas.

Sobre a sua moradia:

- Casa própria
- Alugada
- Cedida

Sobre o local da sua moradia

- Centro
- Bairro nobre
- Bairro periférico
- Sítio

Sobre a oferta/acesso à saúde, a sua família:

- Tem Plano de Saúde.
- Acessa os serviços do SUS com frequência e facilidade.
- Tem dificuldades em acessar os serviços do SUS.
- Não tem condições nem acesso a serviços de saúde.

Sobre emprego e renda e a situação da sua família no contexto da pandemia, assinale a opção que mais se aproxima.

- Não houve alteração na vida financeira da minha família.
- Houve agravamento na vida financeira da minha família, mas conseguimos ressignificar os gastos e consumos.
- Houve agravamento e, conseqüentemente, tivemos muitas dificuldades.

Sobre políticas públicas de segurança e lazer:

- Tenho acesso e estou satisfeito(a) com os serviços.
- Existem vários espaços de lazer, mas não me sinto seguro(a) em frequentá-lo.
- Ainda são precárias, devendo melhorar muito na oferta e qualidade.

Como você avalia os serviços de educação pública que lhes são ofertados?

- Excelente
- Bom
- Regular
- Ruim

Você se percebe sendo parte do público-alvo das políticas públicas brasileiras de educação, saúde, segurança, lazer, geração de emprego e renda?

- Sim, plenamente.
- Sim, parcialmente.
- Sim, minimamente.
- Não.

Você se sente representado nos espaços de poder político?

- Sim, plenamente.
- Sim, parcialmente.
- Sim, minimamente.
- Não.

No tocante à participação cidadã na vida política e na construção de uma sociedade democrática, justa e solidária, você defende ser:

- Muito necessária.
- Desnecessária.

Qual critério você utiliza/utilizará no momento de escolha dos representantes políticos?

- Orientação do pai/mãe ou chefe familiar.
- Recompensa financeira ou material em troca do voto.
- Trajetória política e pessoal, projeto político coerente com o que você acredita e representatividade.
- Defesa de pautas que sejam alinhadas com o que você defende.
- Não utilizo/utilizarei critérios. No dia da eleição escolho/escolherei algum candidato/a aleatoriamente.

Julga importante existir representatividade em espaços de decisões e poder político?

- Sim, plenamente.
- Sim, parcialmente.
- Sim, minimamente.
- Não.

Anexo 2 - Exemplos de Imagens para Predição

Metodologia Ativa

Nossas vozes, nossos corpos. Presentes!

Passo 02: Predição do conteúdo (Exposição dialógica)



Metodologia Ativa

Nossas vozes, nossos corpos. Presentes!

Passo 02: Predição do conteúdo (Exposição dialógica)



Anexo 3 - Modelo de Ficha para construção do Projeto de Governo

JORNADA EDUCADORES DA CIDADANIA METODOLOGIA ATIVA: Nossas vozes, nossos corpos. Presentes! OFICINA: PLANO DE GOVERNO

NOME DO EDUCADOR:

ESCOLA:

TURMAS:

DISCIPLINA:

PLANO DE GOVERNO

SAÚDE	EDUCAÇÃO	SEGURANÇA
LAZER	GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	PAUTAS EXTRAS 1. 2.
EQUIPE:		

Cidadania Ambiental:

um olhar para a formulação de políticas públicas na Amazônia

Joicy Compagnon
Mariano



Objetivo | Analisar os diferentes impactos ambientais que ocorrem na Floresta Amazônica e propor medidas cidadãs e legislativas para reverter esse quadro, inspirando gerações futuras a buscarem uma melhor qualidade de vida no planeta.



Componentes curriculares sugeridos | Ciências, Biologia, Geografia e História.



Duração | 5 aulas de 50 minutos cada aula.



Etapas de ensino sugeridas | Ensino Fundamental: 7º ano; Ensino Médio: 1º ano.



Principais conceitos | Floresta Amazônica. Cidadania. Meio Ambiente. Políticas Públicas. Leis.



Número de Estudantes Sugerido | 15 a 35 estudantes.



Principais metodologias | Três momentos pedagógicos de Delozoicov et al. (2011).



Habilidades Socioemocionais | Pensamento crítico, autonomia e proatividade.

“Durante as pesquisas para o projeto, aprendemos que **podemos ser cidadãos conscientes dos nossos atos** e que diferentes impactos, como a degradação do meio ambiente e a contaminação dos rios, intensificam o aquecimento global.

Com isso, percebemos que se faz necessário criar leis mais rígidas quanto aos crimes ambientais e políticas públicas de educação ambiental, bem como dar condições de trabalho para quem sobrevive dos garimpos ilegais.”

Aluna de 7º ano do EF do Centro de Educação do Trabalhador João de Mendonça Furtado

“Foi muito gratificante participar do projeto ‘Cidadania Ambiental: um olhar para a formulação de políticas públicas

na Amazônia.’ Percebi que não sabia vários conceitos, como o que é cidadania e como posso exercê-la. **Entendi que ser um cidadão vai muito além de apenas viver em uma sociedade** e, por isso, precisamos compreender bem os vários aspectos que dizem respeito à cidadania.”

Aluna de 7º ano do EF Centro de Educação do Trabalhador João de Mendonça Furtado

“Eu já tinha visto movimentos sociais nos jornais televisivos, porém não sabia que, por trás desses movimentos, há pessoas com tantos ideais e histórias para compartilhar, **pessoas querendo mudanças reais.**”

Aluno de 7º ano do EF Centro de Educação do Trabalhador João de Mendonça Furtado

1 IDEIAÇÃO | Com a ampliação do acesso à informação, nos últimos anos, a questão ambiental ganhou a relevância que merecia e precisava, tornando-se manchete de grandes reportagens.

Os olhos do mundo voltaram-se para as drásticas mudanças climáticas, a morte lenta dos oceanos, os terríveis incêndios no Pantanal, o desmatamento desenfreado na Floresta Amazônica, e os desastres ambientais com perda de vidas em episódios emblemáticos, como Brumadinho e Mariana. Diante de um cenário terrível, o que fazer para alterar esse quadro de tamanha desordem ambiental no mundo?

Iniciativas cidadãs podem ser tomadas com o intuito de sensibilizar as pessoas a agir em prol da preservação do meio ambiente, diminuindo o impacto dos seres humanos na natureza e repercutindo em um mundo mais verde. E não apenas os adultos, mas também as crianças e adolescentes podem liderar essas ações, tornando-se cidadã(o)s mais conscientes frente aos problemas ambientais. Nesse sentido, esta prática busca propor medidas cidadãs e institucionais para reverter esse quadro e inspirar gerações futuras em prol da preservação da Floresta Amazônica.

2

ABORDAGEM TÉORICA

A preocupação com a questão ambiental alcançou, nas últimas décadas do século XX, um status de problema global, o que tem mobilizado não somente a sociedade civil, mas diferentes órgãos governamentais em diversas partes do mundo (ALONSO; COSTA, 2000). A temática ambiental toca aspectos sensíveis e primordiais da realidade humana. Desde a antiguidade, grande parte dos conflitos se pautam em questões relacionadas à natureza, principalmente no que se refere ao uso dos recursos naturais e à posse de terra (ALONSO; COSTA, 2000).

No caso do Brasil, Alonso e Costa (2000) abordam que os conflitos ambientais podem ser analisados e compreendidos em paralelo com a existência de movimentos socioambientais, de uma estrutura técnico-burocrática e, também, com o desenvolvimento do conhecimento

técnico-científico. Maurício Waldman (2003 apud Fischer, 2012) explica que, para a resolução de conflitos ambientais é necessária a participação conjunta de três esferas: 1) da administração pública, nos três níveis – federal, estadual e municipal; 2) da sociedade com seus interlocutores, como, por exemplo, as escolas, os sindicatos e as associações; 3) do âmbito individual, do cidadão desempenhando o seu papel em cuidar do meio ambiente em sua casa, no bairro, no local de trabalho, etc. Nesse ínterim, é importante destacar que a própria Constituição Federal Brasileira possui um capítulo destinado às questões ambientais e, no artigo 225, dispõe que “cabe ao Poder Público Legislativo, Executivo e Judiciário defender o meio ambiente”, em seus níveis federal, estadual e municipal (BRASIL, 1990). Essa defesa está centrada em leis, projetos e resoluções que visem resguardar o meio ambiente.

Fischer (2012) destaca o importante papel dos movimentos sociais e ambientais que, paulatinamente, têm ganhado mais visibilidade na esfera pública, inserindo em nossa sociedade valores de qualidade ambiental e, sobretudo, a necessidade de mudança nas condutas de trato com o meio ambiente – algo que tem resultado na incorporação do tema em agendas de atores e partidos políticos de diferentes espectros ideológicos. De acordo com Corrêa (2020, p. 73), “atualmente, o movimento ambientalista exerce considerável poder de pressão no processo político e já deixou de ser uma pauta exclusiva dos partidos verdes”.

Nesse sentido, podemos citar a ativista sueca Greta Thunberg, que, com apenas 16 anos, em 2018, iniciou um movimento socioambiental, que tomaria proporções internacionais, voltado à luta contra as mudanças climáticas. Pouco a pouco, Greta mobilizou milhares de jovens (e adultos) a exigir do poder público medidas concretas para diminuir o aquecimento global e preservar as nossas florestas. Outro ativista que, já na década de 1980, atuava em movimentos sociais brasileiros em prol das florestas e do povo amazônico foi Chico Mendes. Chico tinha o intuito de sensibilizar a sociedade para a utilização dos recursos florestais sem desmatar, promovendo a proteção e preservação da Floresta Amazônica.

Todavia, por mais fortes que sejam os movimentos socioambientais no processo de luta por um mundo melhor, as ações antrópicas ainda têm sido a causa de inúmeros impactos ambientais, como é o caso do Bioma Amazônico, que vem sofrendo com desmatamento, garimpo ilegal, queimadas, incêndios, entre outros, revelando uma socieda-

de ainda arcaica em termos de preservação para as gerações futuras. Para reverter esse cenário, é necessário que medidas sejam adotadas e intensificadas por parte dos poderes públicos. Para além dos movimentos sociais, ações de ordem governamental, como leis, projetos, programas e resoluções, em prol da Floresta Amazônica podem intensificar a sua preservação e, conseqüentemente, podem estimular a ideia de preservação “do hoje para o amanhã” na sociedade. Ao fomentar a proteção das florestas, podemos sensibilizar, cada vez mais, a sociedade sobre a importância dos seus serviços ambientais no sentido de minimizar a intensificação das mudanças no clima que já assola o mundo (AMAZONAS, 2009).

Diante do exposto, como inserir, no meio educacional de crianças e adolescentes, iniciativas de participação e de busca por conhecimentos de legislação, sensibilizando-os(as) sobre a importância de uma cidadania ambiental?

Foi com base nesse questionamento que nasceu a educação ambiental, componente essencial e permanente da educação promulgado na Política Nacional de Educação Ambiental regida pela Lei 9.795 de 27/05/99, que visa a uma nova filosofia de vida, uma nova cultura comportamental, que busca um compromisso do homem com o presente e o futuro do meio ambiente (KONDRAT; MACIEL, 2013, p.826). A educação ambiental deve ser encarada como um processo que tem por objetivo a aprendizagem que valoriza as diversas formas de conhecimento (JACOBI, 2003), com o intuito de sensibilizar as crianças e jovens a tornarem-se cidadãos mais conscientes dos problemas ambientais. De acordo com Oliveira e Neiman (2020, p.37) esses problemas “fazem parte de suas vidas e que só podem ser resolvidos com sua participação ativa, possibilitando o desenvolvimento de atitudes para o exercício da cidadania”.

Sendo assim, como relacionar a educação ambiental com a cidadania? Jacobi (2003, p.198) aduz que “cidadania tem a ver com pertencer a uma coletividade e criar identidade com ela”. Desse modo, sendo a educação ambiental um tema que visa à formação de cidadãos críticos e detentores do saber na defesa do meio ambiente, a junção desta com o exercício da cidadania “tem a ver com uma nova forma de encarar a relação do homem com a natureza, baseada numa nova ética, que pressupõe outros valores morais e uma forma diferente de ver o mundo e os homens” (JACOBI, 2003, p. 198). Logo,

[r]educar para/em cidadania invoca-nos a necessidade

de partilhar um quadro de referência, um conjunto de valores que constituirão os princípios que acreditamos ser a matriz de ação e fundamento da vivência em comum, isto é, em sociedade. Isto só é possível se reaprendermos a ser cidadãos, o que passa por: perceber de forma conjugada os direitos e os deveres; construir uma cidadania participativa, continuamente reivindicativa pela igualdade; nos responsabilizarmos pelo ambiente e os riscos que lhe estão globalmente associados (COSTA; GONÇALVES, 2004, p.38).

Por conseguinte, promover a cidadania está relacionado a estabelecer uma ligação da população com as causas ambientais e demais lutas para estabilização de um futuro bom para todos e todas, oportunizando o surgimento de ações que considerem o tempo presente, bem como a ideia de longo prazo, isto é, imaginar o presente através do futuro. Nesse sentido, faz-se necessária a preservação da floresta amazônica, local que abriga uma das maiores biodiversidades do mundo, afinal, os benefícios ambientais promovidos pelo ciclo florestal só poderão ser aproveitados se continuarmos a proteger a natureza.

Ao considerar o quadro teórico aqui apresentado, esta prática pedagógica operacionaliza em sala de aula a ideia de verificar diferentes reportagens jornalísticas sobre os impactos que estão ocorrendo no Bioma Amazônico, estimulando a reflexão sobre a importância da proteção e preservação das florestas. A partir dessa análise, objetiva-se a criação de leis, projetos e movimentos sociais que visem minimizar os efeitos dos impactos gerados pela ação do homem e inspirar gerações futuras em prol de uma sociedade mais consciente e preocupada com o meio ambiente.

3 EVOLUÇÃO DA PRÁTICA

Esta prática foi idealizada com o intuito de incentivar os(as) estudantes a adotarem um olhar de cidadã(o)s ativos(as) em prol de políticas públicas visando à preservação da Floresta Amazônica. Dessa maneira, a prática aborda temas como: 1. Cidadania Ambiental, 2. Participação cidadã, 3. Prestação de serviços ambientais ofertados pela floresta em pé¹, 4. Impactos Ambientais e 5. Importância da preservação das florestas.

Para realização desta prática e sua efetivação, o(a) professor(a) pode utilizar diferentes metodologias ativas, como,

¹ Floresta em pé: nesta prática utilizamos o termo floresta em pé para designar a cobertura vegetal mais ou menos contínua não derrubada, mantendo-se estruturalmente como floresta.

por exemplo, ensino investigativo, resolução de problemas, STEAM, Word Café, entre outras. Nesse sentido, por entender que a prática metodológica deve sempre se concentrar no(a) estudante e conduzi-lo(a) a uma aprendizagem em que ele(a) é o(a) protagonista do seu próprio aprendizado, optou-se por uma sequência didática com base na contribuição dos três momentos pedagógicos de Delizoicov et al (2011).

De acordo com essa metodologia, no primeiro momento ocorre a “Problematização Inicial”, em que o(a) professor(a) apresenta uma questão disparadora, a qual os(as) estudantes podem já ter vivenciado ou podem estar envolvidos(as) de algum modo. A partir da situação problema, os(as) alunos(as) expõem seus pontos de vista em um momento de troca de discussão, propiciando o desenvolvimento da criticidade e da autonomia na elaboração de hipóteses ao problema proposto (DELIZOICOV et al.,2011).

No segundo momento, ocorre a “Organização do Conhecimento” sob a orientação do(a) professor(a), no qual se dá o aprofundamento do tema com o conteúdo selecionado para reflexão e compreensão da questão disparadora. No terceiro e último momento, ocorre a “Aplicação do Conhecimento”, em que os(as) estudantes sistematizam o que compreenderam e podem propor intervenções, articulando os conceitos científicos com situações reais (DELIZOICOV et al., 2011).

Para que esta prática possa ocorrer de forma efetiva, garantindo a participação dos(as) estudantes, sugere-se que o(a) professor(a), ao elaborar seu plano de aula, organize os materiais que serão necessários para realizar a atividade. Estes incluem vídeos, textos científicos ou jornalísticos sobre os assuntos que serão abordados na prática. Para auxiliá-lo, anexo uma tabela (p. 130) com os assuntos abordados ao longo da prática e com respectivas sugestões de vídeos e textos jornalísticos para a efetivação da atividade.

passo a passo

ENCONTRO 1

Problematização Inicial

50 minutos

1. Proponha que os(as) estudantes façam um círculo (5min);
2. Inicie uma roda de conversa com a questão norteadora: “De que forma os impactos ambientais que ocorrem na Flores-

ta Amazônica afetam a vida dos seres vivos no planeta Terra?";

3. Conduza a roda de conversa com o intuito de promover o diálogo entre os(as) estudantes, expondo seu pensar na construção e reconstrução de conceitos **(35min)**:

- Observe que a pergunta disparadora tem muitas variáveis que podem ser utilizadas para conduzir a roda de conversa e assim fazer com que o(a) estudante proponha hipóteses para a resolução desse problema, como, por exemplo: 1. Quais são esses impactos? 2. Por que a Floresta Amazônica é importante? 3. Quais são os serviços ambientais prestados pela floresta em pé? 4. Quem são os seres vivos? 5. O nosso planeta pode sobreviver sem as florestas? Essas indagações podem surgir à medida que a troca de informações ocorre, como também o(a) professor(a) pode instigar alguns desses questionamentos;

- Ao longo da roda de conversa você pode introduzir temas como: Desmatamento; Queimadas; Tráfico de animais; Biopirataria; Garimpo ilegal; Extrativismo; Importância da floresta em pé; Serviços ambientais da floresta;

4. Enquanto os(as) estudantes trazem suas percepções, anote no quadro as hipóteses levantadas;

5. Peça para que registrem essas hipóteses no caderno **(10min)**.

ENCONTRO 2

Organização do Conhecimento:

Etapa 1

50min

Nesta etapa da Organização do Conhecimento, são trabalhados os temas: 1. O que é ser cidadã(o)?; 2. Como exercer minha cidadania?; 3. O que é participação cidadã?; 4. Quais são os três poderes democráticos?

1. Inicie esse momento mostrando vídeos, textos científicos ou jornalísticos sobre cidadania, participação cidadã e os três poderes democráticos, seguindo as referências sugeridas anteriormente **(20min)**;

2. Após assistirem aos vídeos, inicie uma discussão com os(as) estudantes sobre os assuntos abordados, levando-os(as) a uma reflexão sobre todos esses temas e a relação entre eles. Busque fomentar a cultura e o protagonismo cidadã(o) nos(as) estudantes(as), fazendo com que se percebam como detentores de direitos e deveres em um estado democrático **(20min)**;

3. Peça para os(as) alunos(as) formarem grupos de no máximo 5 pessoas. Alguns grupos irão representar o poder Legislativo, e

outros representarão os cidadã(o)s **(10min)**:

- Em uma turma de 30 estudantes, podem ser formados 5 grupos. Desses 5 grupos, 3 irão representar o poder Legislativo (vereadores, deputados e senadores) e 2 irão representar os(as) cidadã(o)s;

- A proposta é que os grupos do poder Legislativo criem leis e projetos que visem a minimizar os impactos na Floresta Amazônica e que os grupos dos Cidadã(o)s desenvolvam movimentos sociais e/ou ações cidadãs em prol da preservação da floresta;

- A partir desta atividade, objetiva-se proporcionar a compreensão do que o poder Legislativo executa em uma sociedade, levando os(as) estudantes a serem vereadores ou deputados por um breve momento, com a missão de propor melhorias em prol de uma sociedade mais justa, voltada para sustentabilidade, preservação e proteção do meio ambiente. Concomitantemente, o grupo composto por cidadã(o)s também deverá fazer uma reflexão sobre seus direitos e deveres e sobre a luta por um país mais verde, pensando no planeta como algo integrado;

- O objetivo dessa divisão em grupos é que os(as) estudantes possam socializar suas ideias em grupos menores para posteriormente sistematizar com todos os(as) alunos(as) da sala, promovendo uma participação coletiva.

ENCONTRO 3

Organização do Conhecimento:
Etapa 2

50 minutos

Nesta segunda etapa da Organização do Conhecimento, são trabalhados os temas: 1. Impactos Ambientais; 2. Importância da preservação das florestas; 3. Prestação de serviços ambientais ofertados pela floresta em pé;

1. Com os grupos montados, distribua reportagens jornalísticas sobre os diferentes impactos na Amazônia. Além daquelas sugeridas na tabela inicial, você pode trazer outras reportagens com diferentes pontos de vista sobre os impactos na floresta **(30min)**:

- Além da questão central da prática – o impacto ambiental –, essas reportagens com diferentes pontos de vista podem ser trabalhadas com intuito de promover no(a) estudante o pensamento crítico, identificando fake news e interpretando as perspectivas dos jornalistas a respeito da apuração do as-

sunto;

2. Após a leitura das reportagens, inicie uma discussão com os(as) estudantes sobre os diversos impactos causados pela ação antrópica na Floresta Amazônica e seus reflexos no planeta (20min).

ENCONTRO 4: Aplicação do Conhecimento - Etapa 1

Criação das Leis

50min

Nesta primeira etapa da Aplicação do Conhecimento, ocorrerá a criação e apresentação das leis para todos os demais alunos(as) com o objetivo de sistematizar o conteúdo estudado;

1. Proponha aos(às) estudantes do grupo Legislativo que criem leis ou projetos que visem a minimizar os impactos na Floresta Amazônica. Aos(às) estudantes do grupo dos Cidadã(o)s proponha que criem diferentes tipos de movimentos ou ações sociais em prol da preservação da floresta. Eles(as) podem procurar ideias na internet, verificando leis já criadas. Para isso, peça aos(às) estudantes que puderem para que tragam o celular para a sala, para fazerem a pesquisa (35min);

2. Após a finalização da criação das leis, projetos e movimentos sociais, proponha que os estudantes façam um círculo para iniciar as apresentações dos grupos (15min);

- Após, seria muito interessante que o(a) professor(a) trouxesse a reflexão do Primeiro momento, retomando as hipóteses formuladas pelos estudantes e comparando o que houve de diferente do início para este momento.

ENCONTRO 5: Aplicação do Conhecimento - Etapa 2

Criação do Produto Educacional

50 minutos

Nesta última etapa da Aplicação do Conhecimento, ocorre a criação do produto educacional baseado nos conteúdos trabalhados ao longo da prática. Esse material didático pode ser: um vídeo, um podcast, um panfleto, um livreto, marca-páginas (que podem ser vários, um sobre a floresta, outro sobre leis, outro sobre cidadania), cartazes, criação de páginas em redes sociais, murais, entre outros. Lembre-se, é sempre importante pensar fora da caixinha e fazer com que isso não só possa sen-

sibilizar os estudantes, mas a sociedade por um mundo melhor para o hoje e para as futuras gerações;

- Esse material deve trazer informações sobre a Floresta Amazônica, os serviços ecológicos prestados pela floresta em pé, os principais impactos ambientais que a floresta sofre hoje, e as ações cidadãs e leis criadas pelos estudantes para reverter esse quadro;

- O objetivo é que esse produto possa ser difundido e divulgado com o intuito de mobilizar e sensibilizar a comunidade em geral sobre a preservação da floresta, demonstrando os principais impactos que prejudicam o meio ambiente, e, ao mesmo tempo, provando que podemos fazer alguma coisa para mudar o mundo por meio da nossa participação como cidad(ã)os atuante em uma sociedade;

- Na prática realizada pela autora, foi criado um livreto, que está em anexo, o qual foi confeccionado no Aplicativo Canva. A sua criação iniciou na sala de aula e posteriormente foi concluída de forma online, tendo cada grupo acesso ao link do arquivo para postar as informações que achava necessárias. A sua finalização e design ficou a cargo da professora.

4

RESULTADOS ESPERADOS | Após a prática, é esperado que os(as) estudantes se identifiquem como cidadã(o)s, sabendo seus direitos e deveres e compreendendo o seu importante papel na sociedade. Essa prática também visa a fomentar no(a) estudante a compreensão dos papéis dos três poderes democráticos e a importância da formulação das leis, projetos e movimentos sociais em prol de uma sociedade mais justa e igualitária, visando à preservação e proteção do meio ambiente.

Espera-se também que esses(as) estudantes sejam capazes de promover mudanças individuais e coletivas que auxiliem na proteção das florestas, sensibilizando outras pessoas de que os serviços ambientais prestados pela floresta em pé são essenciais e beneficiam toda a sociedade mundial, não servindo só para uma pessoa.

RESULTADOS DA AUTORA | A prática foi realizada na Escola Centro de Educação do Trabalhador João de Mendonça Furtado - SESI, localizada no município de Boa Vista, estado de Roraima. A prática envolveu 20 alunos(as) do 7º ano do Ensino Fundamental Anos Finais e ocorreu entre os dias 26 de outubro e 16 de novembro de 2021.

Iniciei essa prática com o intuito de abordar os impactos ambientais e a destruição lenta do nosso meio ambiente, a fim de sensibilizar o(a) estudante para a proteção das florestas. Ao longo do desenvolvimento da sequência didática, foi perceptível o engajamento dos(as) alunos(as) e a busca do saber por cada um.

Ao falarmos sobre cidadania, muitos(as) estudantes se questionaram sobre o seu papel na sociedade, e muitos refletiram sobre o quanto isso pode melhorar a vida de todos. Ao traçar um paralelo do nosso papel com a proteção do meio ambiente, ficou evidente o quanto os(as) estudantes estão preocupados(as) com o futuro e conscientes de que as medidas precisam ser feitas hoje para termos uma vida melhor amanhã. A partir da criação das leis e ações cidadãs pelos(as) estudantes, confeccionamos um livreto no aplicativo Canva, que abrangeu os serviços ambientais ofertados pela floresta em pé, os diversos impactos provocados pela ação antrópica e as leis, projetos e movimentos que podem modificar essa realidade.



REFERÊNCIAS

5



REFERÊNCIAS UTILIZADAS NA ABORDAGEM TEÓRICA

AMAZONAS. Governo do Estado. **A floresta amazônica e seu papel nas mudanças climáticas** / Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Manaus: SDS/CECLIMA, 2009. 36p.;il. (Série Técnica Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, n. 18).

ALONSO, A.; ACOSTA, V. **Para uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil**. In ALIMONDA, H.(ed). Ecología política. Naturaleza, sociedad y utopia. Buenos Aires: CLACSO. 2002. p. 115-135.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

CORRÊA, C. **Verbetes Ambientalismo**. In: SOUZA, C. A. et al (Orgs.). Dicionário das eleições. Editora Juruá: Curitiba. 2020.

COSTA, F. S.; GONÇALVES, A. B. **Educação ambiental e cidadania: Os desafios da escola de hoje**. In: Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção Atelier: Ambiente. 2004. p. 12-15.

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. **Ensino de ciências: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2011.

FISCHER, F. J. V. **Cidadania ambiental global e sustentabilidade**. Revista Eletrônica Direito e Política, Itajaí, v.7, n.1, 2012.

JACOBI, P. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 189-205, 2003.

KONDRAT, H.; MACIEL, M. D.. **Educação ambiental para a escola básica: contribuições para o desenvolvimento da cidadania e da sustentabilidade**. Revista Brasileira de Educação, v. 18, p. 825-846, 2013.

OLIVEIRA, L., NEIMAN, Z. **Educação Ambiental no âmbito Escolar: Análise do Processo de Elaboração e Aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Revista Brasileira De Educação Ambiental (RevBEA), 15(3), 36-52, 2020.

WALMAN, M.. **Natureza e sociedade como espaço de cidadania**. In: PINSKY, Jaime. PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). História da Cidadania. 2003, p. 555.

Anexo 1:
Livro - [Um olhar cidadão para os impactos na Floresta Amazônica](#)

Anexo 2:
Assuntos das práticas e sugestões de vídeos e reportagens

ASSUNTOS DA PRÁTICA	SUGESTÃO DE VÍDEOS OU REPORTAGENS
CIDADANIA	<p>Vídeo: O que é cidadania? Link: https://www.youtube.com/watch?v=xF0JJ-fosys</p> <p>Texto científico: O conceito de cidadania Referência: COSTA, M.I.S.; IANNI, A.M.Z. O conceito de cidadania. In: Individualização, cidadania e inclusão na sociedade contemporânea: uma análise teórica [online]. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2018, pp. 43-73</p>
IMPORTÂNCIA E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS AMBIENTAIS OFERTADOS PELA FLORESTA EM PÉ	<p>Texto científico: A floresta amazônica e seu papel nas mudanças climáticas. Referência: AMAZONAS. Governo do Estado. A floresta amazônica e seu papel nas mudanças climáticas / Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Manaus: SDS/CECLIMA, 2009.</p> <p>Texto científico: Como salvar a Amazônia: Por que a floresta de pé vale mais do que derrubada. Referência: BARROSO, Luís Roberto; MELLO, Patrícia Perrone Campos. Como salvar a Amazônia: Por que a floresta de pé vale mais do que derrubada. Revista de Direito da Cidade, v. 12, n. 2, p. 1262-1307, 2020.</p> <p>Texto científico: O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas. Referência: FERREIRA, Leandro Valle; VENTICINQUE, Eduardo; ALMEIDA, Samuel. O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas. Estudos avançados, v. 19, p. 157-166, 2005.</p> <p>Texto: A importância das florestas em pé: A importância das florestas em pé na Amazônia Site - Link: https://ipam.org.br/cartilhas-ipam/a-importancia-das-florestas-em-pe/</p>
PARTICIPAÇÃO CIDADÃ	<p>Texto científico: Educação política: sugestões de ação a partir de nossa atuação Referência: DANTAS, H. Educação política: sugestões de ação a partir de nossa atuação. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2017. 133 p. Link: http://www.votoconsciente.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Livro-EducacaoPolitica-completo.pdf</p>

SOCIECARDS:

um jogo de cartas
sobre políticas públicas
e participação social

José Artur da Costa
Castilho



Objetivo | Estimular um pensamento crítico, reflexivo e propositivo diante de problemáticas de caráter social e ambiental, a partir da apresentação de conceitos básicos da educação para a cidadania.



Componentes curriculares sugeridos | Sociologia, Biologia, Filosofia e Redação.



Duração | Partidas de 1h a 2h.



Etapas de ensino sugeridas | Ensino Fundamental - 9º ano; Ensino Médio - 1º ao 3º ano.



Principais conceitos | Democracia. Participação social. Divisão dos poderes.



Número de Estudantes Sugerido | Formato 1 - Assembleia: sem restrições; Formato 2 - Participantes dos turnos: de 2 até 10 alunos.



Principais metodologias | Gamificação.



Habilidades Socioemocionais | Iniciativa; Engajamento Social; Tomada de decisão.

“

“Eu gostei muito do jogo SOCIECARDS! O jogo me ensinou coisas que eu não sabia sobre instituições públicas e me ajudou até na redação do ENEM. Foi muito bacana entender como podemos influenciar o mundo a partir da nossa participação social!”

Elias, 17 anos, aluno do
Cursinho
Pré-Vestibular

”



1 IDEIAÇÃO | Não é de hoje que as Metodologias Ativas ganham destaque no trabalho pedagógico, em especial com temáticas que exigem do alunado uma compreensão integral e processual de certos fenômenos - em contraponto à fragmentação que historicamente demarca os currículos escolares. Nesse contexto, a gamificação se estabelece como a metodologia mais utilizada, diversa, adaptável e acessível à maioria dos educadores (SANTAELLA, NESTERIUK e FAVA, 2018).

Esta prática tem como base um tipo de jogo chamado Trading Card Game (TCG), ou Jogo de Cartas Colecionáveis. Jogos de cartas foram muito populares nas décadas de 1990 e 2000, com destaque para as franquias "Magic[®]", "Pokemón[®]" e "Yu Gi Oh![®]", que reúnem criaturas mágicas com habilidades específicas para enfrentar outras criaturas ou situações críticas (PAIVA e MENDONÇA JR, 2019).

O jogo SOCIECARDS se apropriou da imensa gama de possibilidades contidas nas cartas dos TCGs e já amplamente adaptadas em salas de aula (VENTURA, 2016; SAUTCHUK e ANTIQUEIRA, 2021) para apresentar alguns conceitos básicos da ciência política e da cidadania, instigando os alunos(as) jogadores(as) a pensar criticamente sobre as origens e os desdobramentos de dadas problemáticas sociais. O objetivo é fomentar um debate propositivo e qualificado sobre questões que atravessam a realidade de toda a população.

ABORDAGEM TÉORICA

O jogo SOCIECARDS foi elaborado com o objetivo de trabalhar os seguintes temas e conceitos junto aos(às) educandos(as): "Os três poderes do Estado" e "Participação Social".

Os Três Poderes

A diferenciação clara entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário é uma importante característica do sistema político brasileiro, conforme explica Corrêa (2021) - uma cláusula pétrea da Constituição Federal Brasileira, isto é, algo que não pode ser objeto de modificação. Os representantes de cada poder têm atribuições específicas, que variam conforme a esfera em análise: municipal, estadual ou federal.

2

O Poder Legislativo é assim chamado porque sua principal função é a de *legislar* (SANTANA e PAIVA, 2020). Os parlamentares são eleitos para propor, discutir e votar normas que sejam benéficas a todos os(as) cidadã(o)s. Esses representantes da população estão em todas as três esferas: no Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado), composto por deputados(as) federais e senadores(as); nas Assembleias Legislativas, compostas por deputados(as) estaduais; e nas Câmaras Municipais, compostas pelos(as) vereadores(as).

Outro papel fundamental do Legislativo é *fiscalizar* o cumprimento e a implementação das políticas públicas por parte do Poder Executivo - Presidência, Governos Estaduais e Prefeituras. Para isso, há algumas estratégias, como as Audiências Públicas e as Comissões Parlamentares de Inquérito, as famosas CPIs.

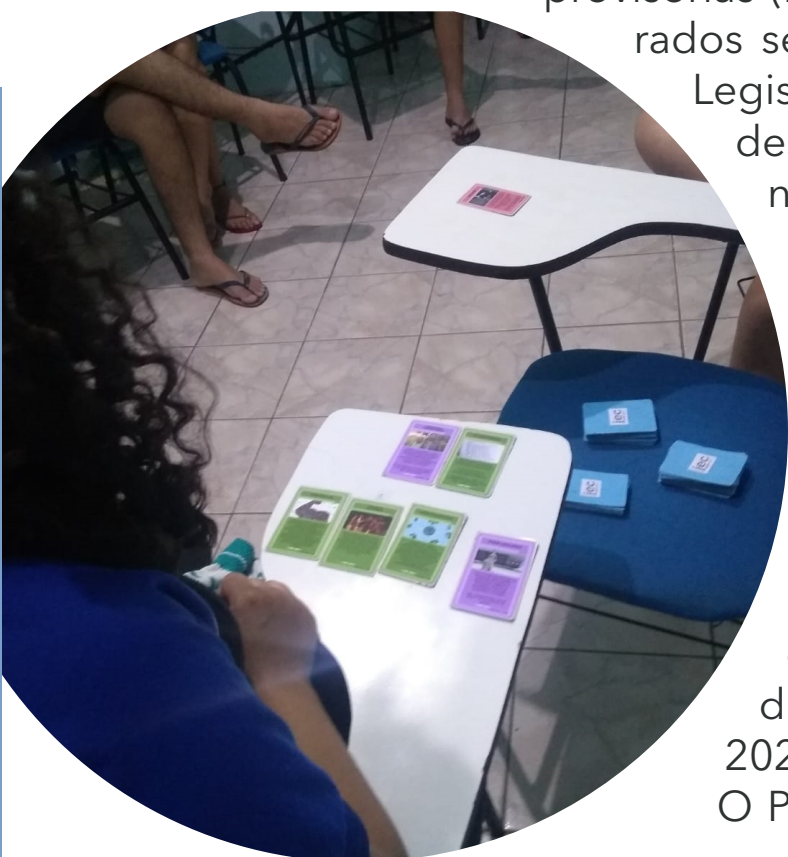
Quanto ao Poder Executivo, o seu nome deriva da função central de *operacionalizar* as leis propostas pelo Legislativo em políticas públicas (SANTANA e PAIVA, 2020). A execução de tais políticas se dá por meio da complexa estrutura de bens públicos e de seu funcionalismo (HIRSCH, 2020). Ou seja, desde o(a) professor(a) da escola básica até os(as) ministros(as) de Estado, todos são servidores(as) do executivo, com distintas atribuições e responsabilidades na promoção da cidadania.

No caso do Brasil, a chefia máxima do Executivo, i.e., o(a) Presidente(a) da República, também tem autonomia para editar medidas provisórias (MP) - atos com força de Lei elaborados sem a participação inicial do Poder Legislativo (HIRSCH, 2020). As MPs são desenvolvidas para viabilizar determinadas ações de caráter emergencial.

Um exemplo dessa articulação foi o programa de transferência de renda chamado "Bolsa Família" (BRASIL, 2003), que apenas no ano seguinte passou pela apreciação do Poder Legislativo e tornou-se uma Lei Federal (BRASIL, 2004).

O mesmo programa foi extinto em novembro de 2021, por meio de outra medida provisória (BRASIL, 2021).

O Poder Judiciário, por sua vez, tem a



função de “garantir os direitos individuais, coletivos e sociais e resolver conflitos entre cidadã(o)s, entidades e Estado” (TJSP, 2018). É um poder com autonomia financeira e administrativa; uma garantia constitucional cujo objetivo é preservar a atuação dos magistrados sem que haja interferências e retaliações dos outros poderes. No Brasil, o Judiciário está distribuído em *Justiça Comum* e *Justiça Especial*. A Justiça Comum compreende o Supremo Tribunal Federal - o STF - e os Tribunais de Justiça de cada estado - os TJs. Já a Justiça Especial abrange os eixos Eleitoral, Trabalhista e Militar (BARBOSA, 2020).

Quando analisamos o desenho constitucional de um país como o Brasil, cabe observar, para além da divisão dos três poderes, as especificidades do nosso sistema de governo. O presidencialismo do Brasil, estabelecido por meio da chamada Constituição Cidadã, de 1988, devido a sua natureza multipartidária, consiste em um sistema que, em certa medida, exige dos governantes um esforço em termos de negociações políticas e, conseqüentemente, de construção de alianças ideológicas que viabilizem, na prática, a formação de coalizões a fim de alcançar e manter a governabilidade política - foi esse aspecto que levou Abranches (1989) a cunhar o termo presidencialismo de coalizão quando analisava o sistema político brasileiro (CORRÊA, 2021).

A compreensão correta das atribuições dos três poderes, bem como da ideia de governabilidade política e de presidencialismo de coalizão, é importante devido à natureza propositiva do jogo SOCIECARDS. Conforme será exposto mais adiante, os(as) educandos(as) precisam estar imbuídos de conhecimento sobre as atribuições de cada ente para que possam desenvolver propostas exequíveis e coerentes e, assim, tirar proveito das diferentes reflexões e aprendizados que essa prática pedagógica pode proporcionar.

Participação Social

Outro conceito fundamental para a implementação da prática pedagógica aqui apresentada é o de Participação Social. Esta é compreendida, por teóricos como Carole Pateman (1992), como uma das mais importantes expressões democráticas.

Conforme já brevemente explicitado, os representantes do Poder Legislativo e os chefes do Executivo são determinados, no Brasil, por meio de eleições, sejam elas proporcionais ou majoritárias. A legitimação dos representantes do povo por meio do voto dá a esse modelo o nome de Democracia Representativa. Contudo, há uma série

de fatores que limitam o engajamento sociopolítico da população na vida coletiva e, por conseguinte, comprometem a efetividade desse modelo. Pode-se citar, a título de exemplo, o desconhecimento sobre o funcionamento e as atribuições das instituições políticas e as condições precarizadas de sobrevivência que imperam nas camadas mais expressivas da população. Nesse sentido, cabe salientar que um povo que tem seu acesso à informação negado e/ou não facilitado está mais suscetível às ações de grupos políticos que não estão de fato comprometidos com seu dever de representar.

Ao modelo de Democracia que está centrado no protagonismo do cidadão dá-se o nome de Democracia Participativa. Cabe, aqui, citar alguns agentes/instrumentos da participação social: o terceiro setor, as centrais sindicais, os conselhos de direitos, os movimentos sociais, entre outros. Esses instrumentos e grupos de ação podem passar despercebidos aos que estão - ou foram postos - de fora dos processos de mobilização (CEIA, 2018). Esses agentes, contudo, só podem atuar de modo efetivo e fortalecido em um cenário de promoção real da cidadania e de defesa dos direitos humanos.

Sem fazer parte de nenhum dos três poderes citados no tópico anterior, há também o Ministério Público – MP –, uma instituição “permanente e fundamental na função jurisdicional do Estado” (ALVES, 2020), ou seja, responsável pela resolução de conflitos e pela segurança no que diz respeito ao cumprimento das leis. Sua independência é assegurada pela Constituição Federal e seu papel é o de defender os interesses sociais e os direitos coletivos. A atuação do MP está diretamente vinculada à participação social na medida em que qualquer pessoa pode acionar esse órgão e abrir uma representação na defesa de seus direitos.

A Democracia Participativa não é, desse modo, uma oposição ao modelo representativo e ao atual desenho constitucional brasileiro. Pelo contrário: cidadãos conscientes de seus direitos, deveres e potencialidades qualificam o debate público e podem desvelar novos caminhos, inclusive dentro da política institucional. Compreende-se que a Democracia precisa existir na família, no trabalho, na vida social como um todo, de modo a expandir os procedimentos democráticos para além do Estado, do voto e das eleições periódicas (PATEMAN, 1992).

É nesse sentido que Seino (2021) pontua a importância da mobilização social. Desde as lutas travadas pelo movimento “Diretas Já!” até o processo de *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor, em 1992, as ruas deram a tônica dos acontecimentos de nossa história recente

(SEINO, 2021). As Jornadas de Junho, em 2013, também tiveram certa influência na posterior diminuição de popularidade da presidenta Dilma Rousseff, e, conseqüentemente, em seu impedimento, em 2016 (LAMEIRA, 2019).

Esses conceitos aqui rapidamente abordados entrelaçam-se a todo instante na dinâmica desta prática. SOCIECARDS propõe um debate qualificado sobre diversas problemáticas do mundo atual, e estas atravessam a sociedade como um todo. A partir desses conhecimentos, professor(a) e alunos(as) são convidados(as) a refletir sobre a complexidade da vida política nos distintos territórios de vivência como algo que vai muito além das campanhas e de todo o processo eleitoral, bem como do personalismo midiático e do voto.

O(a) estudante, ao compreender as responsabilidades dos(as) gestores(as) públicos(as) e ao entrar em contato com as diversas formas de engajamento cívico, dispõe de valiosas ferramentas de transformação da sua realidade. É nesse contexto e quadro teórico-prático que o jogo SOCIECARDS surge e se firma.

3

EVOLUÇÃO DA PRÁTICA

preparação

As cartas

O Jogo SOCIECARDS é composto por 60 cartas, divididas em três grupos de 20 itens, nas respectivas cores: vermelho, lilás e verde. A estrutura geral da carta consiste em Nome + Ilustração + Descrição + Pontuação, conforme apresentado no "Anexo 1 - CartaTeca", ao final da prática.

As cartas vermelhas representam as crises. São algumas expressões da questão social. As vinte problemáticas elencadas foram selecionadas a partir da realidade do território no qual a prática foi criada, porém, outras podem ser discutidas e incorporadas, inclusive em conjunto com a turma. Apenas uma carta vermelha é

• sorteada a cada turno e ela é a mesma para todos os jogadores.

• As cartas lilás representam os agentes. São órgãos públicos, instituições, representações de trabalhadores, empresas, entes da sociedade civil organizada, movimentos sociais... São "criaturas" ou "personagens" com atribuições e poderes específicos, que sofrem as consequências diretas das crises. A cada rodada, cada jogador(a) sorteia duas cartas dessa pilha.

• As cartas verdes representam as ações. São os instrumentos dos quais os agentes podem se valer para intervir na realidade apresentada pelas crises. Quando associada a um agente com competência para executá-la, a carta de ação tem maiores chances de ser bem sucedida.

• Desse modo, o deck de um duelo simples está montado: uma carta de crise geral, duas cartas de agentes e a pilha de cartas de ação à disposição dos jogadores.

• **Dinâmica do jogo - Formato 1: Assembleia**

• Recomenda-se que um duelo seja conduzido por vez, sempre com estudantes diferentes a fim de oportunizar a participação de todos(as). Os não jogadores(as) constituem uma assembleia, cuja participação será melhor explicitada mais adiante.

• O jogo inicia com o sorteio de uma carta vermelha, da pilha de crises. O(a) educador(a) deve ler em voz alta a descrição da carta e, se possível, fazer uma breve explicação. As cartas de crise retiram pontos dos jogadores, ou seja, todos eles começam o turno com pontuação negativa, impactados pela problemática e impelidos a enfrentá-la. Cada jogador(a), então, sorteia duas cartas da pilha lilás.

• Em posse das cartas de agentes, a missão de cada jogador é retirar, inicialmente, duas cartas da pilha verde e elaborar uma proposta de intervenção sobre a problemática sorteada. O jogador pode comprar, uma a uma, novas cartas desta pilha até que se sinta apto a propor sua estratégia de enfrentamento à crise. Para que a turma inteira possa acompanhar, cada carta sorteada deve

ser lida em voz alta e as eventuais dúvidas devem ser sanadas assim que surgirem.

Das duas cartas lilás sorteadas e da pilha de cartas verdes compradas, o(a) jogador(a) deve escolher apenas uma carta de cada cor para definir o agente e a ação de sua proposta. O quadro a seguir apresenta uma síntese dessa dinâmica.

QUADRO 1 - SÍNTESE DA DINÂMICA DO JOGO

PESSOA	EDUCADOR(A)	JOGADORES(AS)	ASSEMBLEIA
1º MOMENTO	Sorteia a carta de crise e dá um panorama geral sobre a problemática	Sorteiam duas cartas de agentes e, inicialmente, duas cartas de ação	Escolhem seus representantes para serem os jogadores do turno
2º MOMENTO	Assessora os jogadores em suas eventuais dúvidas na construção da proposta	Articulam agentes e ações a fim de enfrentar a crise, podem sortear novas cartas se sentirem necessidade	Também refletem entre si sobre a problemática apresentada
3º MOMENTO	Incentiva a participação da assembleia	Defendem publicamente suas propostas de intervenção perante a assembleia	Validam as propostas dos jogadores via votação por contraste e/ou discussão

Para ilustrar, são apresentados abaixo dois turnos hipotéticos, com a carta de crise geral e as sugestões de intervenção desenvolvidas pelos jogadores.

QUADRO 2 - ILUSTRAÇÃO DE DOIS TURNOS HIPOTÉTICOS

CARTA DE CRISE	CARTA DE AGENTE		CARTA DE AÇÃO	
	JOGADOR 1	JOGADOR 2	JOGADOR 1	JOGADOR 2
Trabalho precarizado	Líderes Comunitários	Sindicatos	Ação Popular	Greve Geral
Fake News	Mídia	Poder Legislativo	Campanhas Socioeducativas	Projetos de Lei

Cumpra-se frisar que as cartas apenas provêm os elementos básicos de uma proposta de intervenção (ação + agente). O detalhamento, os meios e o efeito pretendido devem ser defendidos oralmente pelo(a) jogador(a) perante a assembleia, que terá direito de fala e de voto. O(a) jogador(a) só pontua em seu turno se a assembleia, via votação, aprovar a proposta. Cabe ao educador(a)

responsável provocar o debate, estimular constantemente a participação e elaborar perguntas disparadoras aos membros da assembleia para que esse momento seja o mais interativo possível.

O(a) vencedor(a) do duelo será escolhido por um cálculo simples: ao score negativo (pontuação subtraída pela carta de crise no início da partida) serão somados os pontos da carta de agente e da carta de ação utilizados. Quem finalizar com mais pontos é declarado(a) vencedor(a). Se um(uma) dos(as) jogadores(as) tiver sua proposta não aprovada pela assembleia, o(a) outro(a) vencerá. Se nenhum(a) dos(das) dois(duas) pontuar, o turno deverá ser feito.

A seguir, é apresentado um passo-a-passo de como a dinâmica se dá no contexto de sala de aula.

passo a passo

Preparação

- O(a) educador(a) imprime e estuda todas as cartas da CartaTeca (anexo 1) com antecedência, pois ele deve ter alguma familiaridade com as problemáticas apresentadas pelo jogo, além de assessorar os(as) alunos(as) jogadores(as) e a assembleia.
- Recomenda-se a impressão das cartas em papel vergé ou couchê, para conferir mais brilho e durabilidade, mas também é possível imprimi-las em papel sulfite e revesti-las com papel do tipo contact.
- Recomenda-se também constante consulta e leitura do material "Manual para Agentes Jurídicos Populares" (CEIA, 2018), pois muitas das ações, agentes e crises foram inspiradas em situações descritas no Manual.

Condução da Prática

Preparação para o Jogo

até 20 minutos

- Organização da sala em semicírculo (3min);
- Explicação das regras do jogo e apresentação dos tipos de cartas: crises, agentes, ações (15min);
- Escolha de dois(duas) jogadores(as) para o primeiro turno (2min).

Jogo: Turno 1**até 40 minutos**

- Sorteio e leitura em voz alta da carta de crise, pelo(a) professor(a). Aqui também cabe uma explicação geral sobre a problemática a ser enfrentada, a fim de aproximá-la da realidade dos(as) estudantes (5 min);
 - Sorteio e leitura em voz alta das cartas de agentes e de ações, pelos(as) jogadores(as) (5min);
 - Elaboração das propostas pelos jogadores(as), sem participação direta da assembleia (15min);
 - Defesa pública das propostas perante a assembleia (6min);
 - Validação das propostas pela assembleia: votação por contraste e/ou discussão, apresentação de contrapontos (5 a 10min):
- O(a) educador(a) tem um papel fundamental na provocação da assembleia e estímulo à sua participação;
- Após a validação, dar-se-á a revelação do(a) vencedor(a) do turno. Pequenos brindes podem ser dados aos jogadores neste momento (opcional).

**Jogo: Outros Turnos****Tempo Indefinido**

Realização de novos turnos com outras pessoas, até que todos os(as) estudantes(as) participem tanto como jogadores(as), quanto como assembleia.

Outras possibilidades

Em turmas pequenas, todos(as) podem jogar juntos(as). Nesse caso, dispensa-se a existência da assembleia, pois cada turno contará com múltiplos jogadores(as). Assim como na proposta original, o(a) educador(a) sorteia uma carta de crise, a ser enfrentada por todos, e cada estudante sorteia duas cartas de agentes e duas cartas de ação. Todos têm um momento de defesa pública de sua proposta e a principal mudança, nesse formato, é que o(a) professor(a) conduz uma proposta possível ao fim de cada turno, considerando as ideias de todos - semelhante a um "brainstorm". Pela quantidade de cartas, esta forma de jogar só é possível de conduzir com até dez jogadores simultâneos. Em turmas maiores, segue-se a rotina aqui já explicitada.

4

RESULTADOS ESPERADOS | De modo geral, espera-se como resultado, ao fim da prática, que o(a) estudante seja capaz de identificar os três poderes (Executivo, Legislativo, Judiciário), bem como os mecanismos de controle social (Conselhos de Direitos, Transparência Pública) e de fiscalização (Ministério Público, Ouvidorias). Também espera-se que os(as) estudantes possam entrar em contato com alguns instrumentos de ação previstos constitucionalmente (Ação Popular, Petição Pública, Audiência Pública, Projeto de Lei) e com a força da mobilização popular (Solidariedade Ativa, Greve Geral, Manifestação de Rua).

RESULTADOS DO AUTOR | Apliquei esse jogo pela primeira vez no cursinho popular em que eu leciono, na periferia de Belém/PA. Noto que jovens vestibulandos chegam na sala de um cursinho com uma expectativa diferente do que é o ensino. Geralmente eles anseiam por baterias de exercícios, aula expositiva e pouca interação. Dito isso, eles estranharam a disposição circular das cadeiras e a metodologia proposta, mas, no decorrer do jogo, logo se engajaram. Os mais animados incentivaram os mais reclusos a participar e, mesmo em um momento de baixa interação, sempre houve quem expressasse suas ideias.

Percebi que os(as) estudantes anotaram em seus cadernos muitas coisas que eu falei, uma demonstração de que consideraram as informações relevantes e de que a prática ultrapassou a esfera da simples recreação (um dos riscos que se corre ao optar pela gamificação como metodologia). Eles(elas) também pediram que eu enviasse o link da CartaTeca para que pudessem ver as cartas que não foram sorteadas.

É urgente que o(a) estudante de Ensino Médio, que ensaia seu ingresso na Universidade e no mundo do trabalho, tenha ferramentas para pensar criticamente seu lugar na sociedade, que sintam-se instigados a se posicionar diante das problemáticas de seu território, que ressignifique palavras como "democracia", "participação" e "política" para muito além dos processos eleitorais.

REFERÊNCIAS

5



REFERÊNCIAS UTILIZADAS NA ABORDAGEM TEÓRICA

ALVES, L. B. M. Ministério Público. In: SOUZA, C. A.; ALVIM, F. F.; BARREIROS-NETO, J.; DANTAS, H. **Dicionário das Eleições**. 1. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2020.

BARBOSA, L. V. Poder Judiciário. In: SOUZA, C. A.; ALVIM, F. F.; BARREIROS-NETO, J.; DANTAS, H. **Dicionário das Eleições**. 1. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 29 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências**. Presidência da República, Casa Civil. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm>. Acesso em 17 dez. 2021.

BRASIL. **Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências**. Presidência da República, Casa Civil. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas_2003/132.htm>. Acesso em 17 dez 2021.

BRASIL. **Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021. Extingue o Programa Bolsa Família, institui o Programa Auxílio Brasil, e dá outras providências**. Presidência da República, Casa Civil. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Mpv/mpv1061.htm>. Acesso em 17 dez. 2021.

CEIA, E. M. **Manual para Agentes Jurídicos Populares**. 1. ed. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2018. Disponível em <<https://www.kas.de/pt/web/brasilien/einzeltitel/-/content/manual-para-agentes-juridicos-populares>>. Acesso em 27 out. 2021.

CORRÊA, C. **Sistemas de governo e princípios gerais da política**. In: DANTAS, H.; LUZ, J. (orgs) *Ciência Política e Políticas de Educação*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2021. pp. 50-74.

HIRSCH, F. P. A. Poder Executivo. In: SOUZA, C. A.; ALVIM, F. F.; BARREIROS-NETO, J.; DANTAS, H. **Dicionário das Eleições**. 1. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2020.

LAMEIRA, R. F. **Por que caem os presidentes? Rejeição popular, oposição majoritária e impeachments no Brasil (1990-2018)**. 2019. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.

PAIVA, F. R.; MENDONÇA JÚNIOR, G. M. **Boas práticas no desenvolvimento de Trading Card Games**. In: *Anais do XVIII Simpósio Brasileiro de Games e Entretenimento Digital - SBGames*. Rio de Janeiro, 2019. Pp.75-84.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Trad. Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SAUTCHUK, L.; ANTIQUEIRA, L. **Araucartas: o jogo de cartas como ferramenta de Educação Ambiental para abordagem da biodiversidade.** Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA), 16(4), 2021. pp. 36-48.

SANTAELLA, L.; NESTERIUK, S.; FAVA, F. (org.). **Gamificação em debate.** 1. ed. São Paulo: Blucher, 2018.

SANTANA, L.; PAIVA, D. **Poder Legislativo.** In: SOUZA, C. A.; ALVIM, F. F.; BARREIROS-NETO, J.; DANTAS, H. Dicionário das Eleições. 1. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2020. 768p.

SEINO, E. **Participação social, órgãos de controle e transparência.** In: DANTAS, H.; LUZ, J. (orgs) Ciência Política e Políticas de Educação. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2021.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO - TJSP. **Poder Judiciário e Órgãos da justiça.** 2018. Disponível em: <<https://www.tjsp.jus.br/PoderJudiciario/PoderJudiciario/OrgaosDaJustica>>. Acesso em: 20 dez. 2021.

VENTURA, B. **Parasitismos: proposta de um jogo como ferramenta para educação sanitária e ambiental da população escolar.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biologia). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Biologia - Rio de Janeiro, 2016.

Anexo 1 - A CartaTeca (coleção de cartas) está disponível para download, leitura e impressão no link a seguir: [CARTATECA - JOGO SOCIECARDS](#)

Prévia das cartas para impressão:

<p>PROJETO DE LEI <small>ACÃO</small></p>  <p>Tipo de proposta normativa submetida à deliberação do Poder Legislativo, com o objetivo de produzir uma lei. Normalmente, um projeto de lei depende ainda da aprovação ou veto pelo Poder Executivo antes de entrar em vigor.</p> <p>PONTOS: +100</p>	<p>criação/FORTEALECIMENTO DE FUNDOS PÚBLICOS <small>ACÃO</small></p>  <p>Um fundo público é uma estratégia de financiamento de determinada política setorial. É um instrumento permanente, por ser criado via Emenda Constitucional e mantido com recursos no PIB.</p> <p>Exemplo: FUNDEB (educação), FGTS (previdência) e FundoSUS (saúde)</p> <p>PONTOS: +100</p>	<p>CONCURSO PÚBLICO <small>ACÃO</small></p>  <p>Processo seletivo que permite o acesso a emprego ou cargo público de modo amplo e democrático.</p> <p>O servidor público concursado, no Brasil, tem estabilidade profissional, direitos assegurados e previdência específica.</p> <p>PONTOS: +25</p>	<p>EDUCAÇÃO PERMANENTE <small>ACÃO</small></p>  <p>Proposta político-pedagógica que favorece, aos trabalhadores, um processo de ensino e de aprendizagem dentro do seu cotidiano laboral.</p> <p>Tal processo defende uma filosofia de reflexão e crítica sobre os processos de trabalho dos profissionais.</p> <p>PONTOS: +75</p>	<p>ESTUDOS E PESQUISAS <small>ACÃO</small></p>  <p>Ação focada na melhoria de teorias científicas para melhoria da prática ou compreensão de fenômenos naturais e/ou sociais.</p> <p>Refere-se ao estudo destinado a aumentar nossa base de conhecimento científico. Cumpre frisar que todas as áreas fazem pesquisas</p> <p>PONTOS: +75</p>
<p>PROJETOS CULTURAIS <small>ACÃO</small></p>  <p>Documento que deve reunir todo o planejamento de um evento ou de uma série de apresentações artísticas, como mostras de quadros, shows musicais, peças de teatro, produção cinematográfica, livros, etc.</p> <p>PONTOS: +25</p>	<p>CHAMADAS PÚBLICAS <small>ACÃO</small></p>  <p>O chamamento público é basicamente voltado a selecionar as melhores propostas (garantindo o menor preço), com ampla divulgação, igualdade dos interessados e licitação, visando ao aquecimento econômico do respectivo território principalmente com capitais estrangeiros.</p> <p>PONTOS: +50</p>	<p>INCENTIVOS FISCAIS <small>ACÃO</small></p>  <p>Fazem parte do conjunto de políticas econômicas que visam a facilitar o aporte de capitais em uma determinada área através da cobrança de menos impostos ou de sua não cobrança, visando ao aquecimento econômico do respectivo território principalmente com capitais estrangeiros.</p> <p>PONTOS: +50</p>	<p>PLENÁRIA <small>ACÃO</small></p>  <p>Uma plenária é um mecanismo de consulta pública, assim como o plebiscito. A diferença é a nível de participação popular e engajamento social.</p> <p>Uma plenária reúne propostas, sugestões, críticas e elaboração de orçamento acerca de cada política pública.</p> <p>PONTOS: +75</p>	<p>MANIFESTAÇÃO <small>ACÃO</small></p>  <p>A manifestação popular, ou o protesto, é uma ferramenta de articulação com o objetivo de chamar a atenção da sociedade e da mídia a determinado assunto.</p> <p>Passatas são um exemplo de manifestação presencial, mas também há as manifestações virtuais.</p> <p>PONTOS: +50</p>
<p>TERCEIRO SETOR <small>AGENTE</small></p>  <p>Conjunto de atividades voluntárias desenvolvidas em favor da sociedade, por organizações não governamentais e sem fins lucrativos, independente dos demais setores (Estado e Mercado).</p> <p>Inclui ONGs, Centros Comunitários, Associações...</p> <p>PONTOS: +75</p>	<p>REDES SOCIAIS <small>AGENTE</small></p>  <p>Redes sociais são estruturas formadas dentro ou fora da internet por pessoas e organizações que se conectam a partir de interesses comuns.</p> <p>As redes sociais mais conhecidas atualmente têm um fim de entretenimento e compartilhamento de fotos e vídeos.</p> <p>PONTOS: +50</p>	<p>TRABALHADORES DO CAMPO <small>AGENTE</small></p>  <p>Mais de 75% da comida que chega à mesa das famílias brasileiras vem da agricultura familiar.</p> <p>Em contraponto às altas taxas de exportação e aumento no preço da cesta básica, é o trabalho dos camponeses que mantêm boa parte da nossa alimentação acessível.</p> <p>PONTOS: +75</p>	<p>MOVIMENTO ESTUDANTIL <small>AGENTE</small></p>  <p>Representação organizada do corpo estudantil de um território. Em sua maioria jovens, se valem do seu conhecimento em mídias sociais pra se mobilizar e discutir pautas sociais.</p> <p>Centros acadêmicos, grêmios e associações atléticas são alguns tipos de organização.</p> <p>PONTOS: +75</p>	<p>SINDICATOS <small>AGENTE</small></p>  <p>Representação organizada de trabalhadores e trabalhadoras na reivindicação por melhores condições ocupacionais.</p> <p>Sindicatos, associações, conselhos de classe e afins são uma ferramenta essencial na proteção dos direitos do trabalhador.</p> <p>PONTOS: +75</p>
<p>DEFENSORIA PÚBLICA <small>AGENTE</small></p>  <p>Defensores públicos são advogados que prestam assistência jurídica, integral e gratuita à população sem condições de arcar com os honorários.</p> <p>Atua em resposta ao Direito Constitucional da Defesa, que todo cidadão brasileiro possui.</p> <p>PONTOS: +100</p>	<p>LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS <small>AGENTE</small></p>  <p>O líder comunitário é uma figura de grande importância no âmbito popular. O líder comunitário ajuda a representar as preocupações e vontades da população perante os poderes.</p> <p>É uma pessoa que está sempre a par das reais necessidades das comunidades.</p> <p>PONTOS: +50</p>	<p>INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS <small>AGENTE</small></p>  <p>Igrejas, templos, terreiros, centros espíritas... A religiosidade é um componente muito importante da sociedade brasileira. Mais de 90% da população pertilha ativamente de alguma crença.</p> <p>Esta carta tem forte poder de influência sobre a opinião pública.</p> <p>PONTOS: +50</p>	<p>INICIATIVA PRIVADA <small>AGENTE</small></p>  <p>O setor de indústria, de comércio e de serviços é fundamental para o desenvolvimento sadio de um país.</p> <p>Esta carta representa forte parcela na geração de emprego e renda entre a população.</p> <p>PONTOS: +75</p>	<p>MÍDIA <small>AGENTE</small></p>  <p>A mídia inclui comunicação, publicidade, jornalismo, audiovisual, produtos culturais de forma geral.</p> <p>Esta carta tem forte poder sobre a opinião pública, sendo capaz de influenciar positiva ou negativamente a adesão popular a determinadas pautas sociais.</p> <p>PONTOS: +100</p>
<p>EXPLORAÇÃO SEXUAL <small>CRISE</small></p>  <p>Cafetinação, tráfico humano e estupro são algumas das expressões dessa crise. O desemprego também leva muitas pessoas a tal situação.</p> <p>Cumpre frisar que o trabalho sexual, por si só, não é uma problemática social (desde que ele seja consentido e feito em condições dignas)</p> <p>PONTOS: -75</p>	<p>EVAÇÃO ESCOLAR <small>CRISE</small></p>  <p>É a inconclusão da fase básica dos estudos. A evasão escolar é uma crise associada diretamente com o desemprego e com o trabalho infantil.</p> <p>Seus resultados são: analfabetismo, analfabetismo funcional, defasagem escolar e baixa qualificação profissional.</p> <p>PONTOS: -75</p>	<p>VIOLÊNCIA <small>CRISE</small></p>  <p>Muitas são as formas de violência: física, psicológica, patrimonial, sexual e moral.</p> <p>Também pode acontecer nos âmbitos: institucional, intra-familiar, etc.</p> <p>E atravessar marcadores sociais, como: gênero, raça e classe.</p> <p>PONTOS: -200</p>	<p>DISCRIMINAÇÃO <small>CRISE</small></p>  <p>Ação ou omissão que dispense um tratamento diferenciado (inferiorizado) a uma pessoa ou grupo de pessoas, em razão da sua pertença a uma determinada raça, cor, sexo, nacionalidade, origem étnica, orientação sexual, identidade de gênero, idade, situação de deficiência ou outro fator.</p> <p>PONTOS: -100</p>	<p>DESIGUALDADE SOCIAL <small>CRISE</small></p>  <p>A desigualdade social se expressa de muitas formas: má distribuição de renda, falta de representatividade no poder público e na mídia, violência urbana... É uma crise que desencadeia várias outras.</p> <p>O conceito de luta de classes é essencial para compreender esta crise.</p> <p>PONTOS: -200</p>
<p>TRABALHO INFANTIL <small>CRISE</small></p>  <p>O Estatuto da Criança e do Adolescente define que a proteção da infância é responsabilidade do Estado, da família e da sociedade.</p> <p>Porém, como retrato da extrema pobreza, muitas crianças são submetidas a rotinas exaustivas e perigosas à saúde.</p> <p>PONTOS: -75</p>	<p>DESEMPREGO <small>CRISE</small></p>  <p>O alto índice de desemprego é retrato da financiarização do capital, que excluiu postos de trabalho no mundo todo.</p> <p>O Brasil conta com mais de 14 milhões de desempregados, o chamado "exercício de reserva", cujas dificuldades financeiras o fazem aceitar qualquer ocupação.</p> <p>PONTOS: -100</p>	<p>INSEGURANÇA ALIMENTAR <small>CRISE</small></p>  <p>É uma situação em que a população não tem acesso físico, social e econômico a alimentos em quantidade e em qualidade adequada.</p> <p>Se divide em três níveis: leve (incerteza sobre a próxima refeição), moderada (diminuição drástica) e grave (ausência total, fome).</p> <p>PONTOS: -100</p>	<p>INSEGURANÇA HABITACIONAL <small>CRISE</small></p>  <p>Más condições de moradia ou até mesmo a ausência completa de um teto para viver, deixando famílias inteiras em situação de rua.</p> <p>A insegurança habitacional é um efeito da gentrificação, da má distribuição de renda e do desemprego.</p> <p>PONTOS: -100</p>	<p>TRABALHO PRECARIZADO <small>CRISE</small></p>  <p>O desmonte das leis trabalhistas e o aumento generalizado do desemprego leva muitas pessoas a assumirem postos precarizados.</p> <p>São trabalhos desprotegidos de direitos, mal remunerados e com rotinas exaustivas, que impactam a saúde.</p> <p>PONTOS: -100</p>

Cotidianocracia:

reflexões acerca das possibilidades
de vivências democráticas
no dia a dia das juventudes

Kele Frossard



Objetivo | Desenvolver nos estudantes a compreensão da importância do pensamento democrático para além da esfera governamental, sobretudo no seus cotidianos, em suas relações e em suas vivências como cidadãos ativos e participativos.



Principais conceitos | Democracia minimalista e maximalista. Adultocentrismo.



Principais metodologias | Metodologia narrativa.



Habilidades Socioemocionais | Autoconsciência, consciência social, habilidades de relacionamento, tomada de decisão responsável.



Componentes curriculares sugeridos | História, Geografia, Português.



Etapas de ensino sugeridas | Qualquer ano escolar, com adaptação de conteúdo e linguagem.



Número de Estudantes Sugerido | De 10 a 30 estudantes.



Duração | 5 horas - 3 aulas de 1h40.

“Antes da prática, eu pensava que, para poder fazer parte da democracia e fazer a diferença, precisaria ser mais velha, exercer alguma profissão e ter o respeito dos outros. Com as aulas, aprendi que não, que **eu posso fazer a diferença e aplicar a democracia mesmo sendo jovem.**”

*Aluna de 1º ano do EM do
Colégio Municipal Professora
Didi Andrade*

“Com o projeto Cotidianocracia, eu aprendi que **a democracia não é apenas o direito de votar, mas algo presente em todos os lugares**, como no dia a dia da nossa escola ou da minha casa.”

*Aluna de 7º ano do EF do
Colégio Municipal
Professora Didi Andrade*



1 IDEACÃO | Os jovens têm sido lidos historicamente como sujeitos incompletos, incapazes de se inserir nas demandas de quem é considerado completo e capaz: os adultos. Por isso, nem sempre suas experiências são valorizadas e, muitas vezes, eles são apartados de processos sociais importantes, como o exercício da cidadania ativa. Nesse sentido, usar a metodologia narrativa autobiográfica para que os(as) estudantes possam refletir acerca da democracia em suas vivências cotidianas parece ser uma aposta assertiva.

A democratização do cotidiano para além da esfera política é uma forma importante de desenvolver competências essenciais para a vivência da cidadania e para a participação democrática no sentido político também. Partindo das vivências e experiências dos estudantes, espera-se que seja possível refletir acerca da importância da democratização do cotidiano e da compreensão de que a democracia precisa ser percebida como a participação em todas as esferas sociais.

Se você acredita que os jovens podem se inserir e contribuir nos processos democráticos desde já, você é um potencial facilitador dessa prática!

2

ABORDAGEM TÉORICA

Esta prática mobiliza os conceitos de adultocentrismo, democracia minimalista e democracia maximalista, abordados a partir da metodologia de narrativa autobiográfica. Esses conceitos serão apresentados ao longo deste texto, seguindo uma ordem de encadeamento teórico que facilita a compreensão por parte dos(as) alunos(as). Dessa forma, parte-se da concepção de adultocentrismo, refletindo-se sobre a possibilidade de participação dos(as) estudantes em sua condição juvenil, para a reflexão acerca dos limites da democracia minimalista, e, finalmente, propõe-se a ampliação das possibilidades de ação dos(as) jovens, fundamentando-se no conceito de democracia maximalista.

As discussões a respeito da infância e da adolescência enquanto fases de preparação para a adultez têm apontado que “o adultocentrismo é um dos preconceitos mais naturalizados pela sociedade contemporânea” (FARIA, SANTIAGO, 2017, p. 73). A concepção adultocêntrica de que nessas fases o sujeito ainda não está pronto para participar ati-

vamente da vida social reflete na forma com a qual a sociedade compreende as possibilidades de atuação dos(as) jovens em diferentes esferas. O adultocentrismo é definido como a compreensão de que as decisões importantes devem ser tomadas pelos adultos, na medida em que os(as) jovens não possuem as competências esperadas para deliberar sobre a própria vida ou, então, participar de forma ativa de ideias e práticas com potencial transformador. Sobre isso, Chiapperrini (2006) afirma que “sempre sabemos a priori o que as crianças deverão ser, o modo como deverão viver, a forma mais correta do seu pensamento” (p.11).

Nesse sentido, a prática aqui apresentada parte desse conceito para refletir junto aos(às) estudantes quais são as possibilidades de vivências democráticas dentro da condição juvenil, sem que haja a necessidade de aguardar a vida adulta para iniciar essas experiências. Recorrer e explorar as vivências dos(as) jovens é algo importante não só para que as suas experiências contribuam socialmente, como pensam os teóricos que discorrem sobre o adultocentrismo, mas também para que os(as) estudantes possam se apropriar de suas histórias e compreender que os conceitos não são apenas teóricos e, sim, aplicáveis em seu cotidiano.

Pensando nessa relação do “eu” com os conceitos trabalhados ao longo da prática (democracia minimalista e democracia maximalista), a proposta apropria-se da metodologia autobiográfica, amplamente utilizada nas pesquisas educacionais e que concebem “o processo de construção do sujeito na interação dialética entre o espaço pessoal e o espaço social” (PASSEGGI, SILVA, 2010, p.112). Ao relacionar os conceitos com as narrativas dos(as) estudantes, objetiva-se que a mediação biográfica possa “garantir condições ideais de retorno sobre si mesmo, para que o trabalho de autobiografar-se exerça a ação de reversibilidade sobre o pensamento de quem narra, transformando representações anteriores de si do mundo” (PASSEGGI, SILVA, 2010, p. 116). Assim, ao relacionar os conceitos com sua própria vida, o(a) estudante pode ressignificar suas ações e reavaliar suas potencialidades, compreendendo as relações entre a teoria apresentada e suas vivências e práticas cotidianas.

Dessa forma, a metodologia narrativa permeou toda a prática sob diversos formatos: a narração escrita, a reflexão de si próprio(a) por meio do questionário Forms, a escuta da narrativa do(a) jovem escolhido para apresentar sua trajetória e em todos os momentos dialógicos

que tiveram como centralidade a relação das vivências individuais com os conceitos apresentados.

Seguindo uma das premissas da metodologia narrativa, a prática procurou conectar as biografias individuais com as características estruturais sociopolíticas da contemporaneidade, especialmente o cotidiano dos estudantes e as vivências democráticas. Como aponta Ferrarotti, "a especificidade do método biográfico implica ultrapassar o trabalho lógico-formal e o modelo mecanicista que caracteriza a epistemologia científica estabelecida" (FERRAROTTI, 1991, p. 171), permitindo a compreensão da interface entre o indivíduo e o sistema social. Por isso, os conceitos de democracia minimalista e maximalista partiram das experiências narradas pelos(as) estudantes, ou seja, o intuito era que eles(elas) pudessem compreender que as teorizações apresentadas não são abstrações desconectadas das suas vivências, pelo contrário, podem ser suportes e servir de inspiração para a reflexão de suas ações no cotidiano e, sobretudo, no modo como estas reverberam no coletivo.

Por democracia minimalista, compreende-se a definição shumpeteriana, que é "estritamente procedimental: a democracia é somente um método para a escolha de governantes, um conjunto de regras que estabelecem como devem ser escolhidos aqueles que devem realizar as decisões políticas" (GAMA NETO, 2011, p. 31). Pensando no conceito de adultocentrismo naturalizado em nossa sociedade, em interface com essa definição, a maioria dos(as) jovens, ainda sem idade mínima para votar ou para ser candidato(a), estariam, portanto, excluídos(as) do processo democrático.

Por outro lado, as concepções reconhecidas na literatura como maximalistas "concebem que os regimes democráticos não podem ser resumidos a métodos de escolhas eleitorais, como consequência da ação de mecanismos institucionais estritamente políticos" (GAMA NETO, p. 28). Embora vários teóricos reflitam sobre essa concepção de democracia, Carole Pateman, que "permanece como a mais influente, (...), aposta na compreensão mais radical da participação e da igualdade políticas" (MIGUEL, 2017, p. 86). Para a autora, é preciso ressaltar a importância da democratização do cotidiano, na medida em que, por um lado, essa visão proporciona um maior controle das pessoas sobre os processos da própria vida, e, por outro, amplia a compreensão do sistema político e da sociedade (PATEMAN, 1992).

Este último conceito aumenta as possibilidades de ação dos(as) jo-

vens, na medida em que a democracia precisa ser percebida como um modo de vida que inclui e aceita a participação social em todas as esferas da vida cotidiana, e não como algo restrito às dimensões política e institucional, isto é, limitada à escolha dos governantes e à atuação dentro das instituições políticas.

Assim, relacionando os conceitos de adultocentrismo, democracia minimalista e maximalista, por meio da metodologia narrativa que traz à cena a esfera privada - o eu, a casa, a família e a comunidade -, essa prática pretende instigar nos(as) estudantes a reflexão de que a experiência democrática pode ser vivida hoje, dentro de sua condição juvenil e nas ações cotidianas de cada um deles. Espera-se que os(as) estudantes se reconheçam como seres potentes, presentes e com capacidade de agir democraticamente e promover transformações em diferentes momentos e espaços de suas vidas.

3 EVOLUÇÃO DA PRÁTICA

passo a passo

ENCONTRO 1

Objetivos Específicos

- Conhecer o cotidiano dos(os) estudantes na perspectiva da vivência democrática;
- Apresentar os conceitos minimalista e maximalista de democracia;
- Estabelecer relações entre o cotidiano dos(as) estudantes e o conceito maximalista de democracia.

Preparação

- Preparação teórica: leitura dos textos indicados nas referências, que abordam os conceitos de democracia minimalista e maximalista;
- Construção da proposta investigativa no site Mentimeter, de acordo com as instruções apresentadas no "Anexo 1", ao final da prática;
- Construção e envio do Formulário sobre vivências de-

mocráticas no cotidiano, feito no Google Forms, seguindo o modelo do Anexo 2. Os estudantes deverão responder às questões antes do primeiro encontro, de forma que o(a) educador(a) possa compilar os resultados para apresentá-los neste momento;

- Verificação de acesso à internet no local de realização da prática. Se não houver acesso, realizar o download dos arquivos em PDF (para escolas sem acesso) com os resultados do Mentimeter e da pesquisa com os(as) estudantes para apresentação durante a prática.

Potenciais Adaptações

Para contextos sem acesso aos recursos do Mentimeter, a nuvem de palavras pode ser formada no quadro da sala de aula. Cada estudante pode ir até lá e escrever suas três palavras em tamanhos e direções diferentes inspirados na forma de apresentação do Mentimeter;

Para contextos sem acesso aos recursos do Google Forms, o formulário poderá ser aplicado de forma impressa e a tabulação pode ser feita no quadro da sala de aula com a ajuda dos(as) estudantes.

Condução da Prática

Reflexões no Mentimeter

10 minutos

O(a) facilitador(a) poderá solicitar aos estudantes que respondam no Mentimeter à seguinte reflexão: escreva as 3 palavras que vêm à sua cabeça quando você pensa em democracia.

O site oferece diversas opções de layout para apresentação das respostas (em gráficos, em tabelas, e em porcentagens, por exemplo) e o resultado vai sendo apresentado em tempo real. Pensando na clareza da visualização, a opção do projeto foi pela apresentação em "Nuvem de palavras", com as palavras mais citadas exibidas em tamanho maior.



Introdução dos Conceitos Minimalista e Maximalista de Democracia

30 minutos

A partir das respostas, o(a) facilitador(a) da prática usa os resultados como ferramenta de interação entre as ideias iniciais dos(as) estudantes acerca da democracia, fazendo uma intro-

dução sobre os conceitos minimalista e maximalista de democracia, utilizando como base a apresentação da seção de embasamento científico desta prática.



Pesquisa Exploratória: Vivências Democráticas no Cotidiano

30 minutos

Formulário no Anexo 2.

Para aprofundar o conceito maximalista de democracia, centralidade da prática, o(a) facilitador(a) apresenta as perguntas e o consolidado das respostas do Formulário do Google Forms. O formulário deve ser enviado antes para que os(as) alunos(as) possam realizar a atividade com calma e o facilitador(a) possa desenvolver a prática sem depender de acesso à internet na escola.

O material foi elaborado com questões acerca do cotidiano dos(as) estudantes, para que a abordagem coletiva das perguntas e respostas possa instigá-los(as) a refletir sobre democracia para além da dimensão institucional. A construção das perguntas foi pensada para apresentar situações que mostram como a democracia pode fazer parte das nossas ações no cotidiano: na resolução de conflitos, nos processos familiares, na solução de problemas na comunidade, nas concepções de mundo, nas expectativas de futuro coletivo e em tantas outras dimensões fora da esfera governamental.

É importante instigar os(as) estudantes a participarem desse momento, expondo seus pontos de vista acerca das questões propostas nos formulários e a interface com o conceito de democracia maximalista apresentada pelo(a) facilitador(a).



Proposta de Narrativa de Si

20 minutos

Antes de finalizar a aula, o(a) facilitador(a) solicita aos(às) estudantes que redijam uma narração sobre si e sobre os valores democráticos presentes em suas vidas identificados após as reflexões realizadas em sala de aula. É importante evidenciar que o objetivo da narrativa é que cada um apresente suas experiências em intersecção com as reflexões acerca das possibilidades de vivências democráticas. Essa compreensão é importante para evitar narrações autobiográficas desconectadas da centralidade da prática. O objetivo é que essa aula des-

percebam nos(as) estudantes um novo olhar sob seu cotidiano e que consigam identificar em quais momentos praticam, ou poderiam praticar, ações tendo os valores democráticos no horizonte. As narrativas deverão ser entregues na aula para serem usadas como ponto de partida no próximo encontro da prática.

ENCONTRO 2

Objetivos Específicos

- Oportunizar aos(as) estudantes a expressão de suas próprias reflexões acerca da relação entre seu cotidiano e o conceito de democracia maximalista por meio da narrativa autobiográfica;
- Apresentar a Constituição Brasileira e seu papel de estabelecer direitos e deveres que garantam o Estado Democrático de Direito em nosso país;
- Apresentar alguns artigos da Constituição, em especial o artigo 5º, que trata dos direitos e das garantias fundamentais dos cidadãos brasileiros;
- Estabelecer relações entre as garantias fundamentais e as nossas atitudes no cotidiano.

Preparação

- Preparação teórica: leitura dos textos indicados nas referências que abordam a organização do texto constitucional e a pesquisa narrativa e autobiográfica;
- Se houver exemplares da Constituição Federal de 1988, é interessante que eles estejam no local da prática para que os(as) estudantes possam manuseá-los. Se não houver, o texto constitucional pode ser mostrado em PDF para que os(as) estudantes possam visualizar a organização e distribuição dos artigos.

Condução da Prática

Socialização das Narrativas e Associações com a Vivência Democrática

40min

O(a) facilitador(a) iniciará solicitando aos estudantes que desejarem que leiam suas narrativas para iniciar as reflexões do 2º dia de prática. O papel do(a) facilitador(a) é promover a interação entre as narrações, que mobilizam afetos, memórias, e a democratização do cotidiano, possibilitando aos estudantes estabelecer

relações entre suas ações no dia a dia e a vivência democrática em sua casa, na escola e em sua comunidade.

Narrar a si mesmo é um ato reflexivo que, para muitos autores, não pode ser feito sem responsabilizar-se, ou seja, ao pensar no “si mesmo” o(a) estudante se confronta com a ideia do eu no coletivo: a narração da nossa história pessoal leva ao questionamento de como a realidade ao nosso redor é organizada e como nos inserimos nela. Nesse sentido, o(a) facilitador(a) deve se apropriar das narrativas para oportunizar ao(à) narrador(a) que compreenda sua interface com os sistemas sociais aos quais pertence e as possibilidades de se inserir ativamente neles.

Para entender um pouco mais sobre a importância de relatar a si mesmo, consulte os textos: “Abordagens Metodológicas na pesquisa biográfica”, de Christine Delory, e a “Resenha do livro Relatar a si mesmo”, de Judith Butler por Ana Luiza Garcia, ambos nas referências.



Apresentação da Constituição Federal de 1988

30min

O(a) facilitador(a) apresentará aos(às) estudantes a Constituição Federal de 1988, para compreenderem que, embora a democracia possa ser vivenciada em nossas ações privadas, existem regras democráticas acima de nossas percepções individuais.

É importante uma breve contextualização das garantias constitucionais ao longo do tempo nos países democráticos, para que os(as) estudantes compreendam que nossa Constituição é tributária de processos históricos de longa duração que remontam a Constituição dos Estados Unidos, de 1787, e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789 (BRASIL, 2018).

Para entender um pouco mais sobre a importância e a historicidade das garantias constitucionais, consulte no site do Planalto a matéria: “Direitos e Deveres: conheça a importância do artigo 5º da Constituição”, indicada nas referências.

Ainda na contextualização histórica, o(a) facilitador(a) apresentará aos(às) estudantes a ideia de que a Constituição é um documento que reflete o seu tempo, ou seja, responde a questões

pertinentes ao período histórico no qual ela foi escrita. Existiram seis Constituições anteriores, existe a possibilidade de modificações nesta Constituição vigente por meio das PECs (propostas de emendas à Constituição) e existe a possibilidade de que no futuro seja promulgada outra Constituição.

Após essa introdução, o(a) facilitador(a) apresentará a organização do texto constitucional para que os(as) estudantes possam compreender como realizar consultas de seu interesse de acordo com os títulos que trazem os artigos referentes a determinado tema.

Para entender um pouco mais sobre a organização do texto constitucional, consulte no site da Jusbrasil a matéria "A Constituição Federal de 5 de outubro de 1988", listada nas referências.

Se houver exemplares na biblioteca da escola, é recomendável que, nesse momento, os(as) estudantes possam manusear a Constituição.



Introdução ao Artigo 5º: Direitos e Garantias Fundamentais

30min

As garantias constitucionais do artigo 5º estão relacionadas à garantia democrática de todos os cidadãos. Esse é o momento de explicar para os(as) estudantes acerca da ideia ordinária que a democracia é a vontade da maioria. Os direitos individuais só podem ser assegurados a certos grupos sociais por meio do reconhecimento de que, ainda que numericamente inferiores, eles precisam ter seus direitos assegurados.

Para retomar o caráter dialógico da prática, depois desse momento expositivo, o facilitador deve instigar os(as) estudantes a relacionar os direitos e garantias fundamentais presentes no artigo 5º da Constituição e as vivências relatadas nas narrativas: as atitudes narradas respeitam a igualdade de direitos? As ações cotidianas descritas pelos estudantes respeitam a liberdade de pensamento das pessoas? As narrativas apresentam sinergia com as demais garantias constitucionais?

É importante que o(a) facilitador(a) tenha a sensibilidade

de de trazer as situações individuais das narrações para a reflexão coletiva, inserindo os(as) estudantes que não estiverem participando ativamente nesse momento. Alguns se expressam melhor textualmente do que oralmente, assim, trazer as questões apresentadas por eles é uma estratégia de incluir a todos(as). Dessa forma, potencializa-se a centralidade da prática, que está nas associações entre as vivências dos(as) estudantes apresentadas em respostas objetivas, por meio dos formulários, e nas associações discursivas, por meio das narrativas.

ENCONTRO 3

Objetivos Específicos

- Refletir sobre a naturalização de nossas atitudes cotidianas que já estão automatizadas;
- Compreender que a naturalização de certas atitudes coloca em risco a garantia constitucional da igualdade;
- Introduzir o conceito de adultocentrismo com os estudantes para a compreensão de suas potencialidades em sua condição juvenil;
- Apresentar um(uma) jovem com vivências de cidadania ativa e participativa.

Preparação

- Verificação de acesso à internet no local de realização da prática. Se não houver acesso, realizar o download do curta "The last knit" para exibição aos(às) estudantes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M6ZjMWLqJvM>;
- Identificação de um(uma) jovem da comunidade que já tenha participado de projetos e/ou vivências que inspire os(as) estudantes e que seja exemplo da possibilidade de participação democrática da juventude;
- Convite a esse(a) jovem a estar presente durante a aula para falar sobre si e suas experiências aos(às) estudantes;
- Se não for possível que esse jovem esteja presencialmente, sua história pode ser contada pelo(a) facilitador(a), ou, este(a) pode usar histórias de jovens escolhidas na internet e que se aproximem da realidade dos(as) estudantes.

Condução da Prática

Apresentação e Reflexão do Documentário "The Last Knit"

30 minutos

Dando continuidade e objetivando o aprofundamento do tema, o(a) facilitador(a) apresentará o curta finlandês "The last knit". O curta, como toda obra de arte, é polissêmico, mas, entre os diversos significados, a intencionalidade pedagógica aqui é pensar sobre as ações automatizadas que praticamos no cotidiano, é compreender que nossa forma de agir e pensar é produto da cultura na qual estamos inseridos e que, sem refletir sobre essas ações, naturalizamos essas formas de nos comportarmos no mundo. Porém, é possível agirmos diferente.



Inspirando os Estudantes

40 minutos

O reconhecimento de um(a) estudante da própria comunidade cria uma identificação e representatividade com os(as) alunos(as): sugere-se identificar um(a) jovem da escola, da comunidade ou da cidade que tenha tido protagonismo à frente de alguma ação ou projeto relacionado a vivências democráticas e que possa participar da aula presencial ou virtualmente.

Se não for possível esse apontamento interno, é possível conduzir essa reflexão com exemplos encontrados na internet de jovens que podem inspirar os(as) estudantes a promover ações transformadoras em seu cotidiano. O(a) facilitador(a) deve se atentar ao contexto dos(as) seus(suas) estudantes, como idade, interesses, atravessamentos sociais e outros, para buscar perfis de jovens que despertem interesse.

Exemplos para inspirar:

- 7 jovens que inspiram mudanças no mundo: <https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/sete-jovens-inspiradores/>
- Por meio de Projetos Sociais idealizados por eles, jovens transformam suas comunidades: <https://movinovacaonaeducacao.org.br/juventudes/por-meio-de-projetos-sociais-jovens-transformam-suas-comunidades/>

A ideia de trazer um(a) jovem, pessoalmente ou um caso

virtual, foi pensada como ação coerente com uma das dimensões da prática: refletir sobre o adultocentrismo e as possibilidades de ação e participação democrática dos(as) estudantes em sua condição juvenil. Nesse sentido, cabe ao(à) facilitador(a) introduzir o conceito de adultocentrismo e contextualizar a participação de um(uma) jovem como ação necessária. Ou seja, ainda que a prática tenha sido dialógica com os(as) estudantes, é importante que um(uma) deles(as), presencialmente ou em um vídeo ou outro material da internet, esteja na posição do(a) adulto(a) facilitador(a) da prática. Para embasar essa discussão, leia a seção de embasamento científico da prática e o texto introdutório sobre o conceito de adultocentrismo, listado nas referências.



Reflexões Finais

30 minutos

A condução das reflexões finais da prática se dá de acordo com o(a) jovem escolhido(a) e suas vivências transformadoras. Porém, à parte das especificidades da história pessoal desse(a) jovem, o que deve ficar claro é o reconhecimento de que as experiências democráticas e de cidadania ativa não estão restritas à vida adulta ou à esfera governamental, ao contrário, estão presentes no nosso cotidiano e podem ser vivenciadas pelos(as) jovens.

Neste momento, o(a) facilitador(a) deve instigar os(as) estudantes a levantarem possibilidades de ação e participação democrática na escola e em sua comunidade. Para encerrar, é importante agradecer a todos(as) os(as) estudantes pela partilha de suas experiências e reflexões pessoais nas narrativas e expressar o desejo de que a prática tenha sido uma semente para que todos(as) se percebam partícipes e com possibilidades de atuação nos processos sociais de nosso país. O(a) facilitador(a) deve preparar uma fala que sensibilize os(as) estudantes para a reflexão de que todos(as) podem participar, todos(as) têm potencial, todos(as) podem transformar!

continuidade

É importante contextualizar o momento no qual a prática foi aplicada: em um período atípico e complexo, em meio à pandemia de COVID-19 e no retorno das aulas presenciais

durante a finalização do semestre. Assim, existiram fatores diversos que dificultaram o desenvolvimento da prática.

Em outro contexto, sobretudo com um tempo maior de aplicação, é recomendável que os(as) estudantes sistematizem algumas possibilidades de ações ativas para a participação democrática. O(a) facilitador(a) pode solicitar que se formem grupos de trabalho com um número reduzido de participantes com oportunidade de espaços de fala maiores e probabilidade de um debate mais consistente entre eles(as).

O(a) facilitador(a) pode desenvolver um documento a ser entregue aos grupos para auxiliar no plano de ação que cada um deles irá construir. Esse plano pode ter uma proposta mais ampla, ou seja, que deixe em aberto para os(as) estudantes o espaço no qual o grupo realizará a proposta, ou pode ser direcionada, cabendo então ao facilitador(a) delimitar o tema e aos(as) estudantes as possibilidades de ação.

Se o(a) facilitador(a) optar por delimitar o tema, uma sugestão é que todos(as) reflitam sobre alguma proposta de intervenção no espaço escolar: inserção de novos artigos, ou modificação de algum existente no Regimento Escolar; levantamento de demandas dos(as) estudantes a serem apresentada à gestão da escola; proposta de solução de algum conflito específico e outras situações específicas da escola na qual será aplicada a prática.



4

RESULTADOS ESPERADOS | Espera-se que, ao fim da prática, os(as) estudantes sejam capazes de articular os conceitos de democracia maximalista e minimalista com as diversas formas de participação cidadã. Além disso, é esperado que a compreensão do adultocentrismo ofereça ferramentas para que os(as) estudantes consigam identificar que sua condição juvenil não é limitante para serem cidadãos(os) ativos(as) e que experimentem vivências democráticas no seu cotidiano.

RESULTADOS DA AUTORA | Assim como uma parcela considerável da população, os(as) estudantes possuíam uma visão minimalista da democracia. Após a primeira aula da prática, já foi perceptível um alargamento dessa visão. Alguns estudantes me abordaram no intervalo das aulas para fazer perguntas que não puderam durante a aula por uma limitação de tempo e se mostraram interessados em aprofundar as reflexões. O Mentimeter foi um ponto de interesse para ser usado como ferramenta democrática nas plataformas de jogos on line com outros jogadores, segundo eles, para escolher armas e estratégias de forma coletiva mais rapidamente do que trocando mensagens pelo Whatsapp.

A narração de si sob a ótica democrática aplicada ao cotidiano gerou debates intensos entre os(as) estudantes e foi necessário que eu mediasse as discussões entre eles. Os mais imbuídos dos ideais democráticos de liberdade e igualdade apresentaram resistência às narrações das ações cotidianas dos colegas mais conservadores ou que ainda não compreendem a necessária separação entre convicções pessoais e os direitos individuais garantidos constitucionalmente. Foi um momento de intensa participação e, por isso, muito rico para as reflexões propostas.

Chamou-me a atenção que nenhum(a) aluno(a) tinha conhecimento de que a Constituição Brasileira existe em formato impresso e que a biblioteca da escola possuía diversos exemplares. Para alguns, essa descoberta foi considerada muito útil e foi verbalizado que iriam “an-

dar com uma dentro da mochila” para ler aos que atentem contra as garantias constitucionais.

Foi curioso ouvir de um professor que ele foi “acusado de adultocentrismo” por um aluno e apoiado pelos demais em um debate em sua aula. Foi muito gratificante saber que, ainda que para defenderem seus interesses em uma situação na qual me pareceu que o professor não cerceava seus direitos, os(as) estudantes usaram o conceito como argumento em um contexto pertinente.

Observei durante a terceira aula que os(as) estudantes estiveram muito atentos com a fala da aluna escolhida e se mostraram espantados com a maneira como ela se expressou e as possibilidades de participação e transformação que ela apresentou. Foi um momento muito inspirador e confirmou minha aposta na potência da fala de jovens para jovens e como eles se sentiram estimulados a testar suas possibilidades de ação.

REFERÊNCIAS

5



REFERÊNCIAS UTILIZADAS NA ABORDAGEM TEÓRICA

BRASIL. **Sobre a importância do artigo 5º da Constituição Federal de 1988.** Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/mandatomicheltemer/acompanhe-planalto/noticias/2018/10/direitos-e-deveres-conheca-a-importancia-do-artigo-5o-da-constituicao-federal#:~:text=Reunidos%20no%20artigo%205%C2%BA%2C%20eles,%C3%A0%20seguran%C3%A7a%20e%20%C3%A0%20propriedade%E2%80%9D>>. Acesso em: dez. de 2021.

CHIAPPERINI, Chiara (org.) **Walter Kohan - Infanzia e filosofia.** Milano: Morlacchi Editore, 2006.

DELORY-MOMBERGER, Christine. **Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica.** Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, v. 17, n. 51, p. 65, set/ dez. 2012 (Sobre o uso da biograficidade como método).

FARIA, Ana Lúcia Goulart; SANTIAGO, Flávio. **Para além do adultocentrismo: uma outra formação docente descolonizadora é preciso.** Revista Educação e Fronteiras On-Line. Dourados/MS, v.5, n.13, p. 72-85, jan./abr. 2015 (Sobre o conceito de adultocentrismo)

FARIAS, Jaime. **Democracia no cotidiano Escola.** Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, 2010.

FERRAROTI, Franco. **Sobre a autonomia do método biográfico.** Sociologia, Problemas e práticas, n. 9, 1991, p.171-177. Disponível em: <<https://repositorio.isc>

te-iul.pt/handle /10071/1239>. Acesso em: 02 de agosto de 2020.

GAMA NETO, Ricardo Borges. **Minimalismo schumpeteriano, teoria econômica da democracia e escolha racional**. Revista de Sociologia e Política [online]. 2011, v. 19, n. 38. pp. 27-42. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000100003>>. Epub 22 Mar 2011. ISSN 1678-9873. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000100003>. Acesso em: 10 de novembro de 2021.

GARCIA, Ana Luíza Casasanta. **Resenha: “Relatar a si mesmo: crítica da violência ética”**. Revista Relicário [online], Uberlândia, v.4, n.8 (Acessado em 21 de novembro), pp. 153-154. Disponível em: <<https://revistarelicario.museudeartesacrauberlandia.com.br/index.php/relicario/article/view/14/11>>. Acesso em: jul. e dez. 2017 (Sobre as possibilidades do narrar a si mesmo).

GAMA NETO, Ricardo Borges. **Minimalismo schumpeteriano, teoria econômica da democracia e escolha racional**. Revista de Sociologia e Política [online]. 2011, v. 19, n. 38. pp. 27-42. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000100003>>. Epub 22 Mar 2011. ISSN 1678-9873. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000100003>. Acesso em: 05 de dez. 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. **Resgatar a participação: democracia participativa e representação política no debate contemporâneo**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política [online]. 2017, n. 100, pp. 83-118. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-083118/100>>. ISSN 1807-0175. <https://doi.org/10.1590/0102-083118/100>. Acesso em: 12 de dez. 2021.

NEUVONEN, Laura. **The last knit**. Anima Vitae: 2005. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=M6ZjMWLqJvM>>. Acesso em: dez. 2021.

NOVO, Benigno Núñez. **A Constituição Federal de 5 de outubro de 1988**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/85520/a-constituicao-federal-de-5-de-outubro-de-1988>>. Acesso em dez. 2021.

PASSEGGI, Maria; NASCIMENTO, Gislene; OLIVEIRA, Roberta. **As narrativas autobiográficas como fonte e método de pesquisa qualitativa em Educação**, Lisboa, v. 33, 111 - 125, Jul/ 2016. (Sobre o uso da biograficidade como método).

PASSEGGI, Marua; SILVA, Vivian Batista. **Invenções de vidas, compreensão de itinerários e alternativas de formação**. Cultura Acadêmica: 2010.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Paz e Terra: 1992.

TEIXEIRA, Daniel Viana. **Valores democráticos: reflexão ética sobre os significados atribuídos à liberdade e à igualdade**. Tese de mestrado em Direito Constitucional. Universidade de Fortaleza, 2008. Disponível em: <https://btdtd.ibict.br/vufind/Record/UFOR_327cf39ba8f7ad90fe484a86965d134b>.

Anexo 1: Mentimeter: passo a passo

- O Metimeter é um site gratuito: <https://www.mentimeter.com/>
- Você pode fazer sua inscrição e usar como ferramenta para gerar pesquisas ao vivo em diversos formatos.
- Existem vários modelos prontos que mostram a forma como o resultado da pesquisa será apresentado. Nesta prática foi usado o formato nuvem de palavras, ou seja, todas as palavras que os(as) estudantes registraram aparecem dispostas em sentidos diferentes e as mais citadas aparecem maiores.
- O site é muito intuitivo e está em inglês. Não é necessário saber o idioma para conseguir gerar sua pesquisa. Existem vários tutoriais no Youtube em português que ensinam de maneira rápida e didática como fazê-lo. Sugestão de tutorial para gerar a nuvem de palavras:
<https://www.youtube.com/watch?v=lp0hAYhau34>

Anexo 2: Formulário para a Pesquisa no Google Forms

- Com uma conta de email no Gmail, você terá acesso ao Google Drive. Nele você conseguirá gerar um formulário como este com perguntas pertinentes ao contexto dos estudantes e aos objetivos da sua prática. Após obter as respostas dos(as) estudantes, você poderá visualizá-las individualmente ou como gráficos das respostas consolidadas. No link abaixo, você tem acesso às perguntas que foram utilizadas nesta prática, para utilizar como modelo.
https://docs.google.com/forms/d/1A9txHB7YmyEyW4aNpglC87FmsxVcHLs-pmeehn3Pvarc/edit?usp=drive_web

Anexo 3: Exemplo de jovem da comunidade escolar com vivências de cidadania participativa.

Fonte: <https://defatoonline.com.br/itabirana-e-a-primeira-brasileira-a-ocupar-conselho-estudantil-internacional/> Acesso em: 16 de novembro de 2021.

Vídeo da Ashoka sobre a história da aluna:
https://www.youtube.com/watch?v=n-C_78U63X4k

Itabirana é a primeira brasileira a ocupar conselho estudantil internacional

A adolescente Maria Clara Lacerda dos Santos também conquistou o título de "Jovem Transformadora" da Ashoka, instituição global presente em 89 países

Por: Victor Eduardo | 15/03/2021 às 16h10

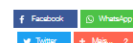


Foto: Prefeitura Municipal de Itabira/Divulgação

Falas que transformam, gestos que nos expressam

Kelly Maria Coelho Lima



Objetivo | Desenvolver a consciência sociopolítica e o empoderamento dos(as) estudantes; Desenvolver a capacidade de resolução de problemas com base nos direitos humanos; Despertar o protagonismo através da autonomia, incentivando a participação política.



Habilidades Socioemocionais | Consciência social, habilidades de relacionamento, tomada de decisões, solidariedade, empatia, ética, trabalho em coletividade, autonomia, criticidade, protagonismo e empoderamento.



Principais metodologias | Roda de conversa, debate, pesquisa, elaboração de um podcast.



Componentes curriculares sugeridos | História, Sociologia e Geografia.



Etapas de ensino sugeridas | Ensino Fundamental II e Ensino Médio.



Número de Estudantes Sugerido | De 10 a 50 estudantes.



Duração | 3 encontros de 60 minutos cada.



Principais conceitos | Empoderamento. Juventude. Democracia. Direitos humanos.

“Após a prática, percebi que **posso agir para resolver problemas da minha comunidade**, como organizar um mutirão com campanhas educativas para que os moradores aprendam a não jogar mais lixo no canal do meu bairro.”

Maria Vitória da Silva Sena

2º ano B do EM da EREM Jornalista Trajano Chacon

“Gostaria de agradecer à professora Kelly por nos trazer em suas aulas assuntos tão importantes, assuntos externos, **relevantes para o conhecimento e aprendizagem da população**, e principalmente para nós, que somos jovens, entendermos melhor o que se passa no mundo.”

Yasmin Gomes

2º ano B da EREM Jornalista Trajano Chacon



1 IDEIAÇÃO | Esta prática foi idealizada a partir de desejos, anseios e sonhos dos(as) estudantes. Ela visa promover a comunicação através da pluralidade de ideias e despertar o espírito de luta pelas causas políticas e sociais com base em princípios de construção democrática. Por meio de uma formação cidadã, são trabalhados a autonomia, o protagonismo solidário e o empoderamento juvenil, visando tornar os (as) estudantes sujeitos mais atuantes, ativos em busca de seus direitos e deveres. Por fim, busca-se valorizar as diversidades, desenvolver o sentido do pertencimento e trabalhar as competências de relacionamentos interpessoais.

ABORDAGEM TEÓRICA

Nesta seção, destinada à abordagem teórica, serão apresentados os conceitos que foram mobilizados durante a execução da prática pedagógica e que dizem respeito, sobretudo, à pluridimensionalidade do poder, enquanto fenômeno social – tais como empoderamento juvenil, direitos humanos, políticas públicas, democracia e representação.

O empoderamento da Juventude

O termo *empoderamento* refere-se, dentro dos seus múltiplos significados, a um processo dinâmico que se constrói a partir das práticas produzidas pelos sujeitos por meio do contexto em que estão inseridos. Dito de outra forma, empoderar não significa apenas “transferir” ou “tomar posse” de elementos que permitam aos sujeitos transitarem nos diferentes espaços decisórios da sua coletividade, mas também fornecer subsídios para que estes(as) possam ultrapassar os limites da consciência ingênua, tornando-se cidadãos e cidadãs críticos(as) e conscientes de sua posição enquanto indivíduos históricos (ROSO E ROMANINI 2014). Sobre isso, a pesquisadora Baquero (2005) destaca que o empoderamento, como processo e resultado, pode ser tanto concebido como emergido de um processo social no qual indivíduos tomam posse de suas próprias vidas pela interação com outros indivíduos, favorecendo a construção da capacidade pessoal e social e possibilitando a transformação de relações sociais de poder. Nesse mesmo sentido, Paulo Freire (1987), um dos educadores mais conheci-

dos no Brasil e no mundo, construiu e promoveu o conceito de emancipação. Para o autor, a emancipação não é um instrumento de ordem individual, mas sim de caráter coletivo, um ato de cunho social. Em seu livro "A Pedagogia do Oprimido", Freire (1987, p.29) diz que "ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão".

De acordo com o *National Council for Voluntary Youth Services* (2021), empoderamento jovem é o processo que assegura aos(as) jovens o direito à voz nas decisões que afetam suas vidas. Esse processo cria oportunidades para que os(as) jovens sejam parte das mudanças e decisões tomadas em suas comunidades e está associado à busca por direitos básicos e pela promoção de políticas públicas direcionadas às suas necessidades.

Democracia e Cidadania

De acordo com Dantas (2021), o conceito de democracia, num contexto das democracias representativas modernas, vai muito além do simples acesso às urnas. De acordo com o autor:

Para se alcançar esse objetivo, é preciso ter a garantia de liberdade de expressão, liberdade de associação e a possibilidade de se pedir e oferecer apoio político e voto. Além disso, é imprescindível a liberdade de imprensa, com fontes de informação que transcendam a mensagem oficial dos governos e do Estado. Por fim, é essencial que exista um organismo público que organize as eleições, que elas sejam datadas, periódicas e que também sejam livres, diretas e idôneas (DANTAS, 2021, p.24).

Além de todas as características institucionais e direitos que configuram um Estado Democrático, o autor alerta que nós, enquanto cidadãos, também temos papéis e responsabilidades muito relevantes para o bom funcionamento da dinâmica democrática. Além de nos responsabilizarmos por tomar decisões, além de apontarmos os políticos a nos governarem, temos o dever de nos educarmos a fim de compreendermos o funcionamento da sociedade e de atuarmos no sentido de manter e aprimorar as instituições democráticas.

Ainda segundo Dantas (2021), existem conteúdos essenciais para desenvolver essa consciência cidadã. Para ele, é fundamental que compreendamos que os direitos civis, políticos e sociais associados à condição de cidadania não são "dádivas, presentes de super-heróis ou

ofertas de políticos”, e, sim, fruto de conquistas coletivas históricas que precisam ser constantemente lembradas e reforçadas.

Direitos humanos

Os direitos humanos representam a busca por equidade, liberdade, respeito à vida humana e combate às injustiças. Segundo o artigo 7º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), “todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei”. Além disso, “todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação e contra qualquer incitamento a tal discriminação”.

Levando em conta a questão dos direitos humanos em um contexto democrático, observa-se que a democracia só pode ser plena quando existem ações que garantam a igualdade de direitos e que possibilitem a garantia da educação em um sentido amplo, para toda a população. Nesse sentido, uma educação voltada aos direitos humanos, que busque contribuir para a cidadania ativa e crítica e que desenvolva o senso de responsabilidade dos jovens, despertando o seu interesse pelas questões públicas e causas sociais, é essencial em uma democracia.

De acordo com a UNESCO (2021), um país que busca o desenvolvimento econômico precisa combater as desigualdades sociais por meio da promoção dos direitos humanos, investindo em educação e saúde, com oportunidades de empregabilidade, e principalmente em políticas públicas que alcancem as camadas mais carentes da população, distribuindo renda. É necessário combater todas as formas de discriminação e exploração humana por meio de campanhas educativas nas comunidades escolares, oportunizando aos jovens a cultura, o lazer e o acesso ao mercado de trabalho.

Políticas públicas

De acordo com Corrêa (2021), as políticas públicas compreendem todas as decisões, metas, planos e ações dos diferentes níveis de governo que objetivam a promoção do bem comum e do bem-estar da sociedade. De acordo com a autora, é um equívoco considerar que as políticas públicas para a juventude são ações direcionadas para um único segmento da sociedade ou grupo de interesse. Afinal, as ações direcionadas aos(às) jovens podem gerar determinados impactos em toda a comunidade, beneficiando toda a família, melhorando a qualidade de vida nas cidades e contribuindo para a economia de um modo geral.

Falar em políticas públicas para a juventude é tratar de desenvolvimento de ações direcionadas em diversas áreas de interesse público. Por exemplo, na área de educação, possibilitando que as escolas, além do conhecimento formal, gerem capacitação e profissionalização aos(as) estudantes. Outro exemplo são os incentivos ao esporte e lazer, por meio da construção de centros esportivos e parques. Essas políticas públicas para a juventude na área de esportes geram excelentes resultados para a saúde e para a qualidade de vida. Um exemplo bem sucedido disso são os Centros Comunitários da Paz (Compaz), que foram criados pelo poder público no Recife com o foco na prevenção à violência, por meio da difusão da cultura de paz, inclusão social e fortalecimento comunitário.

3 EVOLUÇÃO DA PRÁTICA

São trazidas a seguir sugestões de como desenvolver esta prática pedagógica. Ao todo, ela conta com três encontros, que mobilizam e integram os componentes curriculares pertencentes às ciências da natureza e às ciências humanas. Seu papel como educador(a) é atuar como um tutor ativo, deixando que os(as) estudantes assumam o protagonismo.

preparação

- Esta é uma prática essencialmente democrática, produzida e
- construída do início ao fim junto com os(as) próprios(as) estu-
- dantes, levando em conta as suas realidades. O seu enfoque
- pedagógico é desenvolver o empoderamento juvenil, a capa-
- cidade argumentativa e a mobilização pelas causas sociais. A
- culminância da prática se dá com a produção de um podcast
- que visa oportunizar a divulgação das falas dos(as) estudantes
- sobre a participação cidadã. De tal forma, é muito importante
- que você priorize o planejamento da prática, definindo como
- serão construídos os temas e organizadas as etapas, adaptan-
- do-as à sua realidade escolar.

- Indica-se que você faça um diagnóstico prévio das turmas,
- analisando e valorizando as multiplicidades e individualidades,
- identificando o perfil e as vivências de cada série, considerando
- suas idades e elencando os seus conhecimentos prévios, a fim
- de realizar qualquer adaptação necessária.

passo a passo

ENCONTRO 1 (1h30min)

Objetivos Específicos

- Introduzir aos(as) estudantes questões relacionadas à juventude, empoderamento, política e direitos humanos.

Preparação

- Antes da aula, revise os conteúdos que serão trabalhados. Utilize como guia a seção de abordagem teórica desta prática e defina a profundidade com a qual irá trabalhar cada um deles, adaptando-os a sua turma e contexto escolar;
- Selecione textos sobre temas como direitos humanos, democracia e empoderamento juvenil para a discussão em aula. Você pode utilizar revistas, artigos online ou trechos de livros, por exemplo, considerando os materiais disponíveis e a sua realidade escolar. O objetivo das leituras é despertar o senso crítico dos(as) estudantes em relação às causas sociais e aos direitos humanos.

Condução da Prática

Boas Vindas

5 minutos

Receba os(as) estudantes com afetividade. Você pode utilizar uma música ou um poema, por exemplo, para integrá-los harmoniosamente.



Leitura e Discussão de Textos

40 minutos

Comece indagando os(as) estudantes: “Como se dá a participação da juventude no contexto social democrático?”

Solicite que os(as) estudantes se dividam em grupos e forneça textos com temáticas relacionadas a direitos humanos, democracia e empoderamento juvenil. Destaque o jovem como sujeito social, que busca investigar e transformar as realidades que os cercam;

Peça que cada grupo selecione o texto com o qual mais se identifica para realizar uma leitura reflexiva e, posteriormente,

discutir com a turma;

Dê um tempo para que os grupos façam a leitura dos textos; Após a leitura, proponha uma discussão com a turma, na qual cada grupo fala sobre os pontos mais relevantes do texto que escolheu.



Exposição dialógica sobre direitos humanos

25 minutos

Leia os artigos 1, 2, 3, 4 e 5 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e proponha que os(as) estudantes cometem alguns tópicos sobre a igualdade de direitos, estabelecendo uma relação com os textos que acabaram de ler. O link da DUDH pode ser encontrado nas referências, ao final desta prática;

Ao final da apresentação, proponha algumas questões aos estudantes, tais quais: Que mundo queremos? Como podemos ser protagonistas da nossa história? Como a juventude se relaciona com a política?



Fechamento

20 minutos

A partir das temáticas escolhidas pelos(as) estudantes no momento da leitura dos textos, proponha que eles(as) desenvolvam pesquisas mais aprofundadas em casa, podendo utilizar revistas, jornais ou sites. Explique que as pesquisas servirão como base para: i) a produção e apresentação de expressões artísticas na aula seguinte; e ii) a criação de um podcast, que será produzido e gravado pela turma, no encontro final da prática;

Para encerrar a aula, sugiro que cada estudante deixe uma frase reflexiva sobre os direitos humanos no quadro ou no caderno. Posteriormente, essas frases podem ser utilizadas em apresentações do projeto na escola ou nas redes sociais.

ENCONTRO 2 (1h30min)

Objetivos Específicos

- Desenvolver a criatividade dos(as) estudantes, por meio da produção de expressões artísticas;
- Promover o aprofundamento de conhecimentos sobre os temas definidos, através da realização de pesquisas e apresentações.

Condução da Prática

Boas Vindas

5 minutos

Receba os estudantes com afetividade, estando aberto(a) à escuta e à partilha.



Orientações Iniciais

10 minutos

Oriente aos(às) estudantes que se organizem nos grupos de trabalho definidos na aula anterior;

Retome as orientações da aula anterior, propondo que cada grupo escolha uma expressão artística e/ou cultural para explorar mais o seu tema e apresentar para a turma. Pode ser uma música, um rap, uma entrevista, um vídeo, um cartaz, etc;

Mantendo o caráter democrático da prática, proponha a realização de uma votação para a definição da sequência das apresentações.



Produção das Expressões Artísticas

30 minutos

A partir dos temas pesquisados em casa, deixe que os(as) estudantes iniciem a produção de suas expressões artísticas;

Passe em cada grupo, apoiando-os e orientando-os quando necessário.

Apresentações**30 minutos**

Peça aos grupos que apresentem suas produções, limitando o tempo de apresentação a aproximadamente 5 minutos para cada grupo;

As apresentações podem ser feitas na sala de aula, apenas para a turma, ou podem ser feitas no ambiente externo da escola, envolvendo outras turmas e séries;

Incentive-os a saber ouvir e se fazer ouvir, expressando suas ideias e, ao mesmo tempo, valorizando as diferentes experiências e posicionamentos dos colegas sobre o tema;

A fim de manter os(as) alunos(as) motivados(as), dialogue e procure compreender os conhecimentos e percepções prévios deles(as). Quem são? Como percebem o mundo? Como vêem a importância e a necessidade de falar e se expressar sobre os temas trabalhados?

**Preparação do podcast****15 minutos**

O Podcast é o produto final da prática. Indica-se que ele tenha a duração de 20 minutos a 1 hora. Ele será gravado no encontro seguinte e deve ter como base os conteúdos pesquisados pelos estudantes. Contudo, o seu formato e roteiro (entrevistas, perguntas e respostas, discussão em grupo, apresentações) são livres e devem ser definidos democraticamente pela turma, em conjunto;

Dessa forma, aqui você deve introduzir a ideia do podcast, apresentar algumas possibilidades de formato para os(as) estudantes e propor que eles definam o que mais lhes agrada e, a partir daí, que comecem a definir o roteiro de falas de cada grupo. É possível gravar um só podcast para turma toda ou um para cada grupo.

ENCONTRO 3 (1h30min)**Objetivos Específicos**

- Planejar e produzir o podcast, promovendo o protagonismo e o desenvolvimento das competências de reflexão e

comunicação dos(as) estudantes;

- Incentivar a capacidade de conviver e lidar com as diferenças e trabalhar em coletividade por causas em comum.

Preparação

- Faça um levantamento junto aos(as) estudantes para saber se eles(as) têm acesso à internet, se possuem telefones celulares, tablets e computadores. Caso não tenham os recursos necessários para a produção, sugere-se que os diálogos sejam gravados na sala de informática da escola ou com os equipamentos do(a) professor(a);
- Defina como será gravado o podcast: em uma chamada de vídeo online, em um equipamento de gravação no formato presencial, e quais equipamentos serão utilizados. É importante escolher um lugar tranquilo. Se possível, utilize recursos digitais para compartilhar uma produção online que alcance um número maior de pessoas. Hospede-os em algum site ou transmita-os nas redes sociais da escola, como Instagram, Facebook, etc;
- Dica: existem programas de uso livre, gratuito e com *plugins*¹ para fazer a edição de áudio. Um aplicativo que pode ser usado é o Audacity e plataformas gratuitas para hospedar o arquivo e notificar o público inscrito quando o novo episódio é publicado.

Condução da Prática

Boas Vindas

5 minutos

Seja receptivo e acolha os estudantes com o calor da afetividade, para que se sintam tranquilos, possibilitando um bom andamento do produto final.



Organização do Podcast

45 minutos

Peça aos(as) estudantes que retomem as ideias do roteiro iniciado na aula anterior e que revisem estas, definindo a sequência do podcast. Ao longo da realização do podcast, aproveite para explorar as habilidades de cada estudan-

¹ Expressão utilizada na informática para se referir a um programa, uma ferramenta ou extensão que se encaixa a outro programa principal, adicionando mais funções e recursos a ele.

te. Permita que eles definam as tarefas de cada um, podendo ser divididas por grupos ou entre a turma. Dentre estas, destacam-se: a organização das filmagens, a escrita do roteiro, a definição dos entrevistados e/ou mediadores. Como mencionado anteriormente, essa construção pode ser feita pela turma em conjunto ou pode ser dividida entre os grupos;

Participe dessa construção, sistematizando o roteiro. Fundamentalmente, sugere-se que o(a) educador(a) se responsabilize pela mediação, focando nos objetivos principais da prática. Ele(a) pode organizar o tempo, cuidar dos preparativos, conferir as condições do ambiente, propor acordos coletivos a serem combinados com cada grupo, cuidar para que todos tenham oportunidades de se expressar, assegurar que os encontros e produções sejam devidamente registrados e, se possível, compartilhados com a comunidade escolar. Não se preocupe excessivamente com eventuais erros, pois depois você poderá editar a gravação.



Chegou o Momento: Gravação do podcast

30 minutos

Depois da preparação do roteiro, inicie a gravação do podcast. Permita que os(as) estudantes participem ativamente, levantem questões, reflitam e troquem ideias para que desenvolvam o protagonismo e a tomada de decisão. Promova um aprendizado colaborativo, no qual as vivências, sentidos, sons, memórias, e experiências de vida sejam valorizadas. Democratize o debate, aceite de maneira natural todos os posicionamentos e argumentos para o real sentido da tolerância cidadã. É importante ressaltar que o objetivo da prática é empoderar, o que significa que as diversidades são valores e que todas as pessoas são iguais em direitos.



Fechamento

5 minutos

Solicite que os(as) estudantes expressem seus sentimentos com uma palavra ou frase sobre o que acharam da experiência.

4

RESULTADOS ESPERADOS | Ao final da prática, espera-se que os(as) estudantes:

- Desenvolvam as capacidades de comunicação e escuta ativa;
- Desenvolvam o respeito e promovam os direitos humanos;
- Ampliem o seu sentimento de pertencimento, a sua autonomia e a cidadania ativa;
- Desenvolvam a capacidade de argumentação baseada em fatos, dados e informações confiáveis;
- Desenvolvam a compreensão sobre a importância de estar inserido nas políticas públicas;
- Exercitem o empoderamento juvenil potencializando suas conquistas.

RESULTADOS DA AUTORA | A recepção e aceitação dos(as) estudantes foram bastante satisfatórias no desenvolvimento da prática. Os momentos que mais gostaram foram os debates e as apresentações das expressões artísticas e culturais, no qual estavam muito envolvidos e entusiasmados. No contexto geral, o empenho foi proveitoso, mesmo sendo um desafio. Percebo que os estudantes despertaram para o empoderamento e para a participação cidadã e que compreenderam a importância de lutar pelas causas sociais e ambientais da sua região, cidade e país.

Pude observar que, durante a produção do podcast, eles(as) estavam envolvidos e entusiasmados: desenvolveram atitudes colaborativas e criativas, além da capacidade crítica sobre os temas abordados. Os(as) estudantes perceberam a grande importância da produção do podcast, no sentido da autonomia que adquiriram, o qual oportunizou a divulgação de seus ideais transformadores.

Esses momentos possibilitaram a reflexão, o desejo de transformação da realidade em que vivem e a capacidade de tomada de decisões. Eles adquiriram uma consciência global sobre os problemas em toda sua complexidade e ganharam uma maior consciência de si como agentes mediadores e colaborativos de suas ações, compreendendo

que o protagonismo é coletivo e democrático.

É interessante promover espaços diferentes de discussão sobre esses temas, variando a maneira de abordá-los, utilizando metodologias que estejam ao alcance da escola, como debates, filmes, discussão de artigos de jornais e de revistas, trazendo informações locais, acontecimentos específicos das comunidades em que os(as) estudantes estão inseridos, da cidade e do país. Pude perceber que, com o desenvolvimento desse projeto, ocorreram muitas reflexões e mudanças de comportamento nos(as) estudantes sobre a consciência cidadã, e que irão carregar na memória ideais e atitudes revolucionárias durante sua vida.

Link do podcast

<https://open.spotify.com/show/6clwtg6KTSENJ7dNQQQfPL?si=582a3fa8ea944ea9>



REFERÊNCIAS

5



REFERÊNCIAS UTILIZADAS NA ABORDAGEM TEÓRICA

Baquero, R. V. A. **Empoderamento: questões conceituais e metodológicas.** Revista Debates. 1(1), Núcleo de Pesquisas sobre a América Latina/UFRGS, Porto Alegre, 2005.

CORRÊA, Carolina Pimentel. **O que dignidade menstrual tem a ver com política pública?** Blog Legis-Ativo. Estadão, 19 de outubro de 2021. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/legis-ativo/o-que-dignidade-menstrual-tem-a-ver-com-politica-publica/>> Último acesso em jan/2022.

DANTAS, Humberto. **Democracia, cidadania e educação.** Em: Ciência Política e Políticas de Educação: conceitos e referências. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ROSO, Adriane; ROMANINI, Moises. **Empoderamento individual, empoderamento comunitário e conscientização: um ensaio teórico.** In: Psicologia e Saber Social, 3(1), 83-95, 2014.

UNESCO. **Direitos Humanos no Brasil.** Disponível em: <<https://pt.unesco.org/fiel-doffice/brasil/expertise/human-rights-brazil>>. Último acesso em dez/2021.

UNICEF. **National Council for Voluntary Young Service.** Disponível em: <<http://www.ncvys.org.uk/>>. Último acesso em dez/2021.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Último acesso em dez/2021.

Democracia, participação e *fake* news no Brasil

Luciana Conceição
Lemos da Silveira



Objetivo | Apresentar aos alunos e alunas os princípios básicos da Democracia; Identificar o poder de decisão e sua importância para a autoestima e o exercício da cidadania; Refletir e distinguir as informações que recebemos por meio das mídias e redes sociais.



Componentes curriculares sugeridos | Geografia, História, Filosofia e Sociologia.



Duração | 6 períodos de 45 min cada.



Etapas de ensino sugeridas | Ensino Fundamental II.



Principais conceitos | Democracia. Participação. Fake news.



Número de Estudantes Sugerido | Mínimo de 10 estudantes.



Principais metodologias | Exposição dos conteúdos; Oficinas criativas; Elaboração de planejamento participativo.



Habilidades Socioemocionais | Criatividade; Pensamento Crítico e tomada de decisões; Avaliação de problemas e soluções.

“Eu não sabia direito o que era *Fake News* e mandava tudo quanto era coisa para os meus grupos de Whatsapp. Agora, **estou prestando mais atenção, mas tem umas mentiras em que muita gente acredita.**”

Aluno de 7º ano da EMEF Aramy Silva

“Nunca tinha estudado sobre essas coisas de **política e democracia**. Gostei muito.”

Aluno de 7º ano da EMEF Aramy Silva

“Agora, eu sei como é importante a gente saber em quem vai votar. **O voto das pessoas vale ouro.** Pouca gente sabe disso.”

Aluna de 7º ano da EMEF Aramy Silva

“Foi muito bom conhecer a Prefeitura e o Prefeito. Nunca tinha entrado na Prefeitura, nem falado com o Prefeito. Fiquei muito envergonhada, mas gostei de ter saído da escola. **Poderíamos ter mais aulas como essa, sobre cidadania e democracia.**”

Aluno de 7º ano da EMEF Aramy Silva

“Todos queriam falar ao mesmo tempo no dia da prática. Fiquei um pouco nervosa e queria ter falado mais, **porque sempre são as mulheres que trabalham, mas os homens que decidem as coisas.**”

Aluna de 7º ano da EMEF Aramy Silva



1 IDEIAÇÃO | Esta prática foi idealizada a partir de conceitos básicos relacionados à democracia, à participação cidadã e às *fake news*. Ela parte do princípio de que o diálogo com estudantes do Ensino Fundamental sobre esses temas é demasiadamente importante, uma vez que auxilia na formação de um senso crítico aguçado frente às escolhas, às reivindicações políticas e à participação cidadã.

Considerando que o exercício da cidadania passa pela consciência e prática dos direitos e obrigações e que a tomada de decisões frente aos desafios individuais e coletivos é algo essencial ao longo da vida, esta prática busca associar a questão das *fake news* à participação cidadã e ao poder de escolha dos indivíduos em sociedade. Ao longo desta, trabalha-se o discernimento entre as notícias verdadeiras e as notícias falsas, fazendo com que os(as) estudantes desenvolvam seu senso crítico e entendam a importância dessas competências para estabelecerem uma participação cidadã consciente quando acessam as redes sociais ou quando se deparam com situações que exijam um posicionamento.

2

ABORDAGEM TEÓRICA

Democracia, participação e *fake news* são os três principais conceitos abordados nesta prática pedagógica. Esta seção é dedicada à compreensão desses termos, a fim de possibilitar o desenvolvimento pleno da atividade em sala de aula. Nesse sentido, a seção está dividida em duas partes: na primeira, são abordados os conceitos e ideias em torno de democracia e participação e, na segunda, o fenômeno relativamente recente conhecido como *fake news*.

Democracia e Participação

A Democracia é um conceito complexo e amplamente discutido dentro e fora da academia, portanto é necessário contextualizar qual é a definição do termo que serve como base para a realização desta prática pedagógica. Nesse caso, os dois conceitos que serão aqui apresentados estão em torno das visões minimalista e maximalista de democracia.

Um dos autores que conceituam a Democracia é Joseph Schumpeter. Detentor de uma perspectiva clássica, ele apresenta uma definição minimalista do conceito, destacando que a Democracia está “centrada na proposição de que ‘o povo’ possui uma opinião definitiva e racional sobre todas as questões individuais” (SCHUMPETER, 1975, p. 269). E, em uma Democracia, o povo escolhe ‘representantes’ que fariam com que essa opinião fosse executada. Ou seja, de um modo geral, pode-se dizer que Schumpeter entende a Democracia como um método político baseado, principalmente, no processo eleitoral, que resulta na representação dos interesses do povo por parte da elite por ele escolhida.

Por outro lado, autores como Carole Pateman (1992) propõem a ideia de uma Democracia participativa, que pode ser entendida como um conceito maximalista do termo. Neste caso, o conceito extrapola as esferas institucionais tradicionais e o processo eleitoral, abrangendo diferentes formas de participação dos indivíduos na sociedade e considerando os diferentes processos decisórios da vida cotidiana. Pateman (1992) entende “participação” como um processo igual de tomada de decisões e “igualdade política” como algo que se dá na igualdade de poder quando se trata da determinação das consequências e resultados das decisões. Portanto, a participação não se limita a estar presente em uma atividade política nem à mera “influência” nesse processo. Nesse sentido, a autora traz à tona o contexto maximalista de Democracia, “ironizando” a ideia “paradoxal” difundida por Schumpeter de que os cidadãos seriam aptos e suficientemente inteligentes para escolher os governantes mais “tecnicamente qualificados”, mas sem capacidades cognitivas suficientes para poder participar ativamente do processo decisório e da construção de políticas públicas.

Pateman (1992) defende que a participação em sociedade tem um fator potencializador no processo de ensino e aprendizagem de jovens e adultos. De acordo com a autora, o processo de participação sociopolítica em diferentes esferas pode proporcionar um senso de pertencimento junto à comunidade, fazendo com que a participação aconteça naturalmente como um processo direto na tomada de decisões cotidianas e que atue como um modo de proteger os interesses privados e de assegurar um bom governo. Em outras palavras, pode-se dizer que, de acordo com o pensamento da autora, aprende-se a participar, participando.

Dessa forma, ao abordar o tema Participação Cidadã com ênfase na Democracia, principalmente para jovens e adolescentes, precisa-se levar em consideração o conjunto das relações e práticas desenvolvidas

em todas as instâncias de inserção dos membros de uma sociedade. De fato, a democracia refere-se, em última instância, ao direito de participação de todos e todas nas decisões que favoreçam a qualidade de vida em sociedade. Todavia, para que haja essa verdadeira participação, todos os indivíduos necessitam conhecer e viver desde a sua infância os princípios democráticos – desenvolvendo, assim, a sua “autonomia democrática” (BARBOSA, 1999).

Essa autonomia democrática pode ser exercitada, por exemplo, em nosso cotidiano, quando nos deparamos com um fato ou acontecimento veiculado em determinada mídia: jornal, revista, rádio, televisão, internet e, neste caso, principalmente, nas redes sociais. Por ser um gênero massivo de comunicação, as redes sociais atingem todas as camadas da população, trazendo informações e contribuindo para a formação de opinião, todavia, muitas vezes, essas informações não condizem com a realidade e cabe a nós, como cidad(ã)os ativos(as), exercer a autonomia democrática e perceber se esse tipo de informação veiculada é verdadeira ou uma fake news, conforme veremos a seguir.

As fake news

O termo *fake news* (em português, em uma tradução literal, *notícias falsas*) é usado para descrever um fenômeno que vem tomando dimensões gigantescas, que são as notícias falsas, fatos inverídicos – normalmente veiculados na *internet*, em especial, nas redes sociais. Atualmente, a propagação de notícias falsas se dá de uma forma muito rápida nesses espaços. A prática da elaboração e a propagação de fatos que não são verdade têm fragilizado até mesmo alguns valores da nossa sociedade, como, por exemplo, colocando o cidadão brasileiro contra a Constituição Federal e o próprio Estado Democrático de Direito (BUSSULAR, 2018).

Bussular (2018) atenta para a disseminação das *fake news*, que chegaram ao patamar atual com a ajuda da tecnologia das plataformas sociais e, sobretudo, devido à diversidade destas. O usuário médio, sem perceber, é inserido, segundo ele, em uma “bolha” em que o algoritmo escolhido faz as vezes de editor e define quais publicações chegarão primeiro ao *feed* do usuário. Assim, se um usuário demonstra seu interesse (curtidas, compartilhamentos, comentários) em um determinado tema, ele será gradativamente “bombardeado” por postagens e opiniões de outros usuários que pensam de forma parecida, reduzindo, cada vez mais, o seu senso crítico e, inclusive, o seu interesse por questionar se tal informação é verdadeira. Essa é uma estratégia que busca

umentar a interatividade dos usuários e entregar somente assuntos que lhes “possam interessar”. A Inteligência Artificial é programada para agir mediante comandos preestabelecidos, o que pode resultar na “viralização” de possíveis *fake news*.

O legado que as *fake news* estão deixando para a sociedade é o da desinformação. E isso faz com que as pessoas desenvolvam um sentimento de “defensiva” quando expostas a notícias ou, então, acabem imersas em um dilema sobre o que é falso e o que é realmente verdadeiro. Essa dúvida constante prejudica as nossas capacidades cidadãos e o direito de acesso à informação. Nesse mesmo sentido, algumas pessoas que são atingidas pelas *fake news* tentam se proteger utilizando também as redes sociais, escrevendo notas de esclarecimento em uma tentativa de desmentir ou de se retratar. Segundo Camila Gomes (2021), no entanto, ao que parece, o impacto causado por esses métodos não demonstra tanta eficácia, pois é muito difícil desmentir algo que já foi amplamente divulgado.

Para ajudar a combater a desinformação, autores como Camila Gomes (2021) propõem que seja trabalhada uma nova abordagem do acesso à informação dentro da sala de aula, utilizando textos jornalísticos e considerando os desafios da contemporaneidade associados ao uso da internet e das redes sociais. Em termos teóricos, esse tipo de prática pode ser classificado como letramento midiático – no qual se exercita um conjunto de habilidades como acessar, analisar, avaliar e criar conteúdos na internet. Os(as) jovens e adolescentes estão envolvidos de forma muito ativa nas redes sociais e, quando uma aula é planejada para abordar questões sobre esse tema tão presente no cotidiano, é necessário apontar que é preciso conferir as informações antes de compartilhar, além da importância de dialogar com amigos e parentes que fazem a propagação desse tipo de conteúdo falso. Diante disso, cabe ao(a) educador(a) apresentar aos(às) estudantes ferramentas de checagem de informação e, sobretudo, abordar, com profundidade, as consequências das notícias falsas e os prejuízos que elas podem trazer para uma pessoa e/ou para a sociedade, principalmente, no que se refere aos nossos direitos enquanto cidadãos.

É visando tais objetivos que a prática pedagógica aqui apresentada associa os temas *fake news*, democracia e participação – com o intuito de aproximar os(as) alunos(as) de temas contemporâneos e despertar



uma valorização dos seus papéis como cidadãos e cidadãs em diferentes esferas, incluindo aspectos cotidianos, com o próprio uso (consciente) das redes sociais.

3

EVOLUÇÃO DA PRÁTICA

passo a passo

ENCONTRO 1 (45min)

Objetivos Específicos

- Compreender o interesse dos(as) estudantes nos temas que serão trazidos ao longo da prática e definir o foco que será trazido com base nas respostas deles(as).

Preparação

- Utilize o quadro para escrever os temas da prática: Democracia, Participação e Fake news no Brasil. Ou, reproduza o título em um cartaz ou cartolina;
- Estude os conceitos básicos da prática, tendo como guia a seção de abordagem teórica e as referências indicadas nesta prática.

Condução da Prática

Definição da Proposta

45 minutos

Com a turma em sala de aula, ou em ambiente externo, apresente o contexto da prática e os conceitos-chave que serão trabalhados: Democracia, Participação e *Fake news*;

Peça que os(as) estudantes se posicionem em círculo e então proponha um debate sobre a proposta da prática, convidando-os a participar da decisão sobre qual ou quais temáticas escolhem priorizar.

ENCONTRO 2 (90min)

Objetivos Específicos

- Identificar quem são as pessoas responsáveis por tomar decisões no dia a dia e o papel de cada estudante nas esco-

lhas de suas vidas.

Preparação

- Elabore cópias das tabelas e materiais disponibilizados no Anexo 1, de acordo com o número de estudantes que estarão presentes;
- Escreva no quadro ou em cartazes os títulos: "Pais/avós/tutores," "Juntos," "Consultando," "Apenas eu," cuidando para que todos(as) consigam visualizar.

Condução da Prática

Apresentação da Dinâmica Tomada de Decisões

10min

Organize os(as) estudantes em círculo na sala, recapitule o debate trazido na aula anterior e introduza a dinâmica chamada: Tomada de decisões;

O principal objetivo da dinâmica é fazer com que os(as) estudantes consigam refletir sobre quem toma decisões no cotidiano familiar no qual estão inseridos e assim consigam fazer um exercício sobre cidadania e democracia em um contexto maximalista;

Distribua para cada estudante uma folha A4 contendo uma tabela e uma lista de ações habituais nas suas vidas que envolvam a tomada de decisões. O modelo dessa tabela é apresentado no Anexo 1, ao final desta prática.



Preenchimento da Tabela

20min

Peça para que eles(as) assinalem individualmente na tabela, em cada ação, quem é a pessoa ou as pessoas que, na sua família, toma(m) essas decisões.



Roda de Debate

60min

Depois que todos(as) terminarem de preencher, abra um rápido debate, questionando quais foram as suas respostas e explicando que não somos responsáveis por todas as decisões que afetam nossas vidas. Neste momento é interessante trazer reflexões sobre causas e consequências: existem ações sobre as quais temos total responsabilidade, outras nas quais compartilhamos, e outras nas quais temos pouca responsabilidade. No entanto, é importante

identificarmos os aspectos de nossas vidas sobre os quais temos responsabilidade, pois, em geral, estes são os casos que apresentam consequências que afetam diretamente nossas vidas. Faça uma relação entre esta análise e o processo de tomada de decisões, responsabilização e consequências em uma democracia, retomando as palavras-chave trazidas na aula anterior. Abra para o debate em torno de quem são as pessoas que tomam as decisões na esfera pública e a importância da participação cidadã na sociedade.

ENCONTRO 3 (90min)

Objetivos Específicos

- Apresentar aos(às) estudantes como se dão os efeitos das *Fake news* no cotidiano;
- Desenvolver o senso crítico dos(as) estudantes, propondo que estes(as) classifiquem notícias.

Preparação

- Prepare uma legenda com categorias de notícias, separe notícias ou manchetes verídicas e inverídicas para que os(as) estudantes as classifiquem e imprima tabelas para esta atividade. Os modelos desses materiais e exemplos de manchetes podem ser encontrados nos Anexos 2, 3 e 4, respectivamente. Você pode usar os modelos propostos ou criar os seus próprios, adaptando à sua realidade;
- Separe materiais para distribuir: folhas de ofício, papel pardo ou cartolina.

Condução da Prática

Apresentação da Dinâmica: Classificando *Fake News*

15 minutos

A próxima dinâmica a ser apresentada aos(às) estudantes se chama: **Classificando *Fake News***;

É interessante introduzir o tema indagando os(as) estudantes sobre a possibilidade e a necessidade de se refletir sobre as informações que recebemos, sejam elas pelas redes sociais, pela televisão ou por demais meios de comunicação;

Divida os(as) estudantes em duplas e entregue para cada uma delas: i) uma legenda, com categorias de classificação de notícias e suas descrições; ii) manchetes de jornais selecionadas; e iii) folhas ou cartolinas com uma tabela com

as categorias de notícias, para que os(as) estudantes cole as manchetes que forem classificando. Os modelos desses materiais estão disponíveis nos anexos 2, 3 e 4, respectivamente.

- Sugestão: se houver disponibilidade de computadores e rede de internet, você pode solicitar que as duplas façam uma pesquisa de manchetes em sites e redes sociais, classificando-as posteriormente.



Exposição: Tipos de Notícias

20 minutos

Antes que os(as) estudantes(as) iniciem a classificação das manchetes, o(a) professor(a) deverá promover um debate em torno das seguintes explicações sobre os tipos de notícias, conforme descritas no anexo 2:

Fato: um acontecimento que ocorreu e foi noticiado;

Mentira: notícia publicada sem confirmação de sua veracidade. Podem ser notícias alarmantes repassadas sem nenhum senso de responsabilidade (exemplo: "O mundo vai acabar amanhã!");

Notícia sensacionalista: podem ser notícias sem relevância ou importância para a sociedade, mas que ganham destaque ao atingir determinado público, também chamadas de "notícias sensacionalistas" (exemplo: "Neymar toma café da manhã na padaria!");

Destaque nesse momento que qualquer manchete tem a função de "chamar a nossa atenção" e atrair o maior número possível de leitores, já que os jornais são empresas que precisam dos leitores para se manter. Entretanto existe um limite que não deve ser ultrapassado: não se pode levar o leitor ao engano. O bom jornalista sabe criar boas manchetes sem precisar ser sensacionalista.

Informação publicitária (ou "informe publicitário"): informações que possuem o intuito principal de convencer o público a ter determinado comportamento ou a adquirir produtos e/ou serviços. Não quer dizer que são informações falsas, mas sua finalidade é diferente.

Classificação das Manchetes

25 minutos

Dê um tempo para que os(as) estudantes realizem a classificação.



Apresentação e Fechamento

30 minutos

Peça que cada dupla apresente a sua classificação e, ao final, proponha que todos(as) confeccionem um único cartaz com o seguinte título: "Na aula de Hoje, aprendemos:", preenchendo com as suas percepções;

Apresente aos estudantes alguns sites em que podem verificar a veracidade das informações antes de replicá-las e reproduzi-las. Fale sobre a importância de usar o senso crítico para discernir e desconfiar de informações e notícias muito sensacionalistas.

ENCONTRO 4 (45min)

Objetivos Específicos

- Incentivar a participação cidadã por meio de um debate e de autoavaliações.

Preparação

- Separe um novelo de lã ou barbante;
- Prepare uma seleção de músicas instrumentais ou do gosto da turma. Ajudará a descontrair e quebrar o gelo para iniciar o diálogo.

Condução da Prática

Construção da Mandala

30min

Oriente os(as) estudantes que se posicionem de pé e em círculo e vá passando um novelo de lã ou barbante de um em um, pedindo que todos segurem. Após o círculo feito, um estudante por vez deve jogar o novelo para outro e, antes de passá-lo, deve dizer uma frase ou palavra sobre a temática trabalhada, compartilhando com os(as) colegas o seu aprendizado.

O objetivo dessa dinâmica é que os(as) estudantes formem uma mandala: uma imagem circular composta por um padrão de formas que se repetem simetricamente em torno de um ponto central.

Fechamento**15min**

Após a realização da dinâmica, cabe explicar o porquê do círculo e a importância de todos estarem se vendo e compartilhando conhecimentos por meio de um debate saudável. A utilização da mandala é bem apropriada para esse contexto, pois ela é um símbolo de integração e harmonia. Durante muito tempo ela foi usada como expressão artística e religiosa, através da arte indígena para rituais de cura.

4**RESULTADOS ESPERADOS**

1. Despertar nos(as) estudantes o senso crítico, bem como a percepção sobre a importância da participação cidadã;
2. Proporcionar um espaço de fala para que os(as) estudantes possam desenvolver um pensamento crítico, bem como a tomada de decisões, a avaliação de problemas e soluções;
3. Auxiliar na compreensão e disseminação de informações de forma positiva com o uso da fala ou de outros instrumentos como escrita e mídias sociais.

RESULTADOS DA AUTORA | Ao longo da realização da atividade, os(as) estudantes se demonstraram cada vez mais curiosos(as) e cativados(as). A parte que trabalhamos com o processo das escolhas na vida dos indivíduos em sociedade e suas respectivas consequências, em especial, despertou muito a atenção deles(as).

Os(as) estudantes levaram os temas discutidos para fora da escola, repassando para suas famílias e amigos(as). Um dos principais resultados disso deu-se quando uma das estudantes sugeriu para a mãe que fossemos conversar com o Prefeito da cidade. Elas tomaram a iniciativa, fizeram o contato com o Gabinete e agendaram um momento de trocas com o governante da esfera municipal. O simples fato dessa ação e a concretização, que veio seguida de uma ligação da secretária

do Prefeito confirmando a agenda, me fez perceber a importância de tratar temas ligados à democracia e participação cidadã desde cedo junto a estudantes do ensino fundamental. Para esse momento com o Prefeito, os estudantes conversaram e prepararam perguntas para serem feitas. Foram para o encontro com questões pontuais e a devolutiva para a turma se deu na forma de uma confraternização e um caloroso debate recheado de muita criticidade em torno das respostas do Prefeito.



REFERÊNCIAS

5



REFERÊNCIAS UTILIZADAS NA ABORDAGEM TEÓRICA

ARAÚJO, Djario Dias. **Extra! Extra! Notícias na sala de aula!** In: Diversidade textual: propostas para a sala de aula. Formação continuada de professores / coordenado por Márcia Mendonça. Recife, MEC/CEEL, 2008. p.197 - 206. Disponível em: <<http://www.serdigital.com.br/gerenciador/clientes/ceel/arquivos/35.pdf>>. Acesso em dez. 2021

BUSSULAR, L.F. **O impacto das Fake News na vida em sociedade.** Jusbrasil, [S.l], mai. 2018. Disponível em: <<https://lfbussular.jusbrasil.com.br/artigos/577903609/o-impacto-das-fake-news-na-vida-em-sociedade>>

GOMES, C. P. de B. (2021). **O impacto das fake news sobre as políticas públicas.** Revista Digital De Direito Administrativo. 8(2), 23-48. Recuperado de <<https://>>

www.revistas.usp.br/rdda/article/view/179180>

DANTAS, Humberto. **Ciência política e políticas de educação: conceitos e referências** [recurso eletrônico] / Humberto Dantas ... [et al.]. - Rio de Janeiro : Konrad Adenauer Stiftung, 2021.

GALLO, Janaina Soares; BARAT, Clara Ramírez; PETRAGLIA, Amanda. **Cidadania e Democracia desde a escola. Caderno metodológico**. Auschwitz Institute for the Prevention of Genocide and Mass Atrocities: São Paulo, fevereiro de 2021. Quarta versão revisada. P.39-41.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de et al. **A democracia no cotidiano da escola**. Rio de Janeiro: DP&A:SEPE, 1999.

PATEMAN, C. **Participação e Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SCHUMPETER, J. 1975. **Capitalism, Socialism and Democracy**. New York: Harper & Row.

Anexo 1: Tomada de Decisões

Preencha o quadro:

Quais são as pessoas responsáveis por tomar decisões na sua casa?
Veja o quadro abaixo e marque com um X em quem é responsável por cada decisão na sua casa:

AÇÕES QUE IMPLICAM DECISÕES	Pais/Avós	Eu	Juntos	Eu, consultando
Ir ao Médico				
Assistir a filmes				
Quando sair com os amigos				
O que comer				
O que fazer nas férias				
Escolher meus amigos e amigas				
Quais roupas comprar e usar				
O que estudar				
Ter namorado(a)				
Quais tarefas domésticas fazer				
Quando fazer a tarefa da escola				

Responda às questões abaixo:

1. Você observou que certos tipos de decisões são frequentemente tomadas pelas mesmas pessoas?
2. Quais são as mudanças que ocorrem na maneira como tomamos decisões à medida que crescemos?
3. Vocês acham que, à medida que crescemos, ficamos cada vez mais responsáveis por nossas decisões?
4. O que é, para vocês, ser responsável por suas próprias decisões?
5. Por que você acha que é importante nos tornarmos cada vez mais responsáveis por nós mesmos e pelas nossas próprias decisões?
6. Vocês já ouviram a palavra "empoderamento"? Com suas próprias palavras, o que acha que isso significa?

Anexo 2: Categorias de Notícias

Nós não somos jornalistas, mas será que conseguimos refletir sobre as informações que recebemos?

Fique atento, a seguir você precisará distinguir:

- 1- **fato** verídico;
- 2- uma provável **mentira/boato**;
- 3- uma **notícia sensacionalista**, sem relevância social ou exagerada de maneira a levar o leitor ao engano;
- 4- uma **informação publicitária**, com o intuito de convencer ou vender algo para o leitor.

Anexo 3: Exemplos de Manchetes



Anexo 4: Tabela para Classificação de Notícias

FATOS	
MENTIRAS/BOATOS	
NOTÍCIAS SENSACIONALISTAS	
INFORMAÇÕES PUBLICITÁRIAS	

Democracia na atualidade, a partir de uma memória política

Tais Eduarda Marciel dos
Santos Ferreira



Objetivo | Incentivar os(as) estudantes a perceberem seus papéis enquanto cidadã(o)s, identificando-se como verdadeiros agentes de mudança. Objetiva-se, assim, desconstruir estereótipos perpetuados ao longo do tempo, proporcionando uma conscientização dos(as) jovens sobre política, democracia e cidadania.



Componentes curriculares sugeridos | História, Sociologia, Filosofia, Projeto de vida e Geografia.



Etapas de ensino sugeridas | Ensino Fundamental II e Ensino Médio.



Duração | 6 aulas de 50 minutos cada.



Número de Estudantes Sugerido | De 10 a 40 estudantes.



Principais conceitos | Cidadania. Política. Representatividade. Democracia.



Habilidades Socioemocionais | O autoconhecimento, a prática de se relacionar com o outro, a colaboração, a mediação dos conflitos, o despertar para a solução de problemas, a criatividade, o diálogo e a empatia.



Principais metodologias | Rodas de conversas, apresentações e vídeos.

“Todos os temas trabalhados no projeto são de **suma importância para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária**. Acho muito necessário que tenhamos mais aulas como essa, que permitam que discutamos política, cidadania e democracia.”

*Aluno de 3º ano do EM da EREM
Professora Carlota Breckenfeld*

“Acreditamos que a escola é um espaço para que essas discussões aconteçam, e é papel dela nos dar a oportunidade de sermos ouvidos **diante daquilo que nos representa**.”

*Aluna de 2º ano do EM da EREM
Professora Carlota Breckenfeld*



1 IDEIAÇÃO | A prática trabalha com os conceitos de política, cidadania, representatividade, memória e democracia, apresentando estes como meios que nos permitem enfrentar a realidade, expressar as nossas ideias e o nosso sentir. Com uma linha tênue entre o imaginário e a realidade, busca-se traçar caminhos para conscientizar os(as) estudantes de que eles(as) são agentes transformadores(as) da sua realidade e que exercem papéis fundamentais na sociedade para além do voto.

Ao longo da prática, é mostrado que, a partir de uma memória construída e perpetuada ao longo da história, acabamos reproduzindo estereótipos que precisam ser desconstruídos. Tudo isso é possível por meio de caminhos trilhados por cada estudante, que são incentivados(as) a pesquisar e expor temas de seu próprio interesse a partir de suas diferentes concepções e memórias. Assim, a ideia é transformar a memória em ação, o que se concretiza a partir das falas, interações, construções e depoimentos de vivências diversas relacionadas à cidadania dos(as) próprios(as) estudantes.

ABORDAGEM TÉORICA

A prática pedagógica “Democracia na atualidade, a partir de uma memória política” aborda vários conceitos, estabelecendo diálogos em questões como política, cidadania, representatividade, democracia, e memória. Tais termos e conceitos são apresentados e discutidos a seguir.

Democracia, Cidadania e Política

A democracia surge na Grécia Antiga no século V a.C. e é tida como uma maneira de governar e organizar a sociedade. A palavra democracia é formada por *kratos*, que significa governo, e *demos*, que significa povo, de modo que democracia significa governo do povo (ARAÚJO, 2013). Com isso, podemos dizer que a democracia é a dissolução da prática, das decisões políticas, e do poder entre os(as) cidadã(o)s. Nas democracias contemporâneas, que são em sua grande parte representativas, o fundamental é que o povo escolha o indivíduo ou grupo que governa. De acordo com Humberto Dantas (2012, p. 16): “A partir de uma construção encontrada nos dicionários, o governo do povo é

atrelado a ideia de: Governo do povo, para o povo e pelo povo.”

Já a cidadania, expressão que vem do latim *civitas*, que significa cidade, foi um termo utilizado para designar os direitos relativos ao cidadão, ou seja, o indivíduo que vivia na cidade e que era um sujeito ativo nos negócios e nas decisões políticas. Pelas constatações de Dantas (2021, p. 27): “o cidadão é visto como ativo diante do seu papel enquanto sujeito, seja na forma coletiva ou individual”. De tal forma, o cidadão *ativo* se compromete, e é aquele que se integra, e se envolve nos assuntos onde vive. Já o *passivo*, é o que assume um comportamento neutro e muitas vezes só reage quando algo o afeta diretamente ou atenta contra seus direitos.

Ser cidadão é ter a consciência de que temos direitos e deveres perante a sociedade que vivemos. Arendt (1989) considera que a igualdade é um direito dos seres humanos que é construído a partir da convivência coletiva, dentro de um espaço público comum. Para ela, é o direito de pertencer a uma comunidade política que vai permitir a construção de um espaço, lugar para o desenvolvimento do processo de afirmação da garantia e permanência dos direitos humanos.

De acordo com Jacobi (2011), o *ser* e o *agir* politicamente não se restringem ao ato de votar ou à participação em estruturas partidárias e governamentais. É necessário que tenhamos percepções do real sentido do *ser* e do *fazer* político para que sejamos capazes de atuar mais ativamente tanto politicamente como socialmente, sendo protagonistas em relação aos nossos deveres e direitos em sociedade. Nesse sentido, o autor propõe que somos todos seres políticos, que as nossas ações são políticas e que a política é tão presente em nossas vidas que mesmo quando dizemos que não gostamos de política ou decidimos não participar de ações políticas estamos, ainda assim, agindo politicamente.

Memória coletiva e memória política

Segundo Cláudia Perrone (2002), a memória, de forma geral, é o armazenamento de informações e fatos obtidos por meio de experiências ouvidas, vividas ou construídas. Ela relaciona-se fortemente à aprendizagem, que é a obtenção de novos conhecimentos; e, dentro desta perspectiva de construção, as interfaces entre memória individual, coletiva e consciência política caminham juntas.

A partir desta compreensão, observamos que a memória não é somente algo individual, ela também é construída a partir de grupos e é

repassada de uma geração para a próxima. As lembranças e as informações mais marcantes dessas lembranças são repassadas entre as pessoas, construindo assim a história oral de um determinado grupo ou lugar (PERRONE, 2002).

De acordo com Carlos Storchi (2010), a memória pode estimular a consciência política e proporcionar ações coletivas; da mesma maneira, a existência de uma consciência política pode ser determinante na construção de uma memória política. Percebemos assim que a memória não é só uma reflexão sobre um memorável passado, ela carrega significados coletivos e individuais que refletem no tempo e espaço, como uma memória política capaz de criar também, um espaço público de disputa, de resistência e de luta - além de poder desmontar os mecanismos de institucionalização da memória social. De acordo com Araújo (1995, p.111):

Há várias maneiras de contar a história de um país, uma delas é pela ótica dos vencidos, forjada pelos movimentos populares no cotidiano. Práticas que recusam as normas pré-estabelecidas e instituídas e que procuram construir outros modos de subjetividades e outros modos de relação com o outro.

Com isso, nota-se que existe uma memória como forma de resistência, fortalecendo a ação e a participação de movimentos sociais, contrapondo-se ao esquecimento de histórias de grupos oprimidos. Nesse contexto, a memória oficial tem sido um poderoso instrumento de manutenção do imaginário colonialista marcado pelo discurso oficial que tenta levar ao esquecimento determinados eventos políticos, como no caso da memória política do regime militar. Segundo Coimbra (2001, p.51):

A memória histórica "oficial" tem sido desdenhada pelos diferentes meios sociais e políticos, a partir de vestígios deixados ao longo do tempo pelas classes populares. Opositores dessa memória oficial ou apagadores de vestígios, lutam com as classes, as quais resistem num esforço contínuo, como sujeitos que forjaram e estão forjando também uma outra história, nunca narrada oficialmente.

Levando em conta a existência de uma "política de esquecimento" no Brasil, e, a sua associação com a ditadura militar, período caracterizado pela repressão e censura de uma nação, somos conduzidos a pensar sobre a relação dos direitos humanos e a memória. Nesse

sentido, um dos aspectos para a elaboração de políticas da memória é reconhecer que a memória resiste a partir da luta construída pelas classes populares e que essa memória de resistência reafirma o direito a lembrar e registrar as lembranças, pois, a mesma é uma necessidade imperiosa no processo de constituição da liberdade e da democracia. Lembrar é fundamental para a construção do presente e do que pode vir a ser o futuro.

Em um contexto de pouca representatividade nos espaços de poder, é comum que os representantes pautem suas ações e políticas no silenciamento, no apagamento e no esquecimento das memórias que estão sempre em disputas por sentidos e significados com as versões oficialistas dos acontecimentos. Sobre isso, Bosi (1994) salienta que:

A construção da memória política em meio à sociabilidade transforma o sentido da memória, pois a memória deixa de ter um caráter de restauração ou reparação e passa a ser geradora do futuro. [...] O horizonte para o qual tende a memória é a transição da nostalgia para um horizonte de esperança (p.66 e 67).

E, nesse sentido, no momento atual, a esperança no futuro é uma das nossas maiores armas. Portanto, o desenvolvimento dessa prática sinaliza a importância da preservação da democracia, ao mesmo tempo em que busca conscientizar e propor uma reflexão para os(as) estudantes e educadores(as) sobre a importância da manutenção de uma memória social ativa, bem como da representatividade na política como agentes ativos de transformações em pautas que viabilizem os anseios da sociedade.

Representatividade Política e Social

Noberto Bobbio (2019) afirma que a representatividade pode ser definida como os interesses de um determinado grupo, ou seja, de uma nação, de uma classe, de um partido ou de um movimento na qual essa representatividade possa ser expressada na figura do representante. Este deve falar em nome do coletivo, fazendo jus às necessidades e demandas dos representados. O autor propõe que a representatividade está vinculada à construção da identidade dos indivíduos que integram esse grupo.

Humberto Dantas (2021) discorre sobre o fato de que as desigualdades estruturais que marcam nossa sociedade são refletidas na política institucional. Em especial, aqueles grupos que se encontram em

posição de maior vulnerabilidade e exclusão socioeconômica, como negros e mulheres, em sua maioria não se veem representados nessas esferas.

Alguns grupos, a exemplo dos negros(as), mulheres, de pessoas LGBTQIA+, de pessoas com deficiências e pessoas indígenas, são considerados minorias sociais, ou seja, não são necessariamente minorias em termos quantidade, mas em representação. Isso significa, na prática, que tais pessoas não estão na maioria das vezes representadas no espaço público.

Um exemplo disso é o fato de que frequentemente as mulheres negras são representadas no entretenimento e na mídia em papéis de pouco destaque ou de subordinação, por exemplo. E a partir desse modo de representação se constroi a ideia de que o(a) negro(a) é sempre inferior, com pouco prestígio social e que está a serviço de outro(s). No sentido contrário, quando uma mulher alcança um cargo alto ou de prestígio, se permite criar a concepção de que outras mulheres possam ser capazes de também atingir tal patamar.

Portanto, a prática visa a essa busca por representatividade a partir de uma memória política, seja ela individual ou coletiva, atrelada à relação com o sistema democrático que a legitima. Todas essas discussões e construções da prática referem-se à memória viva ou “esquecida” de um povo que luta por reconhecimento, representatividade e reparações de segregações e exclusões históricas, construídas e perpetuadas ao longo do tempo.

3

EVOLUÇÃO DA PRÁTICA

preparação

- Partindo de questões-chave, como: “O que é política, democracia e cidadania?”, “Que espaço eu ocupo enquanto cidadão e que espaços poderia ocupar?” e “Quem sou eu para além do voto?”, a prática “Democracia na atualidade a partir de uma memória política” propõe diálogos e reflexões por meio de uma desconstrução de memórias políticas. Dado que a temática e a estrutura da prática abrem a

possibilidade para diferentes abordagens e culminâncias, é recomendável que, no primeiro momento, o(a) educador(a) faça a delimitação de conteúdo a partir daquilo que se tem mais interesse em trabalhar. Feito esse recorte, é interessante pensar qual o público com o qual estará trabalhando, para que a abordagem planejada possa ser interessante tanto para os(as) alunos(as) como para o(a) educador(a).

Após essas escolhas, sugere-se a definição das adaptações da sequência didática e, por fim, a organização dos materiais a serem utilizados. Apesar de ter sido originalmente desenvolvida no modo presencial, a prática também pode ser realizada no modo virtual e híbrido, dispondo praticamente dos mesmos recursos. O importante é encontrar ferramentas que estimulem o(a) aluno(a) a querer conhecer mais, possibilitando o processo de ensino-aprendizagem.

Aos(às) educadores(as) que desejem aplicar essa prática, propõe-se que questionem a turma para que eles(as) se posicionem, falem, reflitam, pesquisem e aprendam mais sobre o real poder que eles(as), enquanto povo e agentes transformadores, têm sobre a sociedade.

passo a passo

ENCONTRO 1 (1h40min)

Objetivos Específicos

- Fundamentar teoricamente os conceitos-chave da prática: cidadania, política, democracia, memória e representatividade;
- Conhecer o público alvo, os(as) estudantes envolvidos nesta metodologia;

Preparação

- Estude os conceitos-chave da prática, a fim de trabalhá-los com os(as) estudantes ao longo da discussão. Use como base a seção “abordagem teórica” desta prática e as referências listadas ao final.

Condução da Prática

Boas Vindas

10 minutos

Acolhida dos estudantes e apresentação do que será trabalhado em aula.

Apresentação dos Conceitos-chave

25 minutos

É interessante que toda atividade pedagógica explore os conhecimentos prévios dos(as) estudantes, aproximando-os(as) do que está sendo discutido. Além disso, a utilização de recursos que os(as) chamem atenção também faz toda a diferença. Entre os exemplos disso, estão a utilização de músicas, vídeos, imagens, desenhos, jogos e provocações a partir de curiosidades ou reflexões.

De tal forma, recomenda-se que esta prática se inicie a partir da realização de provocações sobre o que representam os conceitos-chave: política, cidadania, democracia, memória e representatividade. O objetivo é promover uma reflexão e construir o significado de cada um dos termos de forma coletiva e dialógica com a turma.

Ao longo dessa construção, é de suma importância que o(a) educador(a) atue constantemente no debate para que possa fluir melhor e contribuir para que os(as) alunos(as) se sintam instigados a participar das discussões. É necessário que o(a) educador(a) traga para o debate os conceitos já citados acima, tendo como guia a seção de abordagem teórica desta prática.

Após a discussão das palavras-chaves, é comum que surja, a partir das próprias falas dos(as) alunos(as), o interesse em discutir temas que estão interligados à nossa memória coletiva e política, como violência contra a mulher, racismo, inclusão, intolerância religiosa, homofobia, entre outros. Indica-se que o(a) educador(a) instigue esse interesse, desenvolvendo os debates que surgirem.



Separação de grupos e escolhas das temáticas

60 minutos

A partir da discussão dos conceitos-chave e temas relacionados, sugere-se a organização dos(as) estudantes(as) em equipes. Deve-se propor a cada uma destas que escolham um dos problemas sociais discutidos para realizar pesquisas

mais aprofundadas, conectando-os com as suas próprias memórias como indivíduos.

A partir da divisão de grupos e escolha dos temas, os(as) estudantes devem ir para o laboratório de informática da escola ou para a biblioteca para iniciar as suas pesquisas.



Fechamento

5 minutos

Proponha que os(as) alunos(as) façam pesquisas extras sobre os temas que escolheram para um debate mais consolidado na próxima aula, quando cada grupo trará as suas perspectivas em formato de apresentação e trocará com os demais.

ENCONTRO 2 (1h40min)

Objetivos Específicos

- Evidenciar, refletir e dialogar sobre os problemas sociais a partir das construções de diários de bordos;
- Desenvolver habilidades artísticas e a criatividade dos(as) estudantes.

Preparação

- Neste encontro, irá ocorrer uma construção de diários de bordo. Para isso, recomenda-se que o(a) educador(a) separe materiais como papel A4, lápis de pintar, caneta, cartolina, papel quarenta, cola, barbante, imagens, desenhos, impressões de reportagens e textos relacionados aos assuntos pesquisados pelos(as) alunos(as), impressos a partir de pesquisas realizadas na internet, ou recortados de livros e revistas.

Condução da Prática

Boas Vindas

10 minutos

Acolhida dos estudantes e apresentação do que será trabalhado em aula.

Construção dos Diários de Bordo | até 40 minutos

Neste encontro, sugere que os(as) alunos(as) transformem as pesquisas em um diário de bordo e que, depois dessa construção, esses diários sejam apresentados e discutidos em sala;

De tal forma, o(a) educador(a) deve iniciar a aula desafiando os(as) alunos(as) a “pôr a mão na massa”: a partir do material já reunido nas pesquisas, eles(as) devem começar a construir um diário de bordo do seu grupo;

O diário de bordo é um livro desenvolvido com folhas A4 dobradas ao meio, que traz um resumo das pesquisas realizadas. Sugere-se que essa construção seja aberta à criatividade e às diferentes habilidades dos(as) alunos(as), podendo ser feita por meio de imagens, relatos, depoimentos, reportagens, desenhos, entre outros;

Essa produção é interessante, pois ela envolve os(as) estudantes no processo, reconhecendo suas diferentes habilidades – como escrita, desenhos, poemas, etc. –, valorizando suas memórias e vivências por meio de uma identificação com o tema escolhido.



Apresentação dos Temas | 35 minutos

Este é um dos passos fundamentais para o propósito da prática.

Neste momento, cada equipe deve ter um tempo entre cinco e dez minutos para expor as suas construções. Para isso, eles(as) podem utilizar slides, cartazes ou apenas o diário. Em seguida, os outros grupos têm um tempo para analisar o produto final da apresentação que foi feita, podendo opinar e trocar ideias sobre o tema.

Ao longo das apresentações, é importante abrir um espaço para a reflexão coletiva, direcionando-os(as) a análises sobre a democracia, a cidadania e a representatividade a partir da nossa memória política.

Fechamento**15 minutos**

Ao término das apresentações, é possível que os(as) alunos(as) fiquem mais empolgados(as) com os temas e queiram dar continuidade à prática.

De tal forma, sugere-se que o(a) educador(a) proponha: i) a exposição desses diários para a comunidade escolar em geral, para que a turma possa revê-los e para que outras turmas tenham acesso; e/ou ii) o desenvolvimento de expressões artísticas ou outras ações concretas que envolvam mais os(as) estudantes, aprofundando o seu processo de aprendizagem.

Na experiência da autora, por exemplo, além dos diários, foram construídas uma urna e um jogo de xadrez. Ambos são descritos de forma mais detalhada na seção de resultados.

ENCONTRO 1 (1h40min)**Objetivos Específicos**

- Refletir sobre a importância da representatividade democrática a partir de uma memória política.

Condução da Prática**Boas Vindas****10 minutos**

Acolhida dos estudantes e apresentação do que será trabalhado em aula.

**Reflexão do ser político****60 minutos**

Após as construções dos diários e apresentações dos grupos, propõe-se que o(a) educador(a) faça uma exposição dialogada, com base nos conceitos trabalhados na abordagem teórica da prática, estabelecendo uma conexão entre os temas explorados pelos(as) estudantes e a importância da representatividade dentro de um país democrático. Junto disso, deve-se refletir sobre o ser político, a partir do papel que exercemos enquanto cidadã(o)s.

Sugere-se que essa abordagem seja feita com apoio de músicas, vídeos, slides e até por meio da construção de ob-

jetos que representem esses conceitos. Na experiência da autora, foi construída, juntamente com a turma, uma urna e uma cabine de votação. O objetivo dessa construção foi propor uma reflexão sobre a importância do voto, do nosso papel enquanto cidadã(o)s, e construir uma conscientização sobre as nossas escolhas, as quais interferem ou contribuem diariamente para a nossa convivência em sociedade.



Avaliação da Prática

30 minutos

A avaliação é algo indispensável em qualquer prática pedagógica, sendo inclusive uma maneira do(a) educador(a) se autoavaliar também.

É bom deixar um tempo para que se possa ter uma conversa informal com os(as) alunos(as) para que digam como foi a prática para eles(as), o que aprenderam e o que mais gostaram. Esses retornos ajudam a perceber se os objetivos foram atingidos ou, ainda, se foram superados.

Além da conversa sobre a prática em si, sugere-se que se fale com eles(as) também sobre a importância de avaliar e fazer deste um processo contínuo.

Caso se opte por realizar uma avaliação escrita, são sugeridas três opções de formatos: a primeira é a construção de uma ficha com perguntas sobre o projeto, para que os(as) estudantes avaliem a prática; a segunda é pedir para que façam um relatório aberto; e a terceira é levar uma caixa e pedir para que cada um(a) dos(as) estudantes coloque em um papel suas impressões sobre o projeto desenvolvido, com o nome deles ou não. Depois o(a) educador(a) pode abrir a caixa, ir lendo o que colocaram e, juntos, comentar esses feedbacks.

continuidade

Ao expor esses conceitos-chave e destrinchá-los dentro da prática, essa metodologia abrirá um leque de possibilidades de continuidade que com certeza possibilitará outros(as) educadores(as) e estudantes passearem por várias percepções e

• por diferentes campos de memórias, começando por aquelas que se configuram como minorias por grande parte da sociedade. A ideia é transformar a memória em ação, concretizando-se a partir das falas, interações, construções e depoimentos de vivências diversas acerca do tema.

• Diante disso, são apontadas a seguir algumas sugestões que podem servir como guia para a continuação da aplicação da prática. A exemplo de:

• A utilização dos diários de bordo como fonte de pesquisa, leitura e estudos acerca de temas diversos. Além disso, eles podem ser expostos na biblioteca da escola, passando a fazer parte do cotidiano de leitura dos(as) alunos(as). A leitura ou releitura pode contribuir ou estimular outras percepções e aprendizagens sobre as diversas realidades;

• A prática também abre caminhos para que se forme um clube de política na escola, com o intuito de que mais pessoas se engajem, aprendam, informem-se e principalmente possam discutir sobre e por diversos ângulos; além de que a prática pode também ser levada para outras escolas, possibilitando que se tenha um alcance maior sobre o assunto;

• Sugere-se também que essas discussões sobre política, democracia e cidadania não fiquem somente com esse pequeno grupo, mas que se ampliem para toda a escola, por meio de ações desenvolvidas pela escola ou com parcerias com outros órgãos, a exemplo da câmara de vereadores, ações essas que podem ser por meio de oficinas, palestras, conversas, dinâmicas, projetos, entre outros.

4

RESULTADOS ESPERADOS | Tem-se como resultados previstos no desenvolvimento desta prática:

- Provocar a conscientização e a reflexão da importância da participação política e da construção de espaços democráticos;
- Motivar os(as) alunos(as) para uma participação constante em debates políticos;
- Sensibilizar os(as) alunos(as) para a importância de políticas públicas e da cobrança para que elas sejam oferecidas a todos e todas.

RESULTADOS DA AUTORA | A prática foi desenvolvida na escola pública EREM professora Carlota Breckenfeld, que está localizada na cidade de Tabira - PE - Sertão do Pajeú. Ela contou com a participação de aproximadamente 300 estudantes da escola, apresentando retornos positivos e instigantes.

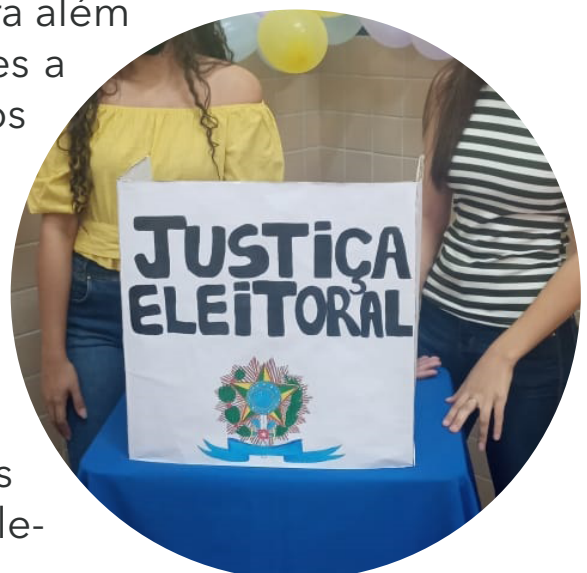
No decorrer da aplicação da prática, percebi que as atividades desenvolvidas os instigaram a aprender mais sobre política e cidadania, pois, para eles(as), é importante ouvir e ser ouvido a partir de uma memória que também é deles. Pude observar que a prática despertou o interesse dos(as) estudantes em conhecer além dos temas trabalhados em aula e de contribuir ativamente enquanto cidadã(o)s. Notei também que foram construindo percepções bem pertinentes sobre as questões coletivas, como a luta por igualdade, respeito, identidade e inclusão, entre outras, que constantemente se encontram fragilizadas no cenário político e social.

E para destrinchar essas memórias, dentro das escolhas dos(as) alunos e alunas por temas que envolvem problemas sociais, eles(as) não apenas realizaram pesquisas, mas também produtos e ações, como uma urna, os diários de bordos, um jogo de tabuleiro, entre outros. A seguir, são apresentadas, de forma mais detalhada, estas ações e produtos que representaram a culminância da prática.

1. Construção da Urna e da Cabine de Votação

A construção da urna e da cabine de votação foi uma ação com o objetivo de discutirmos mais sobre política, cidadania, democracia, memória e representatividade e questionarmos sobre a necessidade de mudança no cenário social. Além de ser um objeto bastante representativo do sistema democrático, ela continha, dentro da cabine de votação, a seguinte frase: "Quem sou eu para além do voto"?, o que levou os(as) estudantes a ficarem pensativos e fizeram para si vários questionamentos que foram compartilhados com a turma e também entre outras turmas.

A urna foi construída com a utilização de papelão, cartolina, papel quarenta, lápis, lápis de pintar, desenhos e emborrachado brilhoso para os botões e, por fim, lápis piloto para a frase de refle-



ção. Outros recursos possibilitam também essa construção, como caixa de sapato, folha branca, impressão. Caso queira, pode-se mudar a frase de reflexão ou suprimi-la e, em vez de só refletirem, podem fazer a simulação de votação mesmo, apertando os botões e inserindo papéis dentro da urna com possíveis candidatos e números imaginários.

2. Diários de Bordo

Outro produto final que tivemos nesta prática foram os diários de bordo, construídos a partir dos temas escolhidos e pesquisas realizadas. Eles ficaram bem interessantes e chamaram bastante atenção dos alunos(as), gerando uma intensa troca entre os grupos. Dentro de cada diário, além das pesquisas, havia vários depoimentos dos alunos(as) sobre suas inquietações e vivências, que foram compartilhadas por alguns nas apresentações, o que instigou outros(as) a falarem sobre si e sobre os seus sentimentos em relação aos temas que escolheram por uma identificação. Essas falas, a partir dos diários, foram bem emocionantes e cativantes e possibilitaram uma aproximação maior da turma.



3. Jogo de Xadrez

Por fim, o outro ponto forte da prática, que deixou vários(as) estudantes bem emocionados(as), pensativos(as) e arrepiados(as), foi o desenvolvimento de um novo jogo de xadrez, construído a partir de reflexões políticas e sociais.

Para a construção do jogo, usamos os tabuleiros com metade das peças do xadrez. Elas possuíam os mesmos nomes do jogo oficial, no entanto as jogadas aconteciam por caminhos diferentes e eram guiadas a partir da interpretação dos alunos(as), que davam indicações em sua fala para cada movimento das peças.

Os estudantes desenvolveram as jogadas com base nas minhas orientações, mas toda a turma contribuiu para a constru-



ção da jogada. Como não tínhamos muitos xadrezes, apenas seis alunos(as) fizeram parte da jogada em si, mas, novamente, a turma toda participou.

Os estudantes gostaram muito do jogo, tanto participando das jogadas como vendo os colegas jogarem, pois, além de estarem se divertindo e experimentando andar com as peças por casas diferentes e com outro sentido, estavam também aprendendo e refletindo sobre as discussões feitas em sala.

O xadrez encerrou a prática “Democracia na atualidade a partir de uma memória política”, propondo a reflexão de que a verdadeira soberania popular é construída na igualdade de oportunidades, na celebração das diversidades, na extensão do conceito de humanidade e na fraternidade entre os cidadãos. E que, a partir dessas percepções construídas, se possa criar um jogo mais justo.

Com isso, diante do que esperava alcançar, posso afirmar que atingi os objetivos, o trabalho foi excelente. Foi além do esperado, todos(as) os(as) alunos(as) estavam engajados, e a prática me emocionou muito do início ao fim, assim como percebi que muitos(as) deles(as) também se sentiram tocados por todo esse trabalho realizado.

REFERÊNCIAS

5



REFERÊNCIAS UTILIZADAS NA ABORDAGEM TEÓRICA

ANSARA, Soraia. (2005). **Memória política da Ditadura Militar e repressão no Brasil: uma abordagem psicopolítica**. Tese (Doutorado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

ARAÚJO, Paula. SANTOS, Izabela. **Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho**. 1. ed. - Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

ARENDRT, Hannah. **Cidadania**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. Disponível em: <<https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/2826/1/Ana%20Cordeiro%20-%20Cidadania%20Democracia%20Sociedade%20Comunica%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 27/12/2021.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política e Representatividade**. Brasília: São Paulo: Editora UnB, 1998.

BOSI, E. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 3a ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.

JACOBI, Pedro. **A cidade e os cidadãos**. PUC-SP. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/n4c8N3vHX8QLRyvYK75fC7P/?format=html&lang=pt>>. Acesso em: 01/12/2021.

MODESTO, Paulo. **Participação Popular na Administração Pública: mecanismos de operacionalização**. Revista Eletrônica de Direito do Estado, Salvador, Instituto de Direito Público da Bahia, nº . 2, 2005. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com.br>>. Acesso em: 02/12/2021.

NORA, Pierre - **entrevista [a ERLIJ, Evelyn]**. Revista Letras Libres (1 de fevereiro de 2018) Disponível em: <<https://www.letraslibres.com/espana-mexico/revista/entrevista-pierre-nora-el-historiador-es-un-arbitro-las-diferentes-memorias>> Acesso em: 22 dez. 2021.

OLIVEIRA, Beatriz. **A sua memória agora é minha memória: A construção da memória política e o restabelecimento do reconhecimento recíproco**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-11072019-104655/publico/oliveira_corrigeida.pdf>. Acesso em: 01/12/2021.

PERRONE, Cláudia. (2002). **Políticas de Memória e do esquecimento: as ruínas do sentido**.(pp. 101-110). Equipe Clínico-grupal. Grupo Tortura Nunca Mais - RJ. Rio de Janeiro: Instituto Franco Basaglia/Editora Te Cora.

RIBEIRO, Renato Janine. **A Democracia**. Ed - Publifolha, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=3GgvDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=democracia&ots=1C82k6QXv&sig=SHOV6HYze_gNFWmAaaXm_PAi4vw&redir_esc=y#v=onepage&q=democracia&f=false>. Acesso em: dez. de 2021.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. **Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento**: Campinas, Centro de Memória da Unicamp, 1997. Disponível em: <<http://www.lite.fe.unicamp.br/revista/vonsimson.html>>. Acesso em: 22 dez. 2021.

STORCHI, Carlos. (2010). **Memória Política: um ensaio sobre o resgate da cultura partidária**. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) Mestrando em Ciências Sociais, 2010. Disponível em: <http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1272765929_ARQUIVO_DouglasStorchiCarlo.pdf>. Acesso em: dez. 2021.

agradecimentos

Desde a sua concepção inicial, até a sua entrega final, a construção desta obra se deu de forma essencialmente coletiva. Foi a partir da dedicação, do apoio e dos sonhos de pessoas que acreditam e investem na educação, que este conteúdo está disponível de forma gratuita para todos(as) que querem se inspirar e transformar a sociedade conosco. Assim, não poderei encerrar sem agradecer àqueles(as) que tornaram isso possível.

Começando pela pessoa que, ainda em 2014, idealizou a construção de uma organização dedicada à formação cidadã dos jovens brasileiros(as) e que, com muito esforço pessoal e visão empreendedora, fez nascer a Mobis, estruturando a organização e reunindo todos(as) nós nesta caminhada: **Diana Engel Gerbase**, idealizadora, co-fundadora e hoje, Presidente do Conselho Diretor da Mobis.

Na sequência, agradeço imensamente aos demais organizadores(as) deste livro. Primeiramente, à cientista política **Carolina Corrêa**, que desde 2018 participa da Mobis ativamente, e que, com toda dedicação e afeto, proporcionou uma linda formação aos(às) educadores(as) da jornada, apoiando-os e revisando as suas construções teóricas para esta obra. Agradeço aos(às) educadores(as) **Cláucia Faganello** e **Felipe Pimentel**, que participaram deste projeto desde a sua concepção, construindo os modelos das práticas e, por fim, revisando todos os conteúdos pedagógicos. Agradeço especialmente ao **Pedro Ramos Martins**, que além de estar a frente de toda a comunicação e divulgação da Mobis, se envolveu imensamente no projeto, atuando em todas as frentes possíveis para que tudo ocorresse da melhor forma possível.

Para que esta obra chegasse aos(às) leitores(as) neste formato, agradeço à duas profissionais que abraçaram a causa conosco e colocaram toda a dedicação em seus trabalhos: **Camila Pereira**, responsável por todo o design, diagramação e ilustrações desta obra; e **Kérolin Nogueira**, que revisou atentamente a construção ortográfica de todo o conteúdo do livro.

Como destacado na apresentação, esta construção é fruto da Jornada Educadores da Cidadania, programa realizado pela Mobis em 2021. Por isso, cabe agradecer a todas as pessoas envolvidas neste. Em primeiro lugar, agradeço às organizações que apoiaram o projeto, o **Instituto Chamex** e o **Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS)**, que tornaram este sonho possível.

Agradeço aos pesquisadores(as) e educadores(as) envolvidos na etapa de formação jornada: **Humberto Dantas**, que além de compartilhar um pouco da sua vasta experiência em um dos painéis, assina o prefácio inspirador que abre esta obra; **Valdiney Valente Castro**, facilitador da oficina de práticas pedagógicas; **Rodrigo Ratier**, facilitador da oficina de Cidadania Digital; e **Corina Castro** e **Diogo Jordão**, que participaram como painelistas no processo de formação. Agradeço também aos participantes do Comitê de Seleção da jornada: **Alexsandro Santos**, **Andrea Hanai**, **Fábio Mendes**, **Larisse Moraes** e **Mariana Cláudio**.

Trago um agradecimento especial aos autores e autoras desta obra, um grupo de educadores(as) extremamente dedicados(as) que, superando muito as expectativas iniciais do projeto, desenvolveram práticas inovadoras que impactaram mais de 900 estudantes brasileiros(as) em menos de um mês de atividades. Muito obrigada **Amê Souza**, **Aurilene Pantoja**, **Gilberto de Oliveira**, **Jheniffer de Almeida**, **João Lucian Ferreira**, **Joicy Compagnon**, **José Artur Castilho**, **Kele Frossard**, **Kelly Coelho**, **Luciana Conceição** e **Tais Eduarda Marciel**, por acreditarem na proposta da Mobis e por se engajarem nesta jornada conosco. Por fim, agradeço a todos e todas que participam e apoiam a Mobis de forma recorrente: educadores(as), pesquisadores(as), amigos(as), familiares e cidadã(o)s que acreditam nesta causa. Vocês todos(as) fazem parte desta construção e alimentam o sonho de vivermos em um mundo cada vez mais justo, mais democrático, mais próspero e mais sustentável.

**Diretora Executiva da Mobis e uma das organizadoras desta obra,
Julia Hoechner Silveira Martins**

sobre os autores(as)



Amê Souza | Professor de Português na Escola Estadual Isabel da Silva Polck, em Belo Horizonte (MG). Licenciado em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

“O que me motivou a seguir a carreira de educador foi a possibilidade de contribuir para uma educação digna e de qualidade para pessoas negras e LGBTQIAP+. Acredito que a educação básica é importante na construção da cidadania e por isso luto para a permanência de corpos pretos e LBT-QIAP+ no espaço escolar.”

Aurilene Pantoja Silva | Pedagoga formada em Educação do Campo e pós graduada em Psicopedagogia Educacional. Atua como professora na EMEIF Carlos Jehá Kayath, em Quatipuru (PA).

“Não consigo me ver em uma outra área senão a da educação, pois isso me traz realizações. Faço parte de sonhos e ensaios para o futuro, sinto que somos partes importantes no crescimento e no alcance dos objetivos de nossas crianças. Amo educar, amo ser educada por eles, temos o privilégio de aprender todos os dias.”



Gilberto de Oliveira | Licenciado e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Atua como professor de Geografia na EMEF Santa Maria e EE Dr. Luiz Zuiani em Bauru (SP).

“O que mais me inspira a continuar na profissão é observar as conquistas profissionais dos alunos(as) e sua responsabilidade para construirmos um mundo melhor. A educação não é uma cultura para ser colhida rapidamente, demora anos para constataremos os resultados. A gratificação vem quando percebemos que esses jovens desempenham um papel de cidadão responsável em sua vida adulta.”



Jheniffer Almeida | Professora de Sociologia que atua no CE Doutor Phillippe Uebe, em Campos dos Goytacazes (RJ). É Mestra e Doutoranda em Sociologia Política pela UENF, além de Pós Graduada em Práticas Pedagógicas pelo IFNMG.

“Atualmente vejo que é necessário romper com as notícias falsas e a alienação, que atrapalham o processo crítico de participação na democracia. Acredito que a escola é um espaço de aprendizado e conhecimento e que a função do professor(a) é auxiliar os alunos(as) nesse processo de aprender a pensar.”

João Lucian | Professor de História que atua na EEEP Governador Virgílio Távora, em Crato (CE). Licenciado em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e especialista em Metodologia do Ensino de História e Geografia pela Faculdade de Juazeiro do Norte (FJN).

“O(A) professor(a) deve ser um grande mobilizador(a) e motivador(a) dos processos geradores de aprendizagem dos alunos(as). Me inspira saber que a minha atuação tem ajudado a construirmos um mundo mais justo, solidário e consciente.”



Joicy Compagnon | Professora de Biologia no Centro de Educação do Trabalhador João de Mendonça Furtado, em Boa Vista (RR). Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Roraima (UFRR) e em Pedagogia pela Faculdade de Ciências, Educação e Teologia do Norte do Brasil (FACETEN). Também é mestranda em Ensino de Ciências pela Universidade Estadual de Roraima (UERR).

“Como educadora, sempre busco abordar cidadania em minhas aulas, com intuito de sensibilizar o estudante a ter reflexões sobre o que podemos fazer como cidadã(o)s para mudar nossa realidade e assim, podermos garantir um mundo e uma sociedade igualitária para todos, com cuidado e respeito sempre ao meio ambiente.”



José Artur Castilho | Professor de Cursinho Popular e Educador Social no CRAS da ilha de Outeiro, em Belém (PA). Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Pará (UFPA), especialista em Arte Educação pelo Centro Universitário SENAC e Mestrando em Ensino das Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

“Acredito que cada espaço educativo representa uma rede de apoio e construção coletiva diante de uma época tão marcada pela individualidade. Hoje, o(a) educador(a) tem o dever de abordar a temática da cidadania e garantia de direitos. Precisamos formar estudantes conscientes de seus deveres e responsabilidades.”





Kele Frossard | Professora de História no Colégio Municipal Professora Didi Andrade, em Itabira (MG). Mestranda na Linha de Ensino e Humanidades na FAE/UFMG com pesquisa no campo dos Estudos de Gênero e Sexualidade. É graduada em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e especialista em Gestão Escolar pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

“A possibilidade de transformação individual e coletiva é o que me inspira a seguir ‘pra sempre’ na escola. É preciso desenvolver junto aos(as) estudantes a capacidade de fazer relações e de usar as ferramentas adequadas para a construção do conhecimento que necessitam como cidadã(o)s.”

Kelly Coelho | Professora de Biologia na EREM Jornalista Trajano Chacon, em Recife (PE). Licenciada em Ciências com habilitação em Biologia pela Faculdade de Professores de Araripina (FAFOPA). Pós Graduada em Gestão da Educação e políticas Públicas da Juventude pela Universidade Federal de Pernambuco.(UFPE).

“Penso que a educação é a principal força de mudança na nossa sociedade, que ela salva e oportuniza. Espero continuar contribuindo para que esse quadro brasileiro mude, com a transformação educacional para uma sociedade mais igualitária.”



Luciana Conceição | Professora de Sociologia que atua na EMEF Aramy Silva, em Porto Alegre (RS). Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e Mestra em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

“Acredito que outro mundo é possível, através de uma etnoeducação, da educação popular e da educação inclusiva. O papel da professora é oferecer possibilidades para aguçar o senso crítico dos alunos(as) e planejar ações de acordo com cada realidade.”

Tais Ferreira | Professora de Projeto de vida e Empreendedorismo na EREM Professora Carlota Breckenfeld, em Tabira (PE). Licenciada em História pela Faculdade do Sertão do Pajéu (FASP), especialista em Metodologia do Ensino de História pela Faculdade do Sertão do Pajéu (FASP) e em Educação Inclusiva pela Faculdade Metropolitana de São Paulo.

“Acredito ser fundamental que os(as) educadores(as) trabalhem com uma educação cidadã, que formem cidadã(o) s ativos(as), críticos(as), conscientes e responsáveis. Ou seja, pessoas que sejam capazes de se posicionar, discutir, contribuir e desconstruir para construir uma sociedade mais igualitária.”



sobre os organizadores(as)



Julia Martins | Diretora Executiva da Mobis, organização que promove a educação para a cidadania nas escolas brasileiras. Entrou na organização em 2018, atuando na pesquisa e desenvolvimento de projetos. Em 2019 assumiu a liderança dos projetos e no mesmo ano, a Diretoria Executiva.

É Bacharel em Relações Internacionais pela ESPM-Sul; e em Ciências Econômicas, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Carolina Corrêa | Pesquisadora de Pós-Doutorado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PNDP/CAPES) e integrante do Núcleo de Estudos sobre Partidos e Democracia, na UFRGS. É Doutora em Sociologia (U.PORTO) e Mestre em Ciência Política (UFRGS). Atua, também, como Consultora de Pesquisa Qualitativa em projetos de desenvolvimento socioeconômico e é colunista do blog Legis-Ativo, hospedado no Estadão. Além disso, é Curadora de Conteúdo na Mobis desde 2018.



Cláucia Faganello | Professora, pesquisadora e consultora interdisciplinar. Doutoranda em Administração (PU-CRS). Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS - Capes 7). Especialista em Gestão Pública Municipal (UAB/UFRGS). Bacharel em Administração pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) e em Direito pelo Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter). Professora substituta no Instituto Federal Catarinense (IFC).



Felipe Pimentel | Professor de História formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Psicólogo formado pela UNISINOS. Fez a formação em Psicanálise na Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA) e MBA em Ecossistemas de Inovação pelo Pacto Alegre (UFRGS-PUCRS-UNISINOS)

Pedro Ramos Martins | Trabalha na parte de Comunicação e Marketing da Mobis, organização que promove a educação para a cidadania nas escolas brasileiras. Entrou na organização em 2019, atuando na área como voluntário. É Bacharel em Publicidade e Propaganda pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e está se especializando em Práticas Audiovisuais: Entretenimento e Conteúdo na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).



 @mobis_educacao

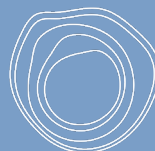
 www.mobis.org.br

REALIZAÇÃO:

mobis 

APOIO:

instituto
CHAMEX



IDIS
DESENVOLVENDO O
INVESTIMENTO SOCIAL